

Democracia Socialista

Nesta edição

resistência
ao golpe
eleições
2016
partido
crise
austeridade
neoliberal
antirracismo
dívida

R E V I S T A

Democracia Socialista

SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 2016



Este trabalho está licenciado por Creative Commons – Atribuição Uso Não Comercial

Revista Democracia Socialista é uma publicação da Democracia Socialista (DS), tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Editores deste número

Gustavo Codas
Joaquim Soriano e
Marisa S. Mello

Grupo de trabalho editorial

Clarice Paradise
Claudio Puty
Elmano Freitas
João Gabriel
Juarez Guimarães
Marilane Teixeira
Nalu Faria
Raul Pont

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Gráfica

Pigma Gráfica Editora

Tiragem

2.000 exemplares

www.democraciasocialista.org.br

Coordenação Nacional da DS

Álvaro Alencar
Ana Julia Carepa
Anderson Campos
Andrea Butto
Arlete Sampaio
Balbina Rodrigues
Bernardo Cotrim
Beto Bastos
Birá
Bismarque
Carlos H. Árabe
Carlos Pestana
Chris Rondon
Cícero Lourenço
Cirilo Mota
Clarissa Cunha
Claudio Puty
Clédisson Junior
Dandara Tonantzin
Daniel Gaio
Elaine Cristina
Eleonora da Silva
Eliane Silveira

Eneida Nascimento
Estevão Cruz
Eulália Nascimento
Everaldo Fernandez
Fábiola Paulino
Gabriel Magno
Gabriel Medina
Gerusa Bittencourt
Gilberto Neves
Gino César
Girlene Lázaro
Gustavo Codas
Henrique Pulga
Iris de Carvalho
Isabelle Azevedo
Isolda Dantas
Joaquim Soriano
Josete Dubiaski
Juarez Guimarães
Karol Cavalcante
Lays Gonçalves
Lea Marques
Lucio Costa
Luizianne Lins
Marcelo Fragozo
Margarida Salomão
Marisa Mello
Marlei Fernandes
Mauro Rezende
Miguel Rossetto,
Arno Augustin
Mirelly Cardoso
Nalu Faria
Natanael Coutinho
Pepe Vargas
Quêner Chaves
Rafael Freire
Raimunda Lucineide
Raimundo Ângelo
Raul Pont
Ricardo Ramos
Rosana Sousa
Rosane Silva
Samira Sanches
Shirlei Nascimento
Sofia Cavedon
Tatau Godinho
Taumaturgo Lima
Ticiania Studart

Revista Democracia Socialista.

São Paulo, Associação Caetés,

Número 4, Dezembro de 2016

ISSN 2317-577X

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

9

INTERNACIONALISMO

FIDEL: PRESENTE HOY Y SIEMPRE

LUCIO COSTA

13

CONJUNTURA

A REFUNDAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA

E A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

JUAREZ GUIMARÃES

BALANÇO DAS ELEIÇÕES 2016

23

OS INCOMODADOS SE RETIRAM

ANDERSON CAMPOS

33

PORTO ALEGRE

LUIZ FELIPE NELSI (PITI)

37

FORTALEZA

WALDEMIRO CATANHO

45

JUIZ DE FORA

GILIARD TENÓRIO

PARTIDO

51

NOVO PERÍODO HISTÓRICO E A QUESTÃO DO PARTIDO:

ROTEIRO PARA UM DEBATE ESTRATÉGICO

CARLOS HENRIQUE ÁRABE E NALU FARIA

55

NOSSAS TAREFAS HOJE

RAUL PONT

67

POLÍTICA ECONÔMICA

OS FATOS SÃO TEIMOSOS

ARNO AUGUSTIN FILHO

95

NEOLIBERALISMO

SITUAÇÃO MUNDIAL: CRISE, DÍVIDA
E AUSTERIDADE NEOLIBERAL

FRANCISCO LOUÇÃ

115

A RESISTÊNCIA AO GOLPE, OS NEGROS E NEGRAS,
A MULTIDÃO E AS LUTAS NA CONTEMPORANEIDADE

BRUNA ROCHA, CLÉDISSON JÚNIOR E TÂMARA TERSO

107

SAÚDE MENTAL

CAMINHOS DE UMA PSIQUIATRA REBELDE

LUIZ CARLOS MELLO

111

CULTURA

NISE: O CORAÇÃO DA LOUCURA, E AS BASES
DE UMA REVOLUCIONÁRIA EXPERIÊNCIA

DE CUIDADOS À SAÚDE MENTAL

TÚLIO BATISTA FRANCO

APRESENTAÇÃO

Abrimos a quarta edição da Revista Democracia Socialista com uma homenagem ao comandante Fidel Castro, que nos deixou na última semana de novembro, com um texto do nosso companheiro Lucio Costa que ressalta sua importância para as lutas dos povos de Cuba, da América Latina e do mundo.

Esta edição está dedicada a temas-chave para a esquerda brasileira. Vivemos uma conjuntura política histórica de desafios imensos para a militância organizada no Partido dos Trabalhadores (PT) na corrente Democracia Socialista (DS). Diferente de qualquer outra que tenhamos atravessado desde a fundação do PT em 1980, nesta conjuntura está questionada a própria existência do nosso partido como ferramenta das grandes transformações sociais que o povo brasileiro cobra. E para os e as militantes da DS só alcançaremos nossos objetivos estratégicos com a conquista de uma sociedade socialista no país e em escala mundial.

Se ao longo do presente século se desenvolveu, no Brasil e em vários países da América Latina, o assim chamado ciclo de governos progressistas, nos dois últimos anos têm se avolumado derrotas para nosso campo. A conjuntura se apresenta no nosso país como uma avalanche ofensiva reacionária em que se combinam a caça judicial para proscrever o ex-presidente Lula, o golpe de Estado que derrubou a presidenta Dilma, na sequência a aprovação de medidas legislativas para desmontar o incipiente estado social conquistado a partir da Constituição de 1988, uma feroz campanha midiática em articulação com juízes e procuradores federais para estigmatizar seletivamente dirigentes petistas, que teve seu ponto alto nas eleições municipais de outubro passado, impingindo ao PT, mas também à esquerda em geral, uma ampla derrota.

Essa ofensiva reacionária – no Brasil e em outros países da região – está no marco das iniciativas que as forças do capitalismo imperialista impulsionam na tentativa de superar a crise aberta em 2008. As pressões do capital financeiro sobre as experiências governamentais progressistas que reorientaram as economias buscando construir Estados de bem-estar na periferia do capitalismo têm sido fortíssimas. Enfrentá-las é um desafio para o pensamento estratégico das esquerdas.

Na primeira parte da revista, discutimos o cenário político. Trazemos as contribuições de Juarez Guimarães sobre as forças e fraquezas do governo golpista e de Anderson Campos sobre os adversos resultados das eleições municipais, complementadas com informes de três batalhas eleitorais-chave em que militantes petistas da DS tiveram papel central – Porto Alegre, Fortaleza e Juiz de Fora –, escritos por membros das coordenações dessas campanhas.

Os dois artigos seguintes tratam da situação do partido. A DS é uma corrente que foi fundada em 1979, já com a perspectiva de apoiar a construção do Partido dos Trabalhadores, que seria fundado só no ano seguinte, em 1980. A partir daí suas histórias estão imbricadas, no esforço de fazer do

PT a ferramenta de transformação social, com uma perspectiva socialista. Temos que discutir a atual crise em uma perspectiva ampla e histórica. É a tarefa iniciada por Carlos Henrique Árabe e Nalu Faria, que nos entregam um roteiro dos principais temas organizativos e ideológicos que nossa militância deve discutir durante esse período aberto pela crise política e partidária atual. Em seguida, Raul Pont apresenta esses temas em referência ao processo do Congresso Extraordinário marcado para abril de 2017, que Raul Pont chama de nossas tarefas políticas.

Um segundo bloco temático é o da economia. Em artigo em que afirma que os fatos são teimosos, Arno Augustin, apoiado em dados, diseca as decisões erradas que o segundo governo Dilma tomou em política econômica sob pressão da hegemonia do capital financeiro, confundindo politicamente o bloco de apoio do governo, iniciando uma recessão, com o que abriu um flanco para a ofensiva vitoriosa da direita. Havia alternativa? A resposta é “Sim!”. O desacerto na economia se explica pela política de conciliação que se tentou, que, em vez de acalmar o inimigo, o encorajou a ir até o fim em seu objetivo histórico de tentar “acabar com essa raça”, como o senador catarinense fascistoide Jorge Bornhausen havia sintetizado em 2006.

Em outro artigo, trazemos a reprodução de uma palestra que o economista marxista e dirigente do Bloco de Esquerda de Portugal Francisco Louçã fez recentemente analisando a crise econômica e as políticas de austeridade com foco na Europa. Ao publicar esse trabalho, insistimos na necessidade de discutir sobre a conjuntura econômica mundial na perspectiva das ondas longas de desenvolvimento do capitalismo.

Continuando o esforço – iniciado no número 3 desta revista – de análise dos sujeitos da resistência ao golpe e de relançamento da luta social, Bruna Rocha, Clédisson Júnior e Tâmara Terso, a partir do acúmulo que realizaram no âmbito do movimento Enegrecer, nos oferecem um panorama da

participação política da população negra e dos desafios para uma esquerda que incorpore a luta antirracista.

Por último, publicamos dois artigos, um de Luiz Carlos Mello, outro de Túlio Batista Franco sobre o trabalho de Nise da Silveira, que revolucionou no Brasil uma dimensão-chave da luta libertária, que é o desafio de como abordar os temas da saúde mental sob uma perspectiva humanista; e sobre o Museu de Imagens do Inconsciente, fundado por ela em 1952 para abrigar as criações dos ateliês terapêuticos que fundou no então Hospital Psiquiátrico do Engenho de Dentro. O que nos mobilizou para esse resgate foi o recente lançamento de um livro e de um filme sobre a vida e a obra de Nise.

O socialismo que almejamos não será somente político e econômico, mas sobretudo outra vida cotidiana.

FIDEL: PRESENTE HOY Y SIEMPRE

LUCIO COSTA

Raul Castro nos informou: Fidel Castro Ruiz faleceu. Uma notícia impactante, que nos informou sobre a desapareção física de um dos personagens mais relevante do século XX, aquele que junto com Simon Bolivar e Che foram os líderes maiores da luta pela emancipação de nossos povos.

A vitória da Revolução Cubana derrubou muros à direita e à esquerda.

A direita, jogou por terra a certeza dos EUA de que a América Latina tinha como destino histórico ser seu quintal. Com isso, Fidel nos devolveu a dignidade quitada pelos séculos de opressão colonial: era possível lutar e vencer!

A obra social da Revolução Cubana ao haver construído a sociedade menos desigual do Terceiro Mundo, demonstrou que não estávamos condenados a miséria que os 500 anos de domínio colonial e pós-colonial nos submeteram. Nessas terras se fez possível a justiça social.

A esquerda, a entrada em 1º de janeiro de 1959 das tropas guerrilheiras em Havana deitou abaixo os dogmas de

LUCIO COSTA
Integrou o Movimento Pró-PT; filiado ao PT desde 1980. Advogado graduado pela Unisinos, com especialização em Direito Civil. Advogado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, do Sindicato dos Petroleiros do RS, da Associação de Oficiais de Justiça do RS. Membro do Diretório Estadual do PT do RS e da coordenação nacional da Democracia Socialista.

um “*marxismo-leninismo*” que, consoante a vulgata stalinista, condenava os povos latino-americanos a subalternidade diante das ditas burguesias nacionais, que nos ensinava que o socialismo nestas terras era uma impossibilidade histórica.

Fidel e a Revolução Cubana deitaram os muros que nos cingiam aos limites do eurocentrismo e abriram as portas à recriação de uma teoria social crítica em acordo a nossas sociedades.

Em Fidel os povos de todo mundo e, em especial os da América Latina, da África e da Ásia encontraram uma solidariedade que fez o povo cubano compartilhar as lutas pela libertação nacional dos povos da Argélia, do Vietnã, da Palestina.

A ousadia e o espírito internacionalista de Fidel foram responsáveis pela derrota que impuseram as Forças Armadas Revolucionárias e os combatentes angolanos às tropas da África do Sul na histórica batalha de Cuito Canavale.

Segundo Nelson Mandela, em discurso realizado em Cuba por ocasião do aniversário do assalto ao quartel Moncada, “*a derrota do exército do Apartheid serviu de inspiração ao povo combatente da África do Sul e tornou possível que hoje eu possa estar com vocês*”.

Para além dos campos de batalha a solidariedade de Fidel aos povos oprimidos se expressou no apoio dado pelos médicos e trabalhadores (as) da saúde de Cuba em numerosos países do mundo. Principiou com o envio de uma brigada de médicos a Argélia em 1963 e se estendeu a Venezuela, Haiti, Bolívia, Equador, Nicarágua e Argentina. Se estimam em mais de 250 mil os médicos e médicas cubanas que participaram de missões de ajuda humanitária.

Nos anos oitenta do século XX, a campanha de Fidel contra a dívida externa dos países latino-americanos e, o apoio militante a luta contra a ALCA em princípios deste século desempenharam um papel de primeira grandeza no processo de integração regional que teve início com os governos dos presidentes Chávez, Lula, Nestor, Mujica, Rafael Correa e Evo e, dos quais viriam a surgir a UNASUL e a CELAC.

A busca pela integração dos povos da América Latina fez de Fidel Castro um depositário e continuador das ideias de Simon Bolivar e, em particular de Jose Marti: se trata de unir nossos povos em face da voracidade do Império neocolonial que são os Estados Unidos da América.

A aguda compreensão que possuía Fidel lhe fez ver os riscos crescentes à sobrevivência da humanidade que o desequilíbrio ecológico provocado pelo sistema capitalista acarreta. O humanismo de Fidel se fez ponte a uma reflexão que integrou na elaboração socialista a compreensão da relevância da questão ecológica e do desenvolvimento sustentável.

A história de Fidel Castro é a história da luta contra a injustiça, é a história de um homem e de um dirigente político completamente comprometido com sua Cuba, com nossa América, sabedor que os índios espoliados, os negros escravizados, os pobres destas terras somos capazes de dignidade e portadores de futuro.

Fidel nos deixou, mas persiste conosco, pois seu nome junto ao de Che se fizeram bandeira da luta contra a injustiça, símbolos da dignidade rebelde de nossos povos.

Hasta la victoria siempre!

A REFUNDAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA É A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

JUAREZ GUIMARÃES

A contra-revolução neoliberal já evidencia mais claramente hoje as suas razões: após derrubar um governo legitimamente eleito por meio de um golpe parlamentar inconstitucional, ela retoma e radicaliza o programa neoliberal histórico do PSDB desconstituindo os próprios fundamentos republicanos e democráticos da Constituição de 1988. Se já não há um governo legítimo no Brasil, após a provável aprovação da PEC 241 no Congresso Nacional não haverá mais Constituição legítima.

Por sua vez, o STF, a Procuradoria Geral da República e o sistema judiciário centralizado no processo da Lava-Jato já erodiram toda a base de um sistema legal de direitos humanos e do devido processo legal minimamente aceitável em qualquer Corte internacional democrática. Uma guerra assim tão afrontosa aos direitos do povo brasileiro só pode mesmo ir adiante com um alto grau de criminalização e violência contra a esquerda.

JUAREZ GUIMARÃES
Professor de Ciência Política da UFMG e autor, entre outros livros, de *Democracia e marxismo. Crítica à razão liberal* (Xamã, 1998) e *A esperança crítica* (Scriptum, 2007). Pesquisa principalmente nas áreas de teoria política.

Com um grau escandaloso de ataque policial, judicial e midiático às forças de esquerda, em particular ao PT, os resultados das eleições municipais de 2016 foram largamente favoráveis às forças políticas golpistas. Houve eleições, mas não eleições democráticas e seus resultados foram violentamente deformados. Por isso, elas não refletem uma crescente popularidade dos golpistas, em eleições nas quais aumentou muito o percentual de abstenções, brancos e nulos.

A coalizão golpista tem o controle sobre as principais instituições dos três poderes do Estado brasileiro, além do oligopólio das empresas de mídia e de uma grande frente de apoio empresarial, mas ela ainda não criou nem uma legitimidade nem muito menos popularidade para suas principais lideranças políticas. Às vésperas da votação do impeachment, diante das três possibilidades – permanência de Temer, eleições diretas e retorno da Dilma – o apoio à permanência do golpista no cargo era menor que 15 % em vários institutos. A popularidade do governo Temer beira hoje em torno de 10 % e sua impopularidade crescente já se aproxima dos 50 %, em pesquisas recém realizadas.

Se o acúmulo de poder político, midiático, empresarial e geo-político (ela tem claramente o apoio dos EUA e se insere em um contexto de contra-revolução neoliberal na América Latina) da coalizão golpista liderada pelo PSDB tivesse apoio popular majoritário, ou mesmo tendencialmente majoritário, as forças de esquerda estariam condenadas já a uma derrota histórica irreversível por um longo período histórico. Mas claramente não é esta ainda a situação.

LIMITE DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

As esquerdas brasileiras já foram capazes de protagonizar três grandes mini-ciclos de mobilização na conjuntura atual. O primeiro deles em 2015, organizado em torno das consignas Fora Cunha e Fora Levy, mobilizou centenas de mi-

lhares de pessoas em atos memoráveis e obteve vitórias parciais. O segundo, já com uma tonalidade mais defensiva, centralizado em torno da consigna “Não vai ter golpe”, teve um sentido épico, com uma notável participação de mulheres mas, após a derrota da votação do impeachment na Câmara Federal, sofreu uma clara descontinuidade. Estes dois ciclos deixaram como legado principal a constituição da Frente Brasil Popular e também da Frente Povo Sem Medo. Agora, há um terceiro ciclo de lutas de resistência – com base principalmente nos colégios secundaristas e nas universidades – à PEC 241. Houve também no período a mais longa e mais mobilizada greve nacional dos bancários desde os anos oitenta do século XX.

Nenhum desses três mini-ciclos de mobilização conseguiu chegar às consciências e aos sentimentos majoritários do povo brasileiro. Se a direita neoliberal continua majoritariamente impopular, houve, de fato, uma quebra dramática dos elos de confiança e credibilidade que tornaram possível quatro vitórias consecutivas da esquerda brasileira nas últimas eleições presidenciais. Esta quebra dos elos de confiança e credibilidade deveu-se certamente a uma combinação entre os ataques continuados e articulados da direita brasileira e os erros programáticos e estratégicos da esquerda brasileira, com centralidade do PT.

É esta trágica combinação entre a unidade ofensiva da direita neoliberal e a crise das esquerdas brasileiras que precisa ser com urgência superada. Se ela não for superada o mais rápido possível, serão cada vez mais fortes as chances de vitória de um programa que se propõe destruir a democracia, o setor público e os direitos mais fundamentais dos trabalhadores e do povo brasileiro.

A CRISE DE IDENTIDADE DO PT E O IMPASSE DA ESTRATÉGIA ELEITORAL DO PSOL

O fato é que não há para a consciência do povo brasileiro hoje um partido ou um frente política que se alinhe cla-

ramente com os valores, programas e estratégias do socialismo democrático. E sem este partido ou frente política, a resistência à contra-revolução neoliberal não pode ganhar nitidez, sentido e capacidade estratégica.

Há claramente uma crise de identidade do PT. As divergências sobre questões fundamentais que têm dividido o partido não dizem respeito àquelas típicas de um partido do socialismo democrático, entre o grau de reformas e a relação entre reforma e revolução. Mas são típicas de um partido que vive uma crise de identidade.

Nesse período decisivo, o V Congresso do partido não formou maioria para votar contra uma política econômica claramente neoliberal que vinha sendo aplicada pelo segundo governo Dilma. E até a queda do segundo governo Dilma, a maioria dos quadros dirigentes petistas que ocupavam cargos-chaves nos ministérios continuaram a defender uma política de ajuste fiscal, inclusive com prioridade para a reforma da previdência. Esta política foi fatal para a queda brusca de popularidade do segundo governo Dilma e para a perda de sua credibilidade.

Durante todo o ano de 2015 e até agora, o PT não conseguiu apresentar uma posição socialista e republicana em relação ao tema da corrupção. Há aqueles que continuam a defender que este tema não é central ou importante já que seria uma agenda da direita, esquecendo-se que qualquer trabalhador ou cidadão brasileiro tem o direito legítimo de duvidar da palavra ou do compromisso daqueles que se apresentam em nome da justiça social mas que são tidos como corruptos. Há outros que continuam legitimando o uso instrumental da corrupção para fins políticos já que concentram sua denúncia da Lava-Jato de modo central e apenas em sua dinâmica seletiva contra a esquerda. Mas se a direita é corrupta e faz caixa-dois, a esquerda está justificada a competir com ela? A banca federal do partido não conseguiu formar posição unitária ou partidária sobre o fim do financiamento empresarial das

eleições. Ainda não se tornou claramente majoritária uma posição que o PT deva tomar a liderança da luta contra a corrupção, através de um programa democrático e republicano voltado para por fim à corrupção sistêmica no Estado brasileiro, e, a partir dela, ganhar legitimidade para denunciar a concepção policial e tucana de combate à corrupção posta em prática pela Operação Lava-Jato.

Mesmo após o golpe, o PT ainda não definiu um programa e uma estratégia clara de como enfrentá-lo. Enquanto debatia se assumia ou não uma proposição de defender a convocação de eleição diretas, então por iniciativa da presidenta Dilma, uma parte importante de sua bancada apoiava no segundo turno o presidente do DEM golpista para a presidência da Câmara. A participação do partido nas eleições municipais de 2016 deu-se sem uma orientação nacional clara de inserir nela centralmente a denúncia do golpe. É como se o partido, viciado em sua prática institucionalizada, não conseguisse imprimir uma radicalidade necessária à luta democrática. Ora, não se pode enfrentar uma contra-revolução apenas ou centralmente por dentro de suas instituições.

Um balanço geral da identidade até agora construída pelo PSOL, por sua vez, não reconhece nele uma clara identidade socialista democrática. Até hoje o partido centralizou-se na disputa eleitoral e parlamentar, não se tendo notícia de nenhum protagonismo importante em relação aos movimentos sociais e, em particular, junto aos movimentos sindicais e movimentos populares. Em geral - com a importante exceção da luta contra o golpe - tem mantido posições sectárias, como ocorreu nestas eleições em relação ao PT e ao PC do B. Mesmo em relação à corrupção, não tem denunciado o sentido claramente partidário e anti-republicano da Operação Lava-Jato. Como esta estratégia eleitoral, ainda nacionalmente bastante minoritária, com um certo viés sectário, pode responder aos enormes desafios colocados pela contra-revolução neoliberal?

A CENTRALIDADE DO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

A identidade socialista democrática da esquerda brasileira só pode ser reconstruída no enfrentamento da contra-revolução neoliberal. Sem um programa democrático, que centralize e dê um sentido comum às lutas, a resistência tende a permanecer desarticulada e a esquerda não acumulará forças.

Após intensos debates, prevaleceu no PT, na Frente Brasil Popular e na Frente Povo Sem Medo, assim como no PC do B e no PSOL, a bandeira pela convocação imediata de eleições imediatas para a presidência. Mas esta aprovação não se tornou uma campanha: este é um grande desafio para o próximo período.

A popularização desta bandeira é ainda possível frente ao incontornável crescimento da impopularidade do governo Temer como fruto da luta central contra a PEC 241. Ela cumpre um importante papel tático de criar já uma alternativa democrática a uma eventual impugnação em 2017 da chapa Dilma/Temer pelo TSE, de Gilmar Mendes, e o sentido estratégico de acumular um sentido unitário e democrático das esquerdas.

Após a provável aprovação da PEC 241 pelo Congresso Nacional, será fundamental defender a convocação de uma Assembléia constituinte Soberana para refazer o pacto republicano democrático dos brasileiros. Ela deveria ser o principal compromisso de um novo governo democrático-popular eleito pelo povo brasileiro. Se a PEC 241 for aprovada, como parece provável, não será mais possível um governo democrático progressista no Brasil seja no plano municipal, estadual ou federal, pois todos estarão manietados por décadas a um regime fiscal ultra-neoliberal.

A esta Assembléia Constituinte Soberana deverão ser encaminhados as reivindicações centrais de democratização do poder: reforma política, democratização dos meios de comunicação, sistema participativo avançado em todos os ní-

veis da federação, reforma da estrutura de segurança pública, medidas para por fim à corrupção sistêmica e de democratização do poder judiciário. São estas conquistas democráticas que possibilitarão legitimidade democrática para aprovar uma reforma agrária, uma reforma do sistema financeiro e uma reforma tributária progressiva que permita uma efetiva universalização das políticas sociais fundamentais, como na área da educação pública e da construção do SUS.

Sem esta consciência democrática radical – as classes dominantes brasileiras romperam com a democracia e cabe às forças populares restabelecê-la – não se fará uma luta de raiz e de futuro, com possibilidades de vitória, contra o golpe.

A CENTRALIDADE DA LUTA REVOLUCIONÁRIA DEMOCRÁTICA

Do ponto de vista da tradição do socialismo democrático, não há sentido em discutir a estratégia sem referência ao programa. É o objetivo que queremos em uma determinada época histórica que orienta o caminho para alcançá-lo a partir das condições dadas.

Assim, ao não definir um programa central para a democratização do Estado brasileiro, os sucessivos governos do PT que chegaram, através de coalizões pluriclassistas, ao governo central do país, tiveram que ir adaptando sua estratégia de organização partidária, alianças eleitorais, de governabilidade no Congresso Nacional, de pactuação econômica com o capital financeiro, de relação com as empresas de mídia, com o agro-negócio, a este limite programático. Afinal, governar era preciso e, assim, uma pragmática de governo foi transformando o próprio PT em um partido pragmático e cada vez menos programático, de um ponto de vista do socialismo democrático.

Foi este programa democrático adaptativo às dimensões estatais resultantes da transição conservadora da ditadura para a democracia que orientou a estratégia adaptativa do PT:

quanto mais financiamento empresarial, menos potência nas organizações partidárias voluntárias e de base; quanto mais alianças com partidos de centro ou de direita menos frente de esquerda; quanto mais pactação com o capital financeiro, menos espaço para políticas anti-cíclicas mais robustas e distributivistas; quanto mais pactação com as empresas de mídia, menos potência de um sistema de comunicação próprio ou de sentido público; quanto mais governabilidade parlamentar, menos impulso às formas de democracia participativa no governo: enfim, quanto mais pactuação com o agro-negócio, menos políticas agrárias distributivistas de terra e de renda.

O que um programa de revolução democrática reivindica é que nem haja uma prioridade à luta institucionalizada – fortemente restringidas, aliás, pela dinâmica do golpe – nem que se abandone a luta institucionalizada por movimentos populares de sentido insurrecional, que seriam fortemente reprimidos. O que este programa propõe é uma estratégia combinada cuja centralidade esteja voltada para a disputa de legitimidade em torno à construção de uma república democrática e popular no Brasil. Se em 1988, a pressão dos movimentos sociais conseguiu impor conquistas importantes a um Congresso Constituinte dominado por forças de centro e de direita, agora trata-se de construir as condições históricas para uma Assembléia Constituinte Soberana com hegemonia da esquerda e das forças democráticas e populares.

Enfim, a centralidade seria a da luta revolucionária democrática ao invés de estratégias de resistência ou centrada no plano institucional ou centrada no plano dos movimentos sociais.

REFUNDAÇÃO DA ESQUERDA E DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Caio Prado Jr., dois anos depois do golpe militar de 1964, em “A revolução brasileira” escreveu o argumento defi-

nitivo contra o programa e a estratégia da revolução brasileira defendida pelo PCB como revolução democrática-nacional, a ser feita em conjunto com a burguesia brasileira. Florestan Fernandes, oito anos depois, em “ A revolução burguesa no Brasil”, postulava a tese de que a burguesia brasileira só podia ser dominante em regime de autocracia, em função de sua situação dependente e retardatária.

Estas duas grandes lições da derrota abriram o caminho para a esquerda brasileira se refundar em torno das relações entre a luta socialista e a luta democrática, a luta classista e a luta pelo fim da ditadura. O PT foi a grande convergência desta refundação. Mas deixou em aberto programaticamente o processo histórico desta relação entre socialismo e democracia.

O grande limite programático do PT até hoje foi o de não superar uma concepção liberal de democracia, apesar de em vários momentos, como dos orçamentos participativos e das culturas da democracia participativa, ter constituído elementos de sua superação. Claramente foi prevalecendo os processos de adaptação à democracia liberal.

O PT formou-se em torno a uma cultura democrática mas não coerentemente anti-liberal. Para uma esquerda socialista democrática ser coerentemente anti-neoliberal, ela precisa desenvolver os valores republicanos em uma direção socialista. Se para o republicanismo democrático, sem soberania popular não se constituem os direitos do cidadão, para o socialismo democrático, sem desenvolver formas avançadas de auto-governo, a submissão dos poderes mercantis capitalistas ao que é público não pode se desenvolver. A privatização liberal da democracia (financiamento empresarial), a privatização liberal da opinião pública oligopólios de mídia), a prática da corrupção são incompatíveis com a república.

Talvez a lição maior da derrota do golpe de 2016 seja o de que, em época de domínio burguês neoliberal, nem mesmo uma política reformista de forte inclusão social mas de baixo reformismo, pode ser levada adiante. Sem democratizar

profundamente a república e sem republicanizar profundamente a democracia, os socialistas democráticos não apenas perdem a razão mas a própria identidade.

REFUNDAÇÃO DO PT E FRENTE DE ESQUERDA

Sem refundar a esquerda não haverá como refundar a democracia brasileira. Como maior e mais influente partido liberal brasileiro, o PSDB decidiu, após quatro derrotas em eleições presidenciais, desertar da democracia. Os compromissos do PMDB com a democracia já eram, há muito tempo, de ordem pragmática senão fisiológica.

Não é preciso aceitar a tese fatalista de que toda derrota histórica da esquerda, leva a divisões e, depois, à impotência.

Um processo de refundação e de renovação programática do PT, em um sentido de uma revolução democrática, deveria se dirigir exatamente no sentido de propor uma frente da esquerda brasileira para fazer frente e derrotar a contra-revolução neoliberal. Um programa unitário e uma frente de unidade podem neutralizar e até inverter as tendências de divisão e dispersão, criando grandes atratores de unidade.

Vale aqui o sentido da dialética negativa de Adorno: nestes tempos, em que o sentido anti-democrático e neoliberal das classes dominantes brasileiras ganha uma dimensão agressiva e incontornável por que não será possível que o PT e as forças de esquerda brasileira girem para a esquerda, em reação, retomando e aprofundando os seus valores democráticos e socialistas junto ao povo brasileiro?

Um novo ciclo histórico – de identidade socialista, de programa revolucionário democrático e de renovação das energias transformadoras – reclama vir à luz.

OS INCOMODADOS SE RETIRAM

ANDERSON CAMPOS

Mais de 10 milhões de eleitores/as deixaram de votar no PT entre 2012 e 2016. O partido não perdeu apenas o governo de cidades que administra. Perdeu mandatos parlamentares e, fundamentalmente, perdeu capacidade de incentivar as pessoas pobres a participar, pelo menos eleitoralmente. A redução eleitoral do PT impacta, portanto, em perda de espaços de poder e de referência como partido de massas.

Não parece que se trata de um efeito puramente conjuntural, como se o partido tivesse sofrido um revés apenas nos últimos três meses pós-consolidação do golpe de Estado. A ruptura democrática ocorrida com o impeachment acelerou o tempo político de um processo já em curso: o pragmatismo, associado à perda de identidade socialista, tomou conta dos governos petistas como um novo modo petista de administrar.

Tratar a redução eleitoral do partido como algo passageiro, um momento de descenso como um ciclo, logo recu-

ANDERSON CAMPOS
Sociólogo e especialista em economia do trabalho e sindicalismo (CESIT-Unicamp), foi assessor da CUT Brasil (2004-2013). Atualmente, assessora a Secretaria Nacional de Formação Política do PT e compõe a equipe da Escola Nacional de Formação do PT. É autor do livro *Juventude e ação sindical: crítica ao trabalho indecente* (Letra e Imagem, 2010, disponível também em pdf e epub).

perável adiante, é um erro estratégico. É esconder a derrota na gaveta da burocracia, como um protocolo de encerramento de serviço. É não perceber que os milhões que compõem a base social petista estão se retirando. Estão incomodados e com fortes motivos.

Obviamente, não podemos descartar o papel fundamental que exerceu a campanha jurídica, policial e midiática em todo o processo eleitoral contra o PT. Outrossim, não podemos esconder o fato de que os erros cometidos por filiados ao partido deram munição de sobra para tais ataques. A não reação partidária aos problemas que são do partido abriu essa grande brecha.

A DERROTA QUE TEM INÍCIO ANTES DO GOLPE

Um total de 10.626.177 eleitores deixaram de votar nas candidaturas do PT entre 2012 e 2016. Uma perda de 61%. Nesse intervalo de tempo, vivenciamos as manifestações de junho de 2013; a forte polarização na eleição de 2014, com a vitória de um projeto nitidamente antineoliberal; o abandono do projeto vitorioso, com a implementação de um ajuste recessivo que gerou 12 milhões de desempregados, redução do salário real e perda de renda nacional; as grandes manifestações de massa protagonizadas pela direita e pela esquerda; enfim, o golpe de Estado que derrubou o governo Dilma e deu início à revogação de direitos constitucionais, da soberania nacional e do estado de direito.

Nos anos recentes, o PT desabou em preferência partidária nas pesquisas de opinião. Caiu de 35% para 12% em menos de três anos. Queda que acompanhou a brutal e abrupta derrocada da popularidade do governo Dilma. As razões dessa derrocada combinam a adoção de uma política econômica conservadora – que agredia interesses dos setores sociais que foram os principais responsáveis por sua reeleição – e a ausência de uma resposta coerente à acusação diária de que o

governo Dilma era conivente com a corrupção e de que o PT seria o maior organizador dos esquemas de corrupção do país.

A derrota de outubro de 2016 tem antecedentes e estes se agigantaram com o golpe.

Já na eleição de 2014 (Presidência, governo do estado, senado, deputados federais e estaduais), podíamos encontrar fortes indícios de regressão em termos de referência ao projeto nacional em cidades administradas pelo PT.

O estado de São Paulo apresenta o exemplo mais paradigmático desse descenso. Aécio ganhou o primeiro turno em 60 das 71 cidades administradas pelo PT em São Paulo em 2014. Em 29 destes municípios, ganhou com mais de 50% dos votos. Dilma venceu em apenas dez cidades administradas pelo PT em São Paulo no primeiro turno. Marina venceu em Mauá.

Dentre as principais cidades administradas pelo PT no estado, destacamos Santo André, Guarulhos e Osasco, nas quais Dilma obteve em torno de 27% dos votos, ficando em terceiro lugar nas duas últimas. Em São José dos Campos, Dilma obteve 21% dos votos, ficando também atrás de Aécio e Marina. Em São Bernardo, Dilma ficou em segundo, atrás de Aécio.

As candidaturas do PT para Presidência, governador e senador perderam nas cidades que concentram operariado industrial em São Paulo em 2014. A bancada federal perdeu seis deputados.

Em 2016, o PT-SP reelegeu apenas quatro prefeitos, conquistou mais quatro (sendo Araraquara a mais importante) e nenhuma vitória no segundo turno. Perdeu a capital no primeiro turno e foi derrotado no cinturão operário da região metropolitana. No RS, onde elegemos 72 prefeitos em 2012, caímos para 38; na Bahia, governada pelo PT, a redução foi de 93 prefeituras para 39. Em MG, onde também somos governo, a queda foi de 113 municípios conquistados pelo PT para 41 em 2016.

Nacionalmente, o PT sofreu uma redução de 46% do número de vereadores em relação a 2012. Deixarão de representar o partido nas câmaras municipais 2.358 vereadores em todo o país a partir de 2017. O Rio Grande do Sul tornou-se o estado com maior número de parlamentares eleitos, seguido por Minas Gerais e Bahia, estados administrados pelo PT. No estado de São Paulo, o PT perdeu cerca de 70% dos seus vereadores, caindo de 666 (2012) para 197 eleitos em 2016. Além disso, elegemos vereadores e vereadoras em 1.895 municípios, número 40% menor em relação aos mais de 3 mil municípios onde elegemos representantes para as Câmaras Municipais em 2012.

Em 2012, 10,9 milhões de eleitores votaram no PT e nos seus candidatos para as Câmaras Municipais. Em 2016, 5,8 milhões deixaram de votar nas candidaturas petistas para vereador e vereadora.

Em 2012, o PT teve candidatos/as a prefeito/a, vice, vereador/a, ou apoiava alguém em 5.229 municípios. Em 2016, esse número caiu para 4.425. Ou seja, em 20% dos municípios brasileiros o PT nem sequer esteve presente no pleito. Quando verificamos a política de alianças nas cidades onde a chapa vitoriosa contou com o apoio do PT, percebemos a permanência da prioridade dada aos partidos golpistas. O PT apoia o PMDB em 298 municípios, enquanto os prefeitos e prefeitas eleitas pelo PT têm o apoio do PMDB em 73 dos 256 municípios que o PT governará. O PSD é apoiado pelo PT em 173 municípios e tem o apoio do PSD em 80.

As eleições municipais de 2016 traduzem especialmente o desafio da hegemonia, pois foi nos grandes centros urbanos, em especial, mas não apenas no Sudeste, que se revelaram mais fortemente as debilidades e impasses da esquerda.

Não se combate o liberalismo conservador extremado e antirrepublicano com pragmatismo político nem com uma visão de esquerda que dissocia socialismo de republicanismo, que retira o sentido estratégico da luta democrática dos so-

PREFEITURAS ELEITAS 2016 COLIGAÇÕES MAJORITÁRIAS COM PARTICIPAÇÃO DO PT

PARTIDO	É APOIADO PELO PT	APÓIA O PT
PMDB	298	73
PSD	173	80
PP	156	67
PDT	131	88
PSB	128	73
PTB	93	63
PR	84	64
PSDB	76	28
PCdoB	40	95
PV	36	39
PRB	34	53
PSC	31	29
DEM	24	25
OUTROS	116	431
TOTAL	1.420	1.208

Fonte: SORG-PT

cialistas em nome de uma utilização instrumental das instituições da democracia burguesa. Estas duas identidades, em particular a cultura do pragmatismo muito corrente na experiência petista, abriram um flanco histórico para se desenvolver, através do discurso instrumental e ideológico dos neoliberais, um antipetismo na sociedade brasileira, para além de suas bases classistas originais, isto é, retirando o apoio ao PT e à esquerda em setores progressistas e até em setores populares.

EFEITO COLATERAL DO GOLPE SOBRE OS MUNICÍPIOS: REDUÇÃO PROGRAMÁTICA

O golpe de Estado levado a cabo a alguns meses das eleições municipais impactou o PT e as candidaturas petistas. O projeto de desenvolvimento com distribuição de renda, participação popular e soberania nacional, vitorioso nas urnas em 2014, foi derrotado por um Parlamento dominado por forças conservadoras, capitalistas e fascistas, com forte apoio da grande imprensa oligopolizada e patrocinado pelo capital financeiro.

O golpe é o caminho para implementar novamente o programa neoliberal no Brasil, que se demonstrou inviável pela via eleitoral. É o que justifica a pressa do novo bloco no poder para aprovar medidas que, ao retirar direitos sociais, possibilita a ampliação dos lucros.

A gana avassaladora dos golpistas inicia a revogação de políticas de promoção de igualdade, de fortalecimento da renda dos/as trabalhadores/as e de programas de inclusão social. Sua agenda, sempre em estado de emergência, visa implementar o ajuste fiscal completo, com o congelamento – e, portanto, redução – do orçamento para as políticas públicas por vinte anos, revogação da política de valorização do salário mínimo e eliminação de direitos vinculados à seguridade social.

Trata-se de uma derrota de grande envergadura, com efeitos severos sobre o povo brasileiro, que precisa ser enfrentada com unidade da esquerda e uma profunda atualização do programa e organização do PT.

A eleição municipal de 2016 evidenciou um recuo programático diante da grande derrota do projeto nacional. A disputa sobre como melhorar a vida do povo no plano municipal foi concentrada em questões municipais, sem a combinação virtuosa de defesa do projeto nacional, restrita à denúncia da agenda neoliberal, especialmente a PEC 241.

Ao tempo em que o projeto popular e de esquerda é combatido, nos deparamos com a ascensão de aspectos ideológicos de direita, paralelamente conservadores e liberais. Tomou força a narrativa que recusa a política, as instituições e a própria democracia como meios para mudar a vida das pessoas. A descrença na possibilidade de promoção do bem comum por vias coletivas e públicas esvazia a política. Prevalece o domínio do mercado sobre as ações do poder público.

É um contexto favorável à emergência de figuras que rejeitam exatamente as instituições da política e da democracia. Na ausência de uma reforma política que produzisse alterações democráticas nas instituições e promovesse a participação po-

pular nas decisões políticas, a direita apresenta a alternativa da concorrência empresarial como modo de vida e, portanto, de gestão governamental. Diferente do liberalismo clássico, o neoliberalismo considera fundamental o papel dos governos e das instituições do Estado para promover mais exploração, mais liberalização e aumentar as taxas de lucro. A ideologia neoliberal, antes questionada, volta a se fortalecer. A luta por uma reforma política democrática deve ser recolocada em nossa agenda.

A derrota do projeto nacional não é sinônimo de eliminação da força social da esquerda no país. Parte das candidaturas petistas em capitais e grandes cidades que não foram para o segundo turno apresentaram desempenho eleitoral significativo. Há um legado fortemente relacionado com mudanças nas vidas das pessoas a partir de governos petistas. Há um acúmulo de unidade de ação entre movimentos sociais, sindicais e partidos de esquerda que há muito não víamos, principalmente impulsionado pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Há emergência de novas ações coletivas de norte a sul do país, questionando o patriarcado, o racismo, a homofobia. Há reação organizada de estudantes em escolas e universidades em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e referenciada socialmente.

Governos, mandatos e lideranças petistas terão que combinar a resistência à agenda neoliberal e a disputa de hegemonia. Esse movimento inclui a denúncia das consequências da agenda neoliberal sobre a vida do povo, e também a participação ativa nas mobilizações que enfrentam essa agenda com o objetivo de derrubá-la. Tarefa que está diretamente vinculada com a necessária e urgente reconstrução de um programa nacional.

DINÂMICA DO ALHEAMENTO ELEITORAL

Contudo, a perda de eleitores petistas não significou necessariamente a migração para outros partidos, sejam eles

de direita ou de esquerda. O crescimento da direita tem sido percentual, mas não absoluto (brancos, nulos e abstenções não entram no cômputo dos votos válidos). No que diz respeito ao voto no primeiro turno, nenhum partido do espectro de esquerda foi favorecido com a perda dos votos do PT. O eleitorado então mobilizado pelo PT tem deixado de participar eleitoralmente.

Segundo pesquisas de opinião, o desinteresse pelas eleições ocorre fundamentalmente entre eleitores pobres. Analisando agregado de abstenções e votos brancos e nulos na cidade do Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo, foram os bairros pobres que acusaram os maiores índices de alheamento eleitoral. José Roberto de Toledo (*Estadão*, 04/10/2016) chamou a atenção para o fato de que, em Guaianases, no extremo da zona leste de São Paulo, 21,4% dos eleitores anularam ou votaram em branco. Nos Jardins, bairro tipicamente de classe alta, somente 6,9% dos eleitores anularam ou votaram em branco. Os bairros com voto tradicionalmente petista na cidade de São Paulo tiveram menos votos válidos do que os antipetistas. Isso contribuiu fortemente para que a eleição na cidade fosse resolvida no primeiro turno.

Ou seja, não é suficiente afirmar que a proporção de abstenções, brancos e nulos tenha alguma continuidade ao longo das eleições. É necessário verificar que há deslocamento territorial desse comportamento eleitoral. E, mais importante, trata-se de um deslocamento para os bairros em que o PT possui uma tradição e que se fortaleceu desde início dos anos 2000.

As mobilizações de massa e midiáticas protagonizadas pelas forças sociais e partidos de direita parecem ter impactado positivamente em mobilização eleitoral. O eleitorado de direita não ficou alheio ao processo eleitoral. Ao contrário, garantiu vitórias importantes em todas as regiões do país. Soube mobilizar valores, projetos e lideranças liberais e até reacionárias.

O alheamento eleitoral – que pode até expressar posição política crítica ao sistema – é um comportamento que contribuiu fortemente com o avanço da dominação conservadora. As eleições norte-americanas, com seu voto facultativo, ocorrem em dia de semana, quando trabalhadores e trabalhadoras estão nos locais de trabalho. Isso favorece os obstáculos à participação eleitoral justamente dos setores da população que precisam da política e do poder público para alterar suas condições de vida.

Se, por um lado, parte da classe média aderiu a posições conservadoras, também existe um expressivo setor que não foi diretamente favorecido por nossos governos. Os governos do PT abdicaram de realizar uma reforma tributária, secundarizaram importantes bandeiras defendidas pelas mulheres e LGBTs e entraram em conflitos constantes com indígenas e ambientalistas. No Rio, os setores médios identificados com essas agendas, antes eleitores petistas, formaram a base da campanha de Freixo (PSOL).

Em 2016, somamos a perda do eleitorado pobre ao que já havíamos perdido anteriormente.

BOTAR PRA FORA AS CAUSAS DA DERROTA

Ao apontarmos explicações para a derrota do PT, devemos apontar os caminhos para a superação. Um balanço não deve ser interpretado ou instrumentalizado na lógica pura de disputa interna. É um instrumento para detectar os problemas, possibilitando o desenvolvimento de iniciativas para superá-los. A disputa interna, nesse sentido, tem o objetivo de tornar majoritária a posição favorável a esta superação.

Destacamos aqui sete causas estruturantes da derrota do PT, que devem ser objeto de profundo debate e questionamento. As respostas podem originar um novo programa partidário, com uma nova cultura política petista. A negação deste debate significará a ruptura com as possibilidades de reconstrução socialista do PT.

1) Agir como partido de direita no seu financiamento (e suas “benesses”). O fim do financiamento empresarial não foi acompanhado de preparação do partido para campanhas militantes, autossustentadas. A conivência com enriquecimento e lobbys travestidos de consultorias milionárias praticados por filiados permitiram a ofensiva da direita contra o PT.

2) Governar em conciliação com o programa do inimigo (em ruptura com nossas bases sociais).

3) Não ter feito reformas democráticas na estrutura do poder.

4) Não ter feito reformas econômicas na estrutura da propriedade.

5) Não ter construído o partido (socialista) para vanguardar essas lutas transformadoras (virou um “partido de retaguarda”).

6) Ter abdicado da luta ideológica e cultural anticapitalista.

7) A filiação de lideranças oriundas de partidos conservadores, transformando o partido em um “guarda-chuva eleitoral”, que gerou mandatos e governos sem a menor identidade com a esquerda.

A derrota de 2016 encerra um ciclo para a esquerda brasileira. Reconectar o PT com o socialismo democrático, atualizando o programa, as práticas e convocando a militância para participar ativamente desta reconstrução em uma dinâmica radicalmente democrática, é fundamental não somente para construir a resistência ao golpe neoliberal, mas para recuperar a capacidade de formar maiorias na sociedade e abrir um novo ciclo político no país. Este é o grande desafio reservado para o PT.

PORTO ALEGRE, 2016 A ELEIÇÃO QUE NÃO HOUE

LUIZ FELIPE NELSI

As eleições de Porto Alegre começaram com possibilidades animadoras. Apesar do clima de golpe no país, as duas candidaturas que lideravam as pesquisas eram da esquerda, Raul Pont (PT) e Luciana Genro (PSOL). A Prefeitura, com gestão reprovada pela população, se dividia em pelo menos três candidaturas representativas: Sebastião Melo, do PMDB, com uma coligação de onze partidos e ares de candidato oficial; Marchezan Júnior, do PSDB, em coligação com PP, que também detinha postos importantes na administração; e Maurício Dziedricki, do PTB, com partidos menores, cavalcando uma azeitada máquina clientelista do PTB na periferia e que participou de todos os governos de que se tem notícia.

A eleição acompanhou o clima de um dos mais longos invernos gaúchos dos últimos tempos. Condição pela diminuição do financiamento, pelo encurtamento do tempo de campanha, mas fundamentalmente por anos de destruição da

LUIZ FELIPE NELSI (PTI)
Fez parte da coordenação da campanha de Raul Pont na cidade de Porto Alegre, em 2016.

ideia de política, a campanha se arrastou apática, com baixíssima participação ou interesse da população.

O início do programa eleitoral não alterou este quadro, embora aos poucos desenhasse o perfil de cada uma das candidaturas. Luciana Genro decidiu flertar com o discurso da direita antipolítica. Seu bordão, “candidata de mãos limpas”, sua opção por atacar Dilma nos debates mesmo após o golpe e seus elogios à Operação Lava Jato bloquearam seu avanço no eleitorado de esquerda sem abrir um novo eleitorado à direita. O fato de 60% dos seus votos nas pesquisas terem como segunda opção de voto Marchezan Jr., candidato da extrema direita, exemplifica isso. Quando as pesquisas (que eram mostradas obsessivamente em seu programa) deixaram de favorecê-la, a queda tornou-se inevitável: Luciana chegou em quinto lugar.

Melo transitava no curto espaço possível de um governo reprovado. Tirando proveito da grande quantidade de tempo de que dispunha na TV, construía um perfil pessoal de político humilde com proximidade com o povo. A máquina que logo o levou ao primeiro lugar nas pesquisas era a mesma que selaria sua derrota. Melo era o único candidato certo no segundo turno e o único sem chances de vencer no segundo turno.

Marchezan Jr. tinha a seu favor o segundo maior tempo de TV, a máquina do PP que preservava seus espaços na Prefeitura e no Estado, o maior financiamento de campanha (a família Gerdau e a família controladora da Taurus, fábrica de armamentos, estavam entre seus maiores doadores) e, principalmente, o fato de surfar nas principais ondas da eleição, a rejeição à então Prefeitura e o antipetismo. Nestas ondas, surfou, cresceu e venceu as eleições, fazendo em seu programa pouco mais do que caminhar como em um comercial da Nextel, falar em nova atitude e novo jeito de fazer política.

Raul, com PT e PCdoB, ocupou sempre o segundo lugar das pesquisas, com presença no segundo turno, seja

com Luciana ou, depois, com Melo. Sua campanha lembrava uma cidade que já foi referência de participação, qualidade de vida e serviço público e hoje tinha uma máquina pública desestruturada e uma população entristecida. Mas sua mensagem não era passadista. Seu slogan “Portoalegre-se” remetia ao futuro, às possibilidades do fazer coletivo, falava, antes de tudo, de esperança. Seu programa era povoado pela presença da juventude, e de longe o que mais agregou apoios da sociedade. Mas o Brasil atual definitivamente não é um local propício para a esperança.

Para entender a trajetória de Raul, como das demais candidaturas petistas no Brasil, é preciso ir além de seu programa e seguir até o Jornal Nacional, onde uma guerra de extermínio foi executada sistematicamente. Abrimos a campanha eleitoral com a deposição de Dilma. As retrospectivas tratavam de lembrar cada uma das acusações de corrupção, embora estas não fossem objeto do processo de golpe. Após uma retomada da iniciativa política com enormes manifestações contra o golpe (sempre omitidas no noticiário), a força jurídico-midiática retomou a narrativa com a entrevista-espetáculo do Ministério Público contra Lula, com as prisões de Mantega e Palocci e factoides em absolutamente todas as semanas da campanha. Trata-se da teoria do agendamento: a mídia não consegue determinar o que você pensa, mas consegue com grande eficácia determinar sobre o que você pensa ou discute. Nossa candidatura sempre teve que transpor a filtragem do tema corrupção, mantido aceso pela mídia, para poder discutir a cidade. A cada crescimento, nova denúncia e nova queda, mesmo que até os adversários reconhecessem no Raul um exemplo de integridade.

Para entender a trajetória das eleições de Porto Alegre, precisamos esquecer o cenário eleitoral. Esta foi uma campanha sem comícios, sem caminhadas, sem adesivos no peito de apoiadores. Uma campanha feita de silêncio e decepção. Uma campanha que não aconteceu.

No segundo turno, Melo e Marchezan protagonizaram uma campanha repleta de acusações e violência. Incêndio criminoso em órgão público, tiros no comitê de Marchezan, morte no comitê de campanha de um dos coordenadores de Melo. Todavia, na segunda-feira após a vitória de Marchezan, o PMDB da Câmara de Vereadores já anunciava sua adesão ao vencedor. A campanha tinha se transformado em uma farsa shakespeariana cheia de som e fúria significando nada.

Talvez o segundo turno de Porto Alegre seja a metáfora perfeita do futuro que a elite deseja para a democracia brasileira. Uma democracia sem debate, sem alma e sem riscos. Uma democracia que é um mero rito desprovido de conteúdo, participação ou paixão. Na sua obsessão de matar o PT e a esquerda, a elite não hesitará em matar a própria democracia.

FORTALEZA

WALDEMIR CATANHO

Para o PT, os resultados da eleição em Fortaleza foram melhores que na média do país, mas de maneira alguma escondem os efeitos da crise que o partido atravessa nesse momento.

Com uma candidatura popular, política e eleitoralmente falando, como a da ex-prefeita Luizianne Lins, o PT de Fortaleza teve como principais adversários o poderio econômico do candidato à reeleição, prefeito Roberto Cláudio (PDT), e o apelo demagógico pela segurança pública do capitão da Polícia Militar e deputado estadual do PR, Wagner Sousa.

Luizianne tinha exatamente o mesmo perfil das demais candidaturas do PT que obtiveram resultados mais expressivos: ex-gestora, com memória por parte da população de uma gestão de grandes avanços e conquistas populares, nome desvinculado de qualquer envolvimento nos ataques e acusações que o partido vem sofrendo. A candidatura foi fruto de um

WALDEMIR CATANHO
É jornalista. Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fortaleza entre 1990 e 1998 e membro da Direção Estadual da CUT Ceará entre 1995 e 1998. Assessor Parlamentar de Luizianne Lins em seus mandatos de Vereadora e Deputada Estadual. Foi Secretário de Governo da Prefeitura de Fortaleza entre 2005 e 2012. É membro do Diretório Estadual do PT Ceará.

processo de unidade entre as várias correntes internas do Partido no Diretório Municipal, iniciado logo após nossa derrota no segundo turno da eleição de 2012.

Após essa derrota, tanto a bancada de vereadores – quatro de um total de 43 – quanto o Diretório Municipal de Fortaleza reafirmaram por unanimidade a oposição do PT ao prefeito eleito naquele momento, denunciando o desmantelamento dos mecanismos de participação popular como o Orçamento Participativo e os conselhos e o redirecionamento das prioridades do município para os interesses das elites da cidade. Ao longo de 2015 e início de 2016, o partido realizou dezenas de encontros com a militância dos bairros, onde se fez um diagnóstico da real situação dos serviços públicos oferecidos à população e se ouviram propostas para o programa de governo da candidatura do PT. Esses encontros, além de aproximar e animar a militância para a eleição, também serviram para o debate da conjuntura nacional e para a preparação das lutas de antes e pós-impeachment. Ao final, o PT obteve mais de 193 mil votos, pouco mais de 15% dos votos válidos. E mesmo não indo ao segundo turno, esse foi o quarto melhor percentual e o terceiro em número de votos entre as candidaturas do PT nas capitais. Foram ao segundo turno Capitão Wagner, do PR, e Roberto Cláudio, do PDT.

Capitão Wagner foi o candidato patrocinado pelos senadores Tasso Jereissati (PSDB) e Eunício Oliveira (PMDB), caciques dos principais grupos de oposição aos Ferreira Gomes. Capitão da Polícia Militar, Wagner foi o vereador mais votado de toda a história de Fortaleza em 2012 e o deputado estadual mais votado da história do Ceará em 2014. Líder de uma greve realizada no final de 2011, que alcançou ganhos reais de até 30% para sua categoria e paralisou a PM em todo o estado, Wagner se consolidou no imaginário popular a partir do debate da segurança pública. Sua ascensão meteórica se deu justamente quando o estado do Ceará ostentava alguns dos piores índices de violência do país. Além disso, os ganhos

econômicos expressivos obtidos pela PM também ajudaram para que sua influência política penetrasse nas demais categorias de servidores da área da segurança pública (polícia civil, bombeiros, agentes prisionais, guardas municipais), como também junto a outros setores do funcionalismo público.

Por seu perfil e também por conta de sua coligação (PR, PSDB, PMDB e Solidariedade), a campanha de Wagner atraía naturalmente o eleitorado mais identificado com o antipetismo e a favor do golpe contra Dilma Rousseff.

Já o candidato Roberto Cláudio, do PDT, apoiado à reeleição pelos irmãos Ciro e Cid Gomes, teve a segunda campanha mais cara do país, perdendo apenas para João Leite, do PSDB de Belo Horizonte. Sua arrecadação oficial foi maior que a soma de todos os outros candidatos juntos. Sem dúvida, essa foi a candidatura do poder econômico do estado. Na sua lista de doadores oficiais, aparecem os donos dos principais grupos econômicos do Ceará, inclusive do setor imobiliário, beneficiados que foram pela flexibilização e liberalização feitas pela Prefeitura das regras de construção civil na cidade.

Sua candidatura agregou uma frente com dezoito partidos que lhe possibilitou obter um terço do tempo total de televisão e um exército de cerca de seiscentos candidatos a vereador – cerca de 60% do total de candidatos e candidatas. A tudo isso se somou uma eficiente estratégia de reversão dos índices de rejeição da administração – altos até o final de 2015 – a partir da execução de um conjunto de pequenas obras na periferia, tais como campinhos de futebol e asfaltamento de ruas, feitos inclusive com apoio do Governo do Estado.

Como arma contra Wagner, o PDT não hesitou em convidar para vice o deputado federal do DEM Moroni Torgan, ex-policial federal e ex-secretário de segurança pública do então governador Tasso Jereissati. E, na disputa pelos votos do antipetismo, Roberto Cláudio evitou entrar no debate da conjuntura nacional e no segundo turno negou explicitamente que tivesse o apoio do PT. Este último episódio não deixou

de ser irônico e constrangedor para o PT, cuja parte importante dos dirigentes defendiam o apoio ao prefeito no segundo turno, mas foram informados de que a melhor opção era que isso não fosse feito de forma pública e aberta para não prejudicar a disputa com Wagner. Ao final, Roberto Cláudio saiu-se vitorioso.

Que lições podemos tirar dessa disputa? Em primeiro lugar, que existe um campo na sociedade que ainda nos ouve, apesar do massacrante bombardeio da mídia contra tudo que tenha a ver com o PT e com a esquerda em geral. Nossa votação, apesar da redução quando comparada a eleições anteriores, ainda foi significativa e, na campanha, tivemos oportunidade inclusive de abordar alguns dos temas nacionais, fazendo uma campanha sem esconder o vermelho nem o PT. Em segundo lugar, ficou clara a dificuldade de engajar novamente a militância em campanhas nos moldes “antigos”: sem militância paga, sem grandes estruturas etc. Em terceiro lugar, as dificuldades dos custos de uma campanha majoritária numa cidade das dimensões de Fortaleza. Mesmo com a proibição das doações empresariais, os custos de campanha, particularmente os de comunicação e marketing, não reduziram significativamente e, não fossem as doações do fundo partidário, na prática não teríamos tido campanha do PT em Fortaleza. Ainda tentamos montar um sistema de doações via internet, mas o montante arrecadado foi irrisório. Em parte por deficiência de nosso marketing, em parte pela falta de hábito e desenvolvimento de uma cultura política do nosso eleitor para isso.

Por último, vale uma observação a respeito de nossas relações políticas com a família Ferreira Gomes. Se, por um lado, temos em Ciro Gomes um defensor agressivo contra o impeachment e na postura de oposição a Temer, por outro lado basta um olhar ligeiro sobre os métodos e a prática política de seu grupo aqui no estado para vermos que nada tem a ver com nosso projeto. A candidatura de Roberto Cláudio, com seus vínculos com o poder econômico, com suas alianças

com o DEM, PP, PTB e mais toda sorte de siglas disponíveis e com toda a base clientelista que lhe assegurou a vitória, não tem diferença alguma de nenhuma das outras lançadas no interior do estado. Mesmo o rompimento com o PMDB é tão recente que o candidato a vice na chapa de Wagner foi eleito vice de Roberto Cláudio em 2012. Ele era nada mais, nada menos que Gaudêncio Lucena, sócio do senador Eunício Oliveira em suas empresas. Mais uma ironia desta eleição.

O DESAFIO DE JUIZ DE FORA NAS ELEIÇÕES 2016

GILIARD TENÓRIO

A construção da candidatura petista para eleição municipal de Juiz de Fora comportou dois desafios. O primeiro deles, o de superar uma conjuntura de crise econômica, mas especialmente política, de forte adversidade ao projeto petista. Em segundo lugar, o de mais uma vez apresentar à população um programa popular e progressista, de extensão de direitos, em especial o direito à cidade. Trataremos de ambos os aspectos adiante.

CONJUNTURA ELEITORAL

Para a dura tarefa eleitoral de 2016, o PT de Juiz de Fora mais uma vez pôde contar com a liderança e a disposição da deputada federal Margarida Salomão. Esta foi a terceira vez que Margarida disputou a Prefeitura. A primeira ocasião foi um caso à parte. Em 2008, sua candidatura nasceu em meio ao nada para quase vencer no primeiro turno. A vitória não

GILIARD TENÓRIO
Jornalista, mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). É presidente do Diretório Municipal de Juiz de Fora e assessor do mandato da deputada federal Margarida Salomão (PT-MG). Fez parte da coordenação da campanha de Margarida Neves na cidade de Juiz de Fora, em 2016.

1. Menciono o fato de que o PMDB local poucos esforços fez – se fez algum – para eleger os candidatos da coligação da qual fazia parte, seja em âmbito estadual (com Fernando Pimentel concorrendo ao governo), seja em âmbito nacional (apoiando a candidatura Dilma Rouseff para o Planalto).

2. Completam a lista as candidatas do PSOL e do PSTU – que também não arrefeceram nas críticas ao PT, diga-se.

veio por força de uma orquestração obscurantista do tucanato mineiro, que teve como força propulsora a intervenção do então governador mineiro, Aécio Neves.

A compreensão da eleição de 2016 passa mais pela disputa de 2012. Isso porque, em ambas as situações, a candidatura adversária é do PMDB – e de um PMDB que desde já insinuava o rompimento com o projeto petista e a construção de uma aliança tácita com o PSDB. A parceria com os tucanos formalizou-se no segundo turno de 2012 e desde o início da campanha de 2016, estando ainda pactuada informalmente durante a disputa de 2014.¹

É nítido que a conjuntura presente é bastante diferente daquela de 2012. Também aqui o antipetismo se fez sentir, ainda que a reação do campo de esquerda tenha alcançado grande dimensão. Mesmo assim, diversas pesquisas demonstravam que a rejeição ao PT seria o grande empecilho para a candidatura de Margarida. Some-se a isso a força que uma administração local tem em distribuir benesses, atrair aliados, formalizar uma grande coligação e arrecadar recursos. Por fim, a candidatura do PMDB dispôs de quase três vezes mais tempo que Margarida, no horário gratuito de propaganda, para aplacar focos de rejeição, além disso contando com uma estrutura significativamente maior. Além do PMDB, havia ao menos outros dois candidatos, do PSC e do PSB, nenhum deles interessado em arrefecer as críticas ao PT.²

Desse modo, o primeiro desafio vencido pela candidatura petista foi o de alcançar o segundo turno. Mesmo em situação de menor visibilidade e de intenso ataque, Margarida conseguiu mobilizar mais de 22% dos votos válidos, ante 39% do PMDB. Alcançar essa nova etapa era condição necessária para efetivamente travar uma disputa sobre os rumos da cidade, obtendo condições mais igualitárias ao menos quanto à disposição de tempo no rádio e na TV.

O sucesso do segundo turno para a candidatura Margarida pode ser percebido de dois modos. Primeiro, nos próprios resultados. O número de eleitores e eleitoras que optaram por Margarida cresceu cerca de 75%, alcançando agora o equivalente a 42,13% dos votos válidos. Esse valor é pouquíssimo diferente daquele obtido em 2012 – numa conjuntura muito menos adversa, obteve-se à época 43% dos votos válidos.

Mais importante, Margarida pautou todo o segundo turno. E isso se deu tanto por conta de uma enfática defesa da democratização da cidade, da extensão de direitos para a população de Juiz de Fora, como também por em nenhum momento recuar da imagem de uma candidatura de esquerda, ou mesmo em nenhum momento deixar de defender o legado e o projeto democrático-popular do PT.

Esses elementos ficaram bem nítidos na propaganda eleitoral. Houve uma preocupação em utilizar o espaço no rádio e na TV para discutir a cidade de modo direto. Isso passava por visitar os bairros, identificar os problemas, conversar com as pessoas. Depois disso, apresentar as propostas, muitas delas já testadas e aprovadas em outras gestões petistas – como o “Vai e Volta”, implementado em São Paulo, ou o Domingo Livre, em Fortaleza. Margarida ainda demonstrou como aquilo que a candidatura do PMDB reivindicava como conquistas suas era, na verdade, fruto direto ou indireto de políticas e iniciativas dos governos Lula e Dilma.

Ao fim, a posição firme de Margarida fez com que o PMDB tivesse que repetir os ataques de sempre, focados justamente no antipetismo. Contudo, se a rejeição efetivamente houve, fez-se muda. Pela cidade, o que se viu foi uma multidão aderir e apoiar a campanha de Margarida. Mais uma vez a cidade viu-se florida por inúmeros militantes e simpatizantes utilizando no peito o tradicional adesivo estampado com uma margarida (e o 13). A esperança por uma cidade de todos e todas voltou às ruas e se fez ouvir.

A JUIZ DE FORA DE 2016

Eleições são, por sua própria natureza, eventos naturalmente pedagógicos. Este elemento tende a ser potencializado quando candidatas e candidatos são, por profissão, professores. Não espanta, portanto, que Margarida (professora que é) tenha recorrido diversas vezes a uma imagem bastante peculiar à cidade para explicar a situação que esta mesma atravessa.

Em diversas e diferentes ocasiões, Margarida esforçava-se por fazer perceber que Juiz de Fora não deveria se prender à alcunha de *Manchester mineira*, termo pelo qual a cidade se tornou conhecida. Por duas razões. Primeiramente, porque tanto Juiz de Fora quanto a Manchester inglesa já não podem mais ser caracterizadas como locais de pujança industrial – ambas se converteram em centros de prestação de serviços. Em segundo lugar, porque essa similitude neblina todas as demais diferenças existentes entre os municípios, notadas em particular na qualidade de vida proporcionada e pela concessão de um verdadeiro direito à cidade aos cidadãos e cidadãs locais.

De fato, a proposição (feita igualmente de modo quase pedagógico) da extensão do direito à cidade aos moradores e às moradoras de Juiz de Fora praticamente pautou a disputa eleitoral em 2016 pela candidatura petista. A elaboração do plano de governo se ateu a isso, mas priorizando aqueles elementos que mais preocupam a população da cidade.

É importante registrar que também em Juiz de Fora são nítidos os avanços propiciados pelos treze anos de governos Lula e Dilma. De fato, a vitória obtida pela candidatura concorrente foi construída tendo como base a reivindicação de crédito por ações que, direta ou indiretamente, são fruto das políticas públicas petistas, como a de construção e manutenção de creches, equipamentos de saúde, condomínios do “Minha Casa Minha Vida”, além de recursos para adequação de infraestrutura urbana e ambiental.

Por outro lado, sabemos que a mera disposição destes aparelhos não implica em qualidade de vida. A situação dos condomínios do programa “Minha Casa Minha Vida” é particularmente emblemática. De início, a decisão por sua localização apenas reforçou a perspectiva de escanteamento da população empobrecida, reforçando a marginalização desta às periferias. Dessa forma, o centro da cidade, onde estão os principais equipamentos de saúde, educação e cultura, permanece como que vetado a essa porção da sociedade. De outro modo, quase nenhuma outra iniciativa de integração e bem-estar social foi elaborada para esses conjuntos habitacionais. São raros os casos de creches, escolas ou postos de saúde construídos especificamente para esses locais. Mesmo a extensão de iluminação pública e de linhas de transporte urbano é ponto passível de franca crítica.

Aos olhos da população, a questão da saúde é o elemento de maior preocupação. A principal reclamação é a demora do atendimento, seja em postos de saúde, seja para a marcação de consultas e exames especializados. A razão disso é bastante clara. Em nenhum momento do passado as gestões municipais se ocuparam em priorizar o atendimento primário em saúde. Os dados sobre gastos públicos deixam evidente a preferência pelo investimento em outras ações da área, em particular no subsídio a serviços privados. De outro modo, o próprio funcionamento das unidades básicas é questionável, tanto por estar restrito ao chamado horário comercial – o que exige que as pessoas tenham que optar entre ir ao trabalho ou procurar atenção médica, como pelo próprio modelo de gestão opaco adotado, que oculta o déficit de médicos e outros profissionais da área.

Esse problema organizacional leva a que as três UPAs existentes no município, e em particular o Hospital de Pronto Socorro (HPS, principal unidade de atendimento de urgência e emergência local), recebam toda a demanda contingenciada. Isso, somado à secundarização do gasto em atendimen-

to primário, provoca o colapso do sistema, de onde deriva o sentimento de desassistência tido pela população. Na prática, isso faz com que o HPS, que deveria concentrar apenas os casos de urgência e emergência, acabe atuando como uma espécie de “UPÃO”, mas que não funciona. Por sua vez, mesmo a qualidade do serviço das UPAs acaba prejudicada – são constantes os casos em que os pacientes internados são solicitados a prover a própria roupa de cama e de banho que irão utilizar nas unidades.

O mesmo sentimento de abandono vale também para as políticas de segurança. Sabe-se que o papel de proteção e, eventualmente, de repressão é uma atribuição dos governos estaduais. Contudo, como Margarida também enfatizou durante a campanha, isso não impede que governos municipais contribuam, em particular quanto a atuar na prevenção e proteção. Nesse sentido, há mais um elemento simbólico em Juiz de Fora: a instituição do chamado programa Olho Vivo, concebido durante a gestão tucana em Minas Gerais e aplicado inicialmente em Belo Horizonte.

O “Olho Vivo”, em sua versão juiz-forana, distribui câmeras pelas regiões central e sul, o que compreende os bairros onde se concentram estabelecimentos comerciais e residências de alto padrão. Em tese, espera-se que esse tipo de ação atue coibindo a ocorrência de ações criminosas. Fazemos, contudo, dois reparos. Em primeiro lugar, os dados colhidos desde a implantação da política apontam no sentido oposto, de aumento de casos de atos tipificados como criminosos, frustrando a expectativa de que o mero monitoramento das ruas fosse capaz de prevenir crimes. De outro modo, a disposição das câmeras nas áreas nobres da cidade demonstra uma preocupação de se praticar uma segurança “patrimonial”, estendendo o sentimento de proteção apenas a uma parcela da sociedade (a mais enriquecida, diga-se).

Nas demais regiões da cidade, a realidade é a mesma de diversos outros locais do país. A presença da segurança

pública se faz presente, em parcela significativa das vezes, na forma da mão pesada do autoritarismo das polícias. A ausência de uma eficaz política de proteção aos cidadãos e cidadãs – pautada no respeito às pessoas –, combinada à omissão do governo municipal, pouco ou nada preocupado em estender à periferia ações de promoção de direitos e de garantias, traz como resultado o inaceitável número de mais de 120 homicídios, até o momento. As vítimas, como de praxe, são jovens e negros.

Por fim, é conveniente retomar a ilustração sobre a *Manchester mineira* para tratar de um desafio específico de Juiz de Fora, em particular no campo econômico. Como dito anteriormente, a cidade hoje tem um setor econômico de prestação de serviços muito mais desenvolvido que o industrial. Destaca-se o provimento de serviços vinculados em especial à saúde (incluindo o atendimento médico especializado e a realização de exames) e à educação (especialmente o ensino superior, por meio de faculdades particulares e da Universidade Federal de Juiz de Fora).

A demanda por esses serviços, contudo, não é formada apenas pelos juiz-foranos e juiz-foranas; inclui também residentes de cidades vizinhas, da Zona da Mata mineira. Juiz de Fora atua, portanto, como uma pequena capital regional, disponibilizando recursos e servindo de referência para as cidades do entorno. Evidentemente, também tem a possibilidade de demandar recursos produzidos por esses municípios, em particular itens relacionados à produção agropecuária.

Juiz de Fora tem condições, desse modo, de ser um ponto de equilíbrio para o desenvolvimento econômico de toda a região. Vale destacar que a Zona da Mata mineira é a segunda região mais empobrecida do estado, possuindo indicadores sociais e econômicos superiores apenas ao Vale do Jequitinhonha, no norte das Minas Gerais. Uma atuação firme e comprometida do gestor municipal tem, assim, condições de propiciar um ciclo benigno para diversas cida-

des. Trata-se, talvez, de uma das melhores estratégias para tanto – ainda que uma das únicas alternativas atualmente disponíveis.

Antecipadamente, é conveniente registrar que uma eventual aprovação da PEC 241 trará danos também ao desenvolvimento regional. A iniciativa do governo golpista, atualmente no poder, em reduzir gastos sociais será especialmente maligna para os pequenos municípios, que têm como uma de suas principais fontes de renda o repasse de recursos de programas governamentais, em particular aqueles ligados à educação e ao combate à miséria. É de conhecimento público o peso do Bolsa Família para a ativação de economias locais. Na ausência desses benefícios, estas cidades verão sua economia ser reduzida. Cedo ou tarde, esse impacto chegará também aos grandes municípios (como Juiz de Fora), já que a demanda por produtos e serviços disponibilizados por estes também irá diminuir.

Por maiores que sejam as dificuldades, creio que são muitos os indícios de quão benéfica seria, para Juiz de Fora, a eleição de um governo comprometido com uma perspectiva democrático-popular. Mesmo em um cenário de agravamento da crise, como o atual, a mera inversão de prioridades seria suficiente para que parte significativa das aspirações populares encontrasse sua realização. Com uma gestão criativa, muito poderia ser feito. Trata-se, contudo, de uma luta ainda em curso, e para a qual o PT – por meio dos mandatos parlamentares de que dispõe, de suas organizações de juventude, mulheres, negros e negras, sindicais e populares – renova o seu compromisso.

NOVO PERÍODO HISTÓRICO E A QUESTÃO DO PARTIDO ROTEIRO PARA UM DEBATE ESTRATÉGICO

CARLOS HENRIQUE ÁRABE E NALU FARIA

O golpe que depôs a presidenta Dilma é um acontecimento divisor de períodos históricos: representa o final de um período democrático que vem desde a queda da ditadura militar e o limiar de um período novo, cujo caráter ainda está em disputa. Quer dizer, vai muito além do fato que finda também os treze anos de governos do PT, de 2003 a 2016.

Podemos afirmar que o caráter do período que se abre está em disputa. E que, dependendo do resultado dessa disputa, a esquerda brasileira ou perderá o seu papel de protagonista no cenário nacional e regional (América Latina) ou o retomará em novas condições programáticas e organizativas.

O mesmo pode ser dito, mais correta e ativamente, de forma inversa: a capacidade de ação da esquerda determinará o caráter do novo período. A capitulação levará ao abismo; o

CARLOS HENRIQUE ÁRABE
Doutor em Ciência Política
pela Unicamp, é membro
da Coordenação Nacional
da Democracia Socialista
e secretário nacional
de formação política da
Executiva Nacional do PT.

NALU FARIA

psicóloga, coordenadora-
geral da Sempreviva
Organização Feminista
(SOF) e integrante da
Secretaria Nacional da
Marcha Mundial das
Mulheres. Coordenou
várias publicações da SOF,
como o boletim *Mulher e
Saúde*, a coleção *Cadernos
Sempreviva* e o boletim
Folha Feminista.

limite da resistência social abre mão da disputa política e implica no risco da fragmentação; a luta política vigorosa junto com a resistência social permitirá reconstruir uma esquerda nova e retomar a disputa nacional e regional.

Assim, o que está em disputa é como a esquerda entrará no novo período, o que, por sua vez, definirá o próprio caráter desse novo período. Podemos dizer, com mais precisão ainda, que o que está em disputa agora é sobretudo qual e quem será a esquerda do próximo período.

A ruptura da ordem burguesa pela própria burguesia alterou completamente a dinâmica normal do período anterior, a sua lógica e mesmo a consciência dos sujeitos nela implicados (ou excluídos). Implicou, certamente, em uma nova dinâmica das forças de direita e mesmo na criação de novas forças de direita, algumas na linha da extrema direita.

Implicou, de outro lado, em uma nova dinâmica das forças de esquerda. No seu momento de auge, essa nova dinâmica conseguiu reunir condições virtuosas que apontaram (e continuam a apontar) para as novas características de uma esquerda capaz de superar os erros e ilusões que permitiram o alçamento da direita.

Os erros, ilusões e impasses, *grosso modo*, são:

- a ilusão em um “compromisso democrático da burguesia brasileira”;
- alianças com partidos tradicionais;
- acomodação ao limite da governabilidade burguesa;
- cópia (e não combate) aos padrões burgueses de financiamento (e de corrupção); e
- conciliação com o neoliberalismo com a guinada conservadora e renúncia programática de 2015.

Se colocarmos do avesso, entendendo as condições virtuosas esboçadas pelas esquerdas unidas na luta contra o golpe, poderíamos expor assim uma futura plataforma da esquerda socialista do próximo período:

- democracia como conquista dos trabalhadores (à la Manifesto de fundação do PT de 1980) e compreensão do caráter histórico antidemocrático da burguesia (à la Manifesto Comunista de 1948 e Mensagem à Liga dos Comunistas de 1850);

- construir frentes e alianças com partidos e movimentos do campo democrático e popular (como foi a política inicial do PT, alargada com a experiência das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, elas próprias espaços de participação);

- democracia participativa, liberdade de comunicação, reforma política, nova constituição (superando a Nova República, ou seja, a máxima expressão da democracia burguesa no Brasil);

- incompatibilidade entre democracia e poder econômico, antagonismo entre democracia e neoliberalismo, abolição do financiamento empresarial, combate à corrupção no Estado, nos partidos e nos sindicatos;

- defesa de uma política econômica radicalmente antineoliberal nos planos nacional e internacional (que, em seu desdobramento, deveria apontar para elementos de um programa de transição ao socialismo); e

- novas formas de organização e auto-organização, pluralismo e igualdades.

Esse acúmulo em potencial é decisivo para o próximo período histórico. Na luta – finalmente derrotada – contra o impeachment, as forças populares e de esquerda gestaram as sementes da superação dos erros, ilusões e impasses do período anterior. Perdê-las agora seria sofrer uma derrota dentro da derrota.

Consideramos que, na nova dinâmica de esquerda no Brasil, quatro vetores se desenvolvem:

- a luta decisiva por uma hegemonia de esquerda no PT;
- a defesa de uma frente de partidos de esquerda;

- a construção e unificação das frentes de massa contra o golpe e o neoliberalismo; e

- a formação de novas camadas militantes e novos processos de organização (e auto-organização).

É decisivo lutar por uma hegemonia de esquerda no PT, pois só assim ele poderá participar dessa esquerda nova em formação.

NOSSAS TAREFAS POLÍTICAS

RAUL PONT

A derrota eleitoral e política que sofremos este ano, 2016, cobra do partido uma resposta à altura da gravidade da crise.

As correntes minoritárias do PT, unidas no movimento MUDA PT defendiam, neste momento, a convocação de um Congresso Extraordinário – com plenos poderes – para fazer uma profunda reflexão sobre o golpe parlamentar que cassou a Presidenta Dilma, as novas políticas econômicas e sociais assumidas pelo Governo Temer e a derrota eleitoral sofrida pela esquerda no País, em particular, a do nosso partido.

A decisão do Diretório Nacional de 10 de novembro, por maioria (CNB, Movimento PT e Novo Rumo) não aconteceu, plenamente, a proposta. Nos municípios foi mantido, simultaneamente ao Congresso, a realização do PED (Processo de Eleições Diretas) com urna aberta durante todo o período para eleger a Direção Municipal e as chapas de delegados para o Congresso Estadual.

RAUL PONT

Foi líder estudantil na UFRGS, bancário, funcionário público e dirigente sindical. Fundador do PT, foi deputado federal (1991-1992), deputado estadual (2003-2007; 2007-2011), vice-prefeito (1993-1996) e prefeito de Porto Alegre (1997-2000). Defensor da participação popular, foi deputado estadual (2011-2014) e presidente do PT-RS. Em 2016, foi candidato a prefeito de Porto Alegre.

Os Congressos e PED municipais serão realizados em 12 de março de 2017.

Uma decisão, mais uma vez, burocrática e incoerente, pois o Congresso também é aberto a todos os filiados e as chapas votadas desde a primeira hora são a negação do debate, do acordo, do convencimento durante o Congresso. Esperamos que isso ocorra, ao menos, nos Congressos Estaduais nos dias 24/26 de março de 2017.

O VI Congresso está marcado para 7 de abril de 2017 para realizar o debate e deliberar, inclusive mas de forma excepcional, sobre a nova direção partidária com mandato de 2 anos.

A gravidade da conjuntura vai muito além do processo eleitoral. Ocorre em um momento de grande ofensiva da direita com a conjunção do elitismo judiciário e do estado de exceção criado em torno da Operação Lava Jato, com a cumplicidade da mídia monopolizada que tudo justifica como medidas necessárias para combater a corrupção e retirar o país da crise que o paralisa.

A ofensiva da direita, o impeachment de Dilma e a derrota eleitoral não ocorreram apenas pela capacidade de articulação emobilização dos partidos neoliberais e conservadores, mas, também pelos erros cometidos por nossa ação partidária e pelos encaminhamentos feitos pelo governo após a vitória eleitoral apertada e difícil que logramos com a reeleição de Dilma em 2014.

Já vínhamos acumulando um forte desgaste desde o “mensalão” em 2005. Com a Operação Lava Jato fomos jogados na vala comum da corrupção. O monopólio midiático encarregou-se de impor a versão da responsabilidade maior da corrupção na Petrobrás ao PT. Apesar da corrupção sistêmica e histórica do capitalismo brasileiro, a seletividade do judiciário e o massacre da mídia consagraram a versão da responsabilidade petista.

A outra razão que nos distanciou da base social que nos garantiu a vitória em 2014 foi a mudança na condução da po-

lítica econômica e na rendição programática e ideológica ao cerco que a direita fazia na defesa do “ajuste fiscal” e da “austeridade dos gastos públicos”.

Em 2015, além da marca da corrupção pagamos o preço do afastamento da base social do governo que não via nenhuma identidade com as políticas desenvolvidas pelo ministro Levy e pelo Banco Central.

Estava aberto o caminho para a traição e o golpismo do PMDB. Na presidência da Câmara Federal, o deputado Eduardo Cunha (PMDB) encarregou-se de consolidar uma agenda de “pautas-bomba” que encurralavam crescentemente o governo e consolidavam um bloco majoritário e golpista. A “Ponte para o Futuro” foi o instrumento programático para selar o acordo com o PSDB na direção da derrubada do governo Dilma. Atingido, também, pela Operação Lava Jato o dep. Cunha desencadeia o processo de impedimento contando com o apoio aberto da mídia e a cumplicidade do Judiciário. Mesmo sem provas e com acusações casuísticas, prevaleceram as razões do “conjunto da obra” para garantir a consecução do golpe no Senado.

A derrota eleitoral nos pleitos municipais foi o desfecho, o resultado previsível desse processo. O abandono do partido por um grande número de prefeitos e vereadores aproveitando a “janela legal” da reforma eleitoral e a flagrante diminuição do número de candidatos eram sinais que apontavam na direção do fracasso eleitoral. Em 2012 disputamos 1.759 municípios e em 2016 esse número caiu para 971 municípios.

A crise que vivemos, no entanto, vai muito além da derrota eleitoral. Esta não é circunstancial, conjuntural ou passageira. Suas raízes são mais profundas e por isso exigem um duplo esforço partidário. Por um lado, manter a luta de oposição prioritária e sem tréguas a esse governo ilegítimo e usurpador e as políticas neoliberais que vêm aprofundando e, por outro, mas simultaneamente, realizarmos uma profunda reflexão e auto-crítica no partido para que possamos recuperar

a confiança, o apoio e o protagonismo da nossa base social na reconstrução partidária. Essa é a maior e mais urgente tarefa que temos que enfrentar no Partido dos Trabalhadores. Essa deve ser a pauta por, excelência, do VI Congresso em todos os níveis. A unidade alcançada pelo Movimento Muda PT deve refletir esse esforço na busca de teses unitárias que respondam ao temas:

A) UM PROGRAMA ESTRATÉGICO DE LUTA DEMOCRÁTICA

O longo período de governo deixou-nos reféns do pragmatismo cotidiano dos mandatos e de alianças em busca de governabilidade que secundarizaram um projeto anticapitalista que afirmávamos nos documentos fundamentais e nas primeiras décadas de vida partidária.

A construção de experiências de democracia participativa que realizamos em prefeituras e Estados não foi continuada nem tentada no governo federal. Muito menos traduzida para novas formas de institucionalidade que fossem além da representação clássica com todos os seus vícios de burocratização e de privilégios, a serviço da reprodução do sistema.

A questão democrática deve ser o centro de uma estratégia da luta partidária numa visão de transição ao Socialismo. A participação popular permanente e crescente nos espaços dos orçamentos públicos, dos conselhos setoriais, das Conferências (municipais, estaduais e nacional) na definição dos gastos e das políticas públicas é a via de construção desta estratégia. Estes são espaços que vão além da institucionalidade vigente e recolocam, permanentemente, novos desafios e avanços.

A luta por democracia participativa estende-se ao conjunto dos entes federados, em suas instituições, secretarias, empresas públicas, universidades visando estimular o debate e experiências sobre o controle e a gestão democrática nas de-

mais esferas da sociedade.

Essa luta não exclui a necessidade de uma profunda e radical reforma política no atual sistema político eleitoral: o voto em lista partidária com igualdade de gênero; o fim das coligações proporcionais; o financiamento público das campanhas; a representação com proporcionalidade idêntica para todo o país na Câmara Federal e o fim das vantagens e privilégios dos mandatos eleitorais (no de assessores, emendas parlamentares, aposentadorias especiais e planos de saúde, verbas de gabinete etc..).

B) UMA NOVA POLITICA DE ALIANÇAS

Apesar do PT ser herdeiro de uma esquerda que, nos anos 60 e 70, rompeu com a concepção de aliança de classes para superar o subdesenvolvimento e a dominação imperialista, ao chegar ao governo rendeu-se a lógica da governabilidade congressional; determinada por um sistema eleitoral esquizofrênico que elege Executivo e Legislativo sem coerência e sustentabilidade entre eles.

Esses doze anos de experiências no governo federal e em muitos Estados e Municípios, por maior ou menor tempo, são suficientes para um balanço autocrítico. O recente golpe parlamentar demonstra, mais uma vez, o descompromisso dos partidos da classe dominante com a democracia. Da mesma forma, desde o fim da ditadura cívico-militar, esses partidos mantiveram o básico do sistema eleitoral (voto nominal, financiamento privado, coligações proporcionais, piso e teto na representação da Câmara) cada vez mais anacrônico e anti-democrático, num “presidencialismo de coalizão” que só interessa ao conservadorismo.

Essa experiência mostra-nos a necessidade, sem atalhos e oportunismos eleitorais, de trabalhar pela construção de unidade no campo da esquerda com os partidos e movimentos que lutam por uma alternativa socialista para o Brasil.

Essa unidade frentista não pode ser apenas eleitoral, mas precisa dar corpo, vertebração nacional, força política e orgânica de forma permanente nas lutas sociais que travamos cotidianamente.

Tem que ser permanente, pois é a forma mais correta de ir unificando na realidade da vida, das lutas sociais, a verdadeira unidade para sustentar um programa de governo e um projeto nacional de transformação do país.

No quadro atual, dezenas de partidos e suas esdrúxulas coalizões tornaram o processo eleitoral um “vale-tudo” onde não há mais critérios claros e que sirvam para educação política dos eleitores e depois dos pleitos eleitorais para identificar qual a distinção dos programas e dos governos.

Nesse “vale-tudo” resta ao eleitor votar na “pessoa”, no “conhecido”; ou seja; no “indivíduo” que é a negação do princípio coletivo da representação democrática. Nesse sentido, o PT deve defender a construção de uma frente de esquerda com os demais partidos que se reivindicarem da luta anticapitalista e estão dispostos a construir esse instrumento unitário de luta política sem que seus membros percam sua identidade própria. O programa necessita ser consensual entre os componentes e estes devem compor coordenação colegiada com base na sua representação objetiva nos movimentos sociais e na institucionalidade.

No quadro atual pode parecer uma tarefa difícil, uma quimera inatingível. Mas, o risco da atomização, do isolamento, da impotência diante dos enormes desafios presentes, nos coloca a obrigação de tentar romper a inércia, de não abdicar da grande disputa da política nacional.

Os resultados eleitorais permitem a leitura de uma derrota do campo de esquerda mas apontam também para abstenções recordes, para a soma de nulos, brancos e abstenções vitoriosa em várias capitais.

O voto positivo nos partidos do campo da esquerda expressam um contingente acima de 20% em muitas capitais e

idades grandes do país. Portanto, temos uma história, uma base social e uma forte referência a organizar.

As experiências recentes com a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, ainda que em outra dimensão, revelam a audiência e a capacidade mobilizadora e organizadora dos movimentos sociais no país.

Essa é uma das condições básicas para recuperarmos a capacidade de luta e de aglutinação do Partido dos Trabalhadores. Mais que isso, é a condição necessária para reconstruir sua coesão interna e seu projeto histórico.

O diálogo deve ser aberto com os partidos que se afirmam nesse campo, que se denominam socialistas e comunistas e, inclusive, o trabalhismo que se filia a Internacional Socialista, como é o caso do PDT.

C) COMBATE SEM TRÉGUAS AO GOVERNO GOLPISTA E USURPADOR

O governo golpista e usurpador de Temer deve ter nossa oposição permanente. As mudanças que pratica em todas as políticas públicas que vinham do nosso governo são marcadamente antipopulares e antinacionais.

Vivemos um estado de exceção em que a cada dia ocorre mais um ataque, mais uma violência contra o povo, contra a juventude e os interesses nacionais. Essas medidas vão da liquidação da EBC por Medida Provisória – primeira experiência de criação de um veículo de comunicação público não governamental que garantisse alguma alternativa ao monopólio que controla a mídia no país – aos ataques a Petrobrás retirando dessa e do país, o controle sobre a exploração do Pré-sal, vendendo a preço vil áreas riquíssimas como o Reserva de Carcará e privatizando a área de distribuição e dos gasodutos da empresa.

O golpe maior contra o povo é o congelamento dos gastos públicos nas áreas sociais (educação, saúde) no limite

da inflação do ano anterior, mas garantindo, sem limite, a remuneração do rentismo financeiro que saqueia o país através da dívida pública. A reação crescente da população faz com que o governo e seus aliados nos Estados desencadeiem uma repressão brutal aos sindicatos, à juventude e aos movimentos sociais do campo, ultrapassando todos os limites do Estado de Direito.

O PT através de seus filiados e militantes deve estar engajado e na linha de frente dessas resistências e lutas dos trabalhadores. Junto com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, assim como com as ocupações de escolas e universidades que hoje se expressam contra a PEC 241, já no Senado sob na 55/16.

Todos os filiados, vereadores, deputados, dirigentes sindicais e militantes sociais tem o dever de estarem, todos engajados em alguma frente de luta contra esse governo golpista e usurpador. Não há melhor espaço para a reconstrução do nosso projeto do que a presença ativa, militante, em todas as frentes, inclusive nas áreas da Cultura, na resistência aos golpistas e entreguistas do governo Temer.

D) O PT NÃO PODE ABDICAR DA LUTA ANTI-CORRUPÇÃO

Entre as principais causas da derrota política eleitoral que vivemos esta a acusação construída e escancarada pela mídia de que o PT é o maior responsável pela corrupção na Petrobrás e no governo.

Não basta mostrar o caráter sistêmico da corrupção no capitalismo brasileiro e sua relação com os governos nem a hipocrisia de um sistema eleitoral que permitiu, legalmente, em 2014, doações aos candidatos e partidos pelas empresas de valores superiores a 5 bilhões de reais, conforme os dados registrados no TSE. Nem a seletividade do juiz Moro e sua equipe são capazes de distinguir nos 5 bilhões de reais de 2014 o que

é “doação” e o que é “propina” pois para os empresários isso é um investimento em busca de favores e vantagens.

A esmagadora maioria dos presos e condenados na Lava Jato são mega-empresários, seus diretores e gerentes, a tecnoburocracia da Petrobrás e os doleiros e intermediários responsáveis para a corrupção fluir aos paraísos fiscais.

Esses argumentos já são suficientes para, objetivamente, questionar e relativizar a afirmação de que o “PT é o maior responsável pela corrupção...”. Prevaleceu a tese da mídia e da seletividade do judiciário política e eleitoralmente. Estes são o fato e o resultado concretos. É o preço pago pela pessoa jurídica (o PT) e seus milhões de filiados, que sem praticarem ou decidirem qualquer ato ilícito ou forma criminosa de campanha eleitoral ou em benefício próprio, como consequência da versão predominante na mídia.

Impedir a ação dos inimigos é muito difícil. O que não é aceitável é ficarmos inertes e não termos iniciativas que impeçam ou minimizem os ataques dos que querem nos destruir.

Desde a experiência da Ação Penal 470, o Partido, pela maioria de sua direção, não respondeu a altura e conforme nosso estatuto para salvaguardar o coletivo, a imagem da sigla partidária.

Afastar os envolvidos para resguardar o Partido, não é um pré-julgamento nem falta de solidariedade, mas é garantir o direito de defesa, sem pairar dúvida sobre o comportamento do coletivo e do caráter simbólico da denominação partidária.

No caso mais recente da Operação Lava Jato esse comportamento foi semelhante. Conciliação e atraso na tomada de decisões em situações onde a evidência, a quebra de decoro ou fidelidade partidária exigiam ação exemplar e simbólica perante a opinião pública.

O partido foi abdicando de observar o Estatuto e o Código de Ética nos casos de voto em benefício próprio, em conciliar com práticas clientelísticas e corruptoras como as emendas parlamentares, a aceitação de privilégios como as

aposentadorias especiais. Esse afrouxamento passou a ocorrer também com as enormes desigualdades nos financiamentos das campanhas eleitorais dentro do partido e daí para o lobbyismo com as grandes empresas.

Mesmo nos casos em que as informações, os dados e as denúncias nos processos judiciais em curso apontam para o benefício próprio, o enriquecimento pessoal que nada tem a ver com a busca de apoio às campanhas eleitorais ou partidárias, a direção reluta ou delibera pela não aplicação da norma estatutária que indica claramente, nesses casos, do afastamento liminar do acusado.

Neste congresso extraordinário impõe-se uma normativa mais clara e efetiva para que situações como a que vivemos não recaiam sobre o conjunto do partido ou de sua impessoal sigla jurídica.

Denúncias, combate aos privilégios e vantagens em todas as esferas públicas (dos três poderes) e iniciativas legislativas para proibi-las são as formas concretas que vão permitir uma recuperação de imagem e de sentido na nossa luta contra a corrupção.

E) UMA NOVA FORMA DE FINANCIAMENTO

Independente da necessária reforma estatutária precisamos pactuar, urgentemente, mudanças no financiamento orgânico do Partido que recuperem o protagonismo da base nos rumos partidários como, por exemplo, o processo amplo de debate das teses e propostas concomitante com os processos de delegação que qualifiquem e permitam o debate na formação de unidades e consenso nos espaços estaduais e nacional de deliberação.

Da mesma forma, urge outro comportamento na decisão sobre o uso dos recursos partidários. Não há controle democrático, nem no DN nem na Executiva Nacional sobre os critérios e a aplicação dos recursos, nem da prioridade dos gas-

tos do Partido. A centralização absoluta das contribuições partidárias e dos portadores de mandatos e Cargos de Confiança no SACE não ampliaram a arrecadação e desresponsabilizaram as direções estaduais e municipais na busca permanente de novas fontes e dos rigorosos controles das contribuições ordinárias. O caráter individual e declaratório da contribuição nacional não tem criado o comprometimento coletivo da sustentação nem o controle e a cobrança permanente de todos os filiados. O fim das contribuições empresariais aos candidatos e partidos recoloca, com mais radicalidade, a necessidade de uma política autônoma junto aos filiados e simpatizantes da sustentação material do partido. A educação política para a contribuição individual de todos os filiados, com regularidade e critérios de correspondência aos salários e ganhos, é uma cultura a ser recuperada pelo partido, após anos e anos de busca de recursos nas empresas e no Estado com todas as distorções e deseducação política que isso acarreta.

Por fim, mas não por último, sem prejuízo da necessidade de continuarmos num debate mais profundo sobre as questões internacionais em curso (integração da A.L e a crise dos governos progressistas, a situação mundial com a eleição dos EUA, os Brics etc...) assim como os temas nacionais (recessão, liquidação dos instrumentos do Estado como o BNDES, a Petrobras, a desindustrialização, etc..), os itens elencados anteriormente são uma pré condição mínima para que possamos recuperar um novo pacto de funcionamento interno do partido e que o habilita a pensar a totalidade da conjuntura e suas contradições. Não temos dúvida da importância e da necessária compreensão do que ocorreu nos EUA com a vitória de Trump, a grave situação europeia com o Brexit aprovado na Inglaterra e o avanço da direita na Áustria, na França, na Alemanha colocando em xeque o projeto da União Europeia. Esses temas devem ser tratados com a profundidade necessária no Congresso extraordinário, bem como a grave situação econômica e política na América Latina.

O escopo da nossa contribuição tem como objetivo, modestamente, unificar o movimento Muda PT em torno de uma plataforma básica para que possamos recolocar o Partido em condições de confiança mútua e consciência comum sobre as grandes mudanças que ele necessita viver.

OS FATOS SÃO TEIMOSOS

ARNO AUGUSTIN FILHO

“[...] e a casa [...] será arrasada e salgada para que nunca mais no chão se edifique [...].”
Sentença dos Inconfidentes, 18 de abril de 1792

A hegemonia do capital financeiro é uma característica da atual fase do capitalismo. No caso brasileiro, no entanto, esta hegemonia tomou uma forma peculiar. Devido a elevada taxa de juro de curto prazo (Selic), todo o cálculo econômico fica distorcido e a especulação financeira e o rentismo acabam sendo o principal condutor das decisões. O controle que o ganho financeiro passa a ter sobre a economia é total, ficando a parte real e operacional com sua importância descaracterizada. Esta é a maior restrição ao desenvolvimento e ao crescimento econômico do Brasil: a grande mídia, o pensamento econômico e político e até as definições jurídicas do país são fortemente condicionados por esta distorção financeira.

A indústria, a exportação, a agricultura, o comércio e os serviços têm proprietários que, na maior parte das vezes, também são rentistas. A própria empresa tem parte importante de sua rentabilidade decorrente de aplicações. Isto faz

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Filiado ao PT desde sua fundação, é economista, formado pela UFRGS em 1983. Foi secretário da Fazenda de Porto Alegre (1992-1998); secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul (1999-2002); secretário executivo-adjunto do Ministério da Fazenda (2003-2004) e secretário do Tesouro Nacional (2007-2014).

Agradeço ao economista Jorge Maia Ussan, amigo que elaborou e gentilmente cedeu-me os gráficos ilustrativos.

OS FATOS SÃO TEIMOSOS

ARNO AUGUSTIN FILHO

“[...] e a casa [...] será arrasada e salgada para que nunca mais no chão se edifique [...].”
Sentença dos Inconfidentes, 18 de abril de 1792

A hegemonia do capital financeiro é uma característica da atual fase do capitalismo. No caso brasileiro, no entanto, esta hegemonia tomou uma forma peculiar. Devido a elevada taxa de juro de curto prazo (Selic), todo o cálculo econômico fica distorcido e a especulação financeira e o rentismo acabam sendo o principal condutor das decisões. O controle que o ganho financeiro passa a ter sobre a economia é total, ficando a parte real e operacional com sua importância descaracterizada. Esta é a maior restrição ao desenvolvimento e ao crescimento econômico do Brasil: a grande mídia, o pensamento econômico e político e até as definições jurídicas do país são fortemente condicionados por esta distorção financeira.

A indústria, a exportação, a agricultura, o comércio e os serviços têm proprietários que, na maior parte das vezes, também são rentistas. A própria empresa tem parte importante de sua rentabilidade decorrente de aplicações. Isto faz

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Filiado ao PT desde sua fundação, é economista, formado pela UFRGS em 1983. Foi secretário da Fazenda de Porto Alegre (1992-1998); secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul (1999-2002); secretário executivo-adjunto do Ministério da Fazenda (2003-2004) e secretário do Tesouro Nacional (2007-2014).

O autor agradece ao economista Jorge Maia Ussan pela contribuição com os dados.

com que a balança penda para o lado financeiro e não para a atividade operacional da empresa. Os próprios proprietários e sindicatos patronais da atividade operacional sempre acabam relativizando a defesa da atividade real se isto de alguma forma conflita com o ganho financeiro. Este não é um padrão internacional.

A contradição aparece a toda hora: a taxa de juro alta que aprecia o real em prejuízo das exportações é vista com bons olhos pelos exportadores; o agricultor que precisa de melhorias urgentes na logística aplaude a redução do gasto público e, portanto, dos investimentos em infraestrutura; o industrial que não deveria prescindir das desonerações, de subsídios para seu investimento e de melhoria educacional para sua força de trabalho afirma que o importante é o superávit primário; e o comércio e os serviços parecem não perceber que o efeito da aplicação das teses dos economistas dos bancos leva à contenção da demanda agregada da economia, sendo este o motivo pelo qual seus negócios vão mal.

Na grande imprensa, o pensamento é único. O comando do mercado financeiro é total, ficando a economia real completamente relegada. Aqui não se fala sequer de querer uma defesa pela mídia dos direitos dos trabalhadores, mas de uma simples defesa civilizada do crescimento econômico. Aliás, já seria um enorme avanço se “os economistas” ouvidos não fossem só os consultores ou assessores dos próprios bancos, mas que os defensores da atividade econômica real fossem também ouvidos.

Os EUA, o Japão, os países da comunidade europeia jamais têm superávit primário. Apresentam déficits primários estruturais. Se os analistas de nossa grande mídia aplicassem para esses países os critérios que utilizam para o Brasil, concluiriam que são países à beira do abismo fiscal. Mas não: o que ocorre é investimento e crescimento consistentes e sustentáveis, inflação e juro baixos. Convivendo muito bem com expressivos e persistentes déficits primários.

AS RESTRIÇÕES AO CRESCIMENTO DO BRASIL

■ Investimento.

O insuficiente crescimento brasileiro é correlacionado com a alta taxa de juro, que tem permanecido historicamente muito acima do necessário. A contrapartida do juro elevado é uma taxa de investimento baixo. Com pouco investimento na frente, ou seja, sem capacidade instalada, qualquer tentativa de crescimento econômico esbarra imediatamente em elevação de preços e, seguindo a cartilha do rentismo, em nova elevação de juro, retroalimentando as dificuldades para o crescimento. É um círculo vicioso do qual o país só pode se libertar com um patamar de juro bem abaixo do histórico ou com intervenção estatal, que permita o investimento com taxa de juro diferenciada. Mesmo que a segunda opção tenha custo fiscal, o crescimento sem inflação que ela permite compensa este custo, pois permite maior crescimento da receita e menor pagamento de juros.

■ Fiscal.

A face fiscal deste círculo vicioso é igualmente danosa. O crescimento baixo leva a uma receita insuficiente, e a consequência é uma pressão por um dispêndio menor, o que atinge inclusive o investimento. A taxa de investimento reduzida retroalimenta o baixo crescimento. Quando o país tenta crescer, a falta de infraestrutura (combinada com os problemas regulatórios) leva a uma pressão por preços maiores, e a consequência é o Banco Central aumentar mais o juro. Só que o efeito fiscal é devastador. Quando cresce o juro, a dívida pública explode. Na verdade, este é o único problema fiscal realmente relevante do país. Um gasto de juro recorrente que correspondeu a 8,5% do PIB no ano passado (2015).

Para que se tenha uma ideia, a totalidade da dívida pública líquida do Brasil em 2014 correspondia a 32,6% do PIB. Já os juros da dívida pagos em 2015 foram de 8,5% do

PIB. Ou seja, menos de quatro anos de pagamentos de juros nesses patamares já equivaleriam à totalidade da dívida existente em 2014. O tamanho da dívida não é expressivo sob qualquer parâmetro, em especial internacional. O problema está claramente na dimensão distorcida do juro pago.

Na verdade, ao contrário do que nos querem fazer crer a grande mídia e os economistas dos bancos, não temos dívida por gastar demais. Temos dívida por pagar juro demasiado e desvinculado dos fundamentos da economia.

■ Restrição externa.

O círculo vicioso do rentismo também se faz presente na questão externa. Na verdade, o Brasil deveria ter o câmbio estruturalmente mais desvalorizado. Mas, como a opção real de combate à inflação sempre foi a de juro alto com a intenção de valorizar o real e com isto conter os preços, temos um câmbio estruturalmente desequilibrado por estar demasiadamente valorizado.

Só que o resultado efetivo do câmbio valorizado é o pouco dinamismo da exportação, com isto afetando negativamente o crescimento. Além disto, a exportação deficiente implica em balança comercial fraca, o que induz a juros altos para atrair divisas que compensem a balança comercial.

Agrava o quadro a escassez de reservas cambiais que o Brasil possuía. Era quase inexistente nosso volume de reservas, o que fazia com que qualquer dificuldade no mundo trouxesse elevada volatilidade para nós. E exigia taxa de juro interna estruturalmente maior para trazer divisas.

■ Falta de demanda interna dinâmica.

O investimento também era negativamente afetado pela inexistência de uma demanda agregada que crescesse de forma consistente com um mercado de consumo no qual a distribuição de renda permitisse um mínimo de dinamismo. O Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, o crescimento do

emprego e do salário real formaram as condições necessárias ao crescimento e nunca um óbice a ele. Sem expectativa de crescimento da demanda, não há investimento. Por isso era preciso melhorar as condições do mercado de consumo.

■ Falhas concorrenciais.

Outra restrição relevante ao crescimento decorria da inexistência de um mínimo de concorrência em setores decisivos para a formação de custos competitivos. Os marcos regulatórios eram deficientes, com a existência usual de oligopólios; sobrelucros abusivos e ineficiência; e barreiras a entrada em muitos setores de base da economia (portos, ferrovias, aeroportos, logística, minérios, energia, petróleo, entre outros). Estes setores possuíam um histórico muito negativo em termos de permitir uma concorrência minimamente eficiente. Como consequência, havia custos que impediam a competitividade da economia.

■ Força de trabalho qualificada: educação.

A inexistência de uma força de trabalho qualificada era outra restrição que precisava ser enfrentada. Com pouco investimento em educação e em formação de mão de obra, é difícil melhorar a produtividade. Um mínimo de crescimento implicava em inexistência de força de trabalho compatível, com perdas de produtividade relevantes.

O ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA

O final do primeiro e do segundo mandato do presidente Lula e o primeiro mandato da presidenta Dilma, ou seja, o período histórico que vai do final de 2005 ao final de 2014, representou a mais consistente tentativa de superação do rentismo e dos entraves ao desenvolvimento de nossa história. Ocorreu o enfrentamento das principais restrições ao crescimento: mercado de consumo, investimento privado e

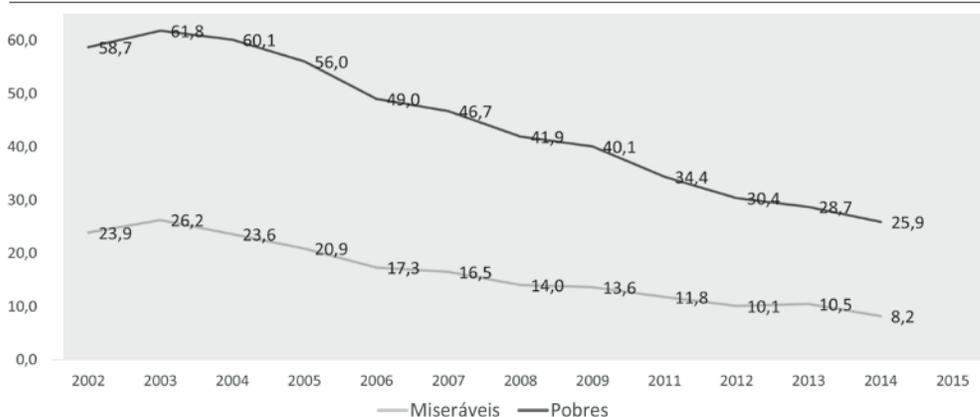
público, melhoria fiscal, questão externa, mudanças regulatórias (visando concorrência) e educação.

■ Mercado interno: distribuição de renda.

A constituição de um mercado de consumo foi impulsionada através de um conjunto de políticas que, embora mirando também e principalmente o lado social, implicaram em uma verdadeira revolução na distribuição de renda e no emprego. O salário real cresce de 2003 até 2014 e o desemprego cai para menos da metade, atingindo a mínima histórica em 2014.

O número de pessoas na faixa de pobreza, calculado em 61,8 milhões em 2003, cai para 25,9 milhões em 2014. Na faixa de miséria, cai de 26,2 em 2013 para 8,2 milhões em 2014.

Gráfico 1 - Pobreza, em milhões de pessoas



Fonte: IPEA

Estes resultados extraordinários que deveriam orgulhar todos os brasileiros foram conseguidos com políticas ativas de intervenção estatal, como o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, a proteção de direitos dos trabalhadores (como na proteção dos direitos para o trabalhador doméstico).

■ Investimento.

Num cenário de juro estruturalmente alto, o governo optou por uma política de subsídio ao investimento. Através

do empréstimo de mais de 400 bilhões de reais ao BNDES para que este, com risco bancário fundamentalmente privado, pudesse financiar o investimento privado com juro compatível, o Brasil poderia sair do círculo vicioso. Com investimento na frente, a produção poderia acompanhar de forma equilibrada o crescimento sem que um aumento imediato do juro abortasse aquilo que em outros tempos se chamou de o voo da galinha. O juro subsidiado não seria imprescindível não fosse a taxa de juro de curto prazo, a Selic, nos patamares fora da realidade que se pratica no Brasil. Mas permitiu que ela fosse substancialmente reduzida, chegando a 7,25% em 2012.

O mais importante é que foi possível um aumento consistente do Investimento, como demonstra a formação bruta de capital fixo (FBCF). Esta cresceu de 16,6% do PIB em 2003, ou de 17,1% do PIB em 2005, para 20,9% do PIB em 2013. Em 2014, caiu para 19,9%, refletindo o aumento da Selic e as dificuldades do ano. Esta queda não seria uma tendência se o Estado tivesse o mesmo comportamento que teve em 2008/2009, no qual a redução da FBCF foi revertida com um expressivo aumento já em 2010.

O investimento público ganhou nova realidade através do PAC. A própria capacidade técnica e gerencial de o setor público brasileiro fazer obras havia sido perdida. Com enorme esforço, foi retomada, reconstituindo-se base técnica para importantes obras de logística e infraestrutura. O total de investimentos realizados pela administração direta subiu de quase inexistente para 0,8% do PIB em 2007 e para 1,3% do PIB em 2014.

■ **Concorrência: novos marcos regulatórios.**

Os processos de revisão em marcos regulatórios estavam quebrando importantes amarras ao crescimento. Por exemplo, foram retiradas as barreiras à entrada nos portos brasileiros que impediam a concorrência e preços internacionais.

mente competitivos. A votação da medida provisória que tratou da matéria teve forte resistência dos grupos interessados na continuidade da verdadeira mina de ouro que esses monopolistas detinham. Basta dizer que o líder da oposição à matéria era Eduardo Cunha. Embora o governo tenha vencido, estes e outros processos de quebra de barreiras à entrada trouxeram enorme desgaste, cujo preço foi dramaticamente cobrado mais tarde.

As novas modalidades de concessões rodoviárias permitiram preços de pedágios muitas vezes mais acessíveis e obras mais rápidas, com ganhos de competitividade. Os principais aeroportos foram rapidamente incrementados com concessões de extraordinário sucesso e que retiraram um dos entraves ao crescimento. A nova modelagem de ferrovias, se tivesse sido implementada, permitiria que o modal ferroviário deixasse de ser utilizado pelos monopolistas regionais da mineração e abrisse perspectivas de escoamento barato para a safra agrícola.

O governo preparou um conjunto de concessões no Programa de Investimento em Logística (PIL) que reunia importantíssimos projetos de desenvolvimento da logística no Brasil. A condição de poder lançar projetos estratégicos é fundamental. As novas regulamentações junto com esses projetos haviam criado as condições para um salto em nosso desenvolvimento.

■ Energia.

O sistema elétrico teve seus preços reduzidos e conseguiu superar três anos de seca. Em 2001, apenas um ano de seca levou ao apagão e à interrupção do crescimento por falta de energia. As mudanças regulatórias feitas certamente não causaram a seca. Mas a versão conservadora atribui, às corretas e necessárias mudanças feitas, a responsabilidade por eventos que são climáticos. O importante é que, no novo modelo, as taxas de rentabilidade não são extorsivas. Por isso, quando não há seca, a tarifa pode cair substancialmente, como está acontecendo agora. Mesmo a subida da bandeira não impede

uma tendência de queda para compensar os aumentos exagerados antes dados.

O regime do pré-sal e os investimentos na cadeia de petróleo colocam uma realidade estratégica de enorme importância para o futuro. Os problemas gravíssimos que ocorreram na Petrobras não retiram a importância estratégica do que foi feito. As plataformas, a indústria naval, as refinarias, o regime do pré-sal continuam sendo conquistas para o futuro do país.

■ Educação.

A educação foi impulsionada. Uma prova disso vem do próprio governo golpista, que usou dinheiro público para pagar escandalosas matérias nos jornais para acusar o governo anterior de que: “O gasto do Ministério da Educação subiu 285% acima da inflação entre 2004 e 2014.” Em qualquer país sério, a imprensa destruiria alguém que usasse esta argumentação.

Não precisa nem lembrar o efeito social da educação. Basta ficar no efeito econômico. Toda a teoria econômica moderna demonstra que o investimento em educação é o mais relevante para o crescimento de longo prazo. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por exemplo, foi uma iniciativa de enorme importância para a melhoria de nossa produtividade. Nenhum país consegue aumento de produtividade sem formação da força de trabalho.

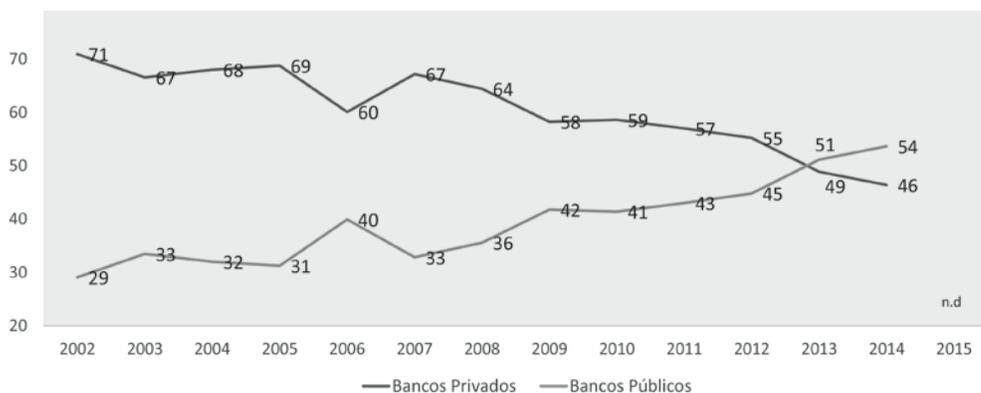
■ Bancos.

O sistema financeiro sofreu um importante choque de aumento de concorrência. Isso foi feito simplesmente pela alteração da política operacional dos Bancos Públicos, antes atrelados ao interesse da área privada. Principalmente após a crise internacional de 2008/2009, a estratégia do setor privado de se recolher completamente de qualquer risco (se o Estado paga juros exorbitantes, para que correr riscos financiando

a produção?) encontrou pela primeira vez uma pedra no seu caminho.

Os bancos públicos passaram a assumir o mercado deixado pela retirada do setor privado. O efeito foi uma mudança da participação dos bancos públicos e dos privados no total de empréstimos. Em 2007, os bancos privados respondiam por 67% dos empréstimos feitos e os públicos por apenas 33%. Em 2014, esta relação se inverteu. Os bancos públicos passaram a responder por 54% dos empréstimos e os bancos privados por 46%. Obviamente os bancos privados não gostaram de perder 20% de mercado, e sua oposição ao governo aumentou.

Gráfico 2 - Participação no saldo de operações de crédito em dezembro de cada ano (em %)



Fonte: BCB

■ Restrição externa.

Para melhorar nossa relação com o exterior, foram necessários dois movimentos: aumentar o volume de reservas e melhorar a competitividade da economia. O juro alto traz como consequência a valorização do real, o que prejudica as exportações. Além disso, o aumento do salário real traz, por óbvio, um aumento de custos. Para compensar, o governo trabalhou nos subsídios ao investimento através do Programa de Sustentação de Investimento (PSI) e fez um ousado programa de desonerações. A desoneração principal foi na folha de salários, o que

compensou em parte o aumento dos salários. O objetivo principal era diminuir custos para a exportação. Além disso, a exportação foi diretamente beneficiada pelo Reintegra.

É incorreto achar que as desonerações trouxeram problemas fiscais. É exatamente o contrário. Estas políticas, assim como os subsídios, impediam que as dificuldades econômicas fossem ainda maiores. A prova disso foi o que aconteceu quando os subsídios e as desonerações foram retirados em 2015 e 2016. A economia despencou, e o resultado fiscal destes dois anos foi o pior da história.

Os críticos da desoneração costumam ser bastante seletivos. Fazem uma grande celeuma sobre o pretense efeito fiscal negativo dela, mas silenciam sobre o fim da CPMF. Quando o Senado, atendendo à pressão dos bancos, acabou com a CPMF em 2007, o governo alertou sobre as dificuldades fiscais que esta irresponsabilidade traria. A perda da CPMF, de interesse dos bancos, é muito maior do que a atribuída às desonerações para a indústria. Mas a desoneração criticada é a da indústria, não a dos bancos.

O processo de desonerações foi correto e teve um efeito macroeconômico positivo. Este é o ponto que se quer realçar. Isto não significa que não possa ter existido aqui ou ali alguma desoneração discutível ou equivocada. Muitas, inclusive foram feitas ou ampliadas pelo congresso.

Saímos de uma situação de quase nenhuma reserva para mais de 350 bilhões de dólares de reserva. Este nível de reservas implica em um maior nível de dívida bruta, mas isto não é nenhum problema numa análise séria dos fundamentos.

Um elevado nível de reservas auxilia em muito a estabilidade e capacidade de enfrentar turbulências, como se viu em 2008/2009. Além disso, o investimento direto estrangeiro mostrou um comportamento positivo, com elevação constante, inclusive no ano difícil que foi 2014. Com toda a tentativa de desestabilização feita, o investidor estrangeiro permaneceu investindo e acreditando no Brasil.

■ Fiscal.

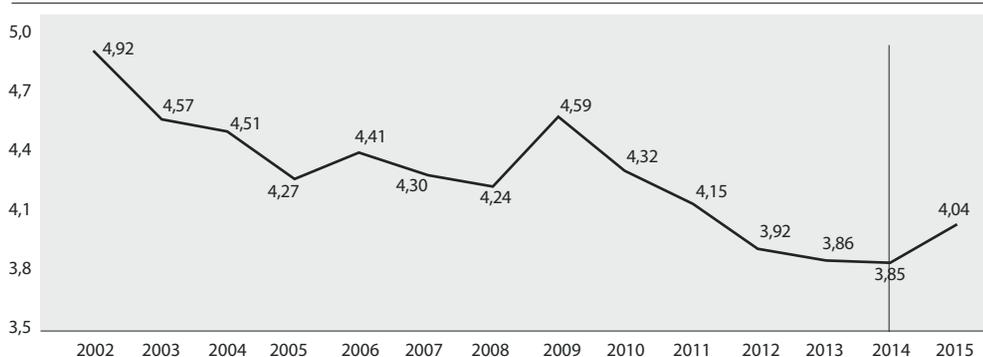
A situação fiscal melhorou muito. A dívida líquida caiu, de 59,93% do PIB em dezembro de 2002, para 32,6% em dezembro de 2014. A dívida pública alterou seu perfil positivamente, para uma menor participação de dívida externa e de LFTs (dívida atrelada à taxa Selic) e maior participação de títulos prefixados. Esta nova composição faz com que, nos momentos de turbulência, com desvalorização cambial, nossa dívida caia ao invés de subir como no passado. A estabilidade maior alcançada é relevante para o país. Além disso, o prazo médio da dívida aumentou, o que também ajuda na rolagem.

Mesmo a dívida bruta permaneceu em patamares estáveis. Ela não caiu da mesma forma que a dívida por duas razões que são benéficas para a economia. A primeira é o aumento de reservas. Evidentemente que, se o Brasil passou a ter 360 bilhões de dólares de reservas que antes não tinha, isto impacta de forma contábil a dívida bruta. Mas ter reservas aumenta em muito a estabilidade e a segurança do sistema financeiro e do país. Portanto, a tentativa de transformar esta situação em algo negativo apenas demonstra o ponto a que chegaram em termos de usar argumentos inconsistentes.

A outra parte da razão da queda menor da dívida bruta é o empréstimo ao BNDES. Os tomadores do risco deste empréstimo são fundamentalmente os bancos (inclusive privados) que assumem o risco do cliente final. Então, o risco real deste ativo é o do próprio risco do sistema financeiro, ou seja, não traz nenhuma dificuldade para o equilíbrio e a solidez das contas públicas.

Mesmo com as substanciais melhorias na máquina pública e com a contratação de expressivo número de professores e médicos, o gasto com pessoal caiu de 4,92% do PIB em 2002 para 3,85% em 2014 (ver Gráfico 3).

A previdência inclusive havia reduzido estruturalmente a sua necessidade de financiamento, apesar de um suave aumento em 2013 e 2014. Caiu de 1,7% do PIB em 2006 para

Gráfico 3 - Despesas de Pessoal (em % do PIB)

Fonte: STN

1,0% do PIB em 2014. Alerta-se para o fato de que esta redução aconteceu já com a ocorrência de uma política de valorização do salário mínimo.

Assim, as duas principais contas fiscais (depois dos juros) estavam estabilizadas. Tomadas conjuntamente, pessoal e necessidade de financiamento da previdência foram 6,0% do PIB em 2002, 6,1% do PIB em 2006 e 4,9% do PIB em 2014. Ou seja, o rombo fiscal não existia.

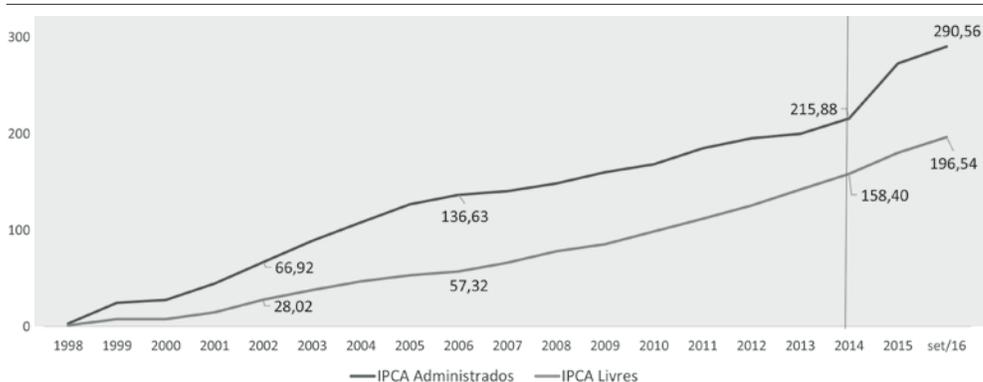
■ Inflação.

A inflação estava sob controle. Mesmo com a seca e com o efeito dela nos preços da energia, a meta foi mais uma vez cumprida em 2014. Os aumentos de preços de 2015 não foram produzidos pela economia em 2014. Foram produzidos por decisões governamentais decorrentes da guinada ideológica do governo. A prova disso é que os preços administrados cresceram 18,1% contra 8,5% dos preços livres. Ou seja, o que puxou a inflação foram as equivocadas decisões governamentais.

Alerta-se para o fato de que não é verdadeira a tese de que os preços administrados estavam defasados. Durante o governo FHC e mesmo no primeiro mandato do presidente Lula, os preços administrados subiram bem mais do que os preços livres. De 1998 a 2006, os preços administrados

cresceram 136,63% e os preços livres, 57,32. Para o mercado financeiro era ótimo. Quanto mais inflação, mais juros. Mas para a indústria era péssimo. De 2006 até 2014, ocorreu uma pequena diminuição desta defasagem. Mas, no acumulado desde 1998 até 2014, os preços administrados continuam crescendo bem mais do que os livres: 215,88% contra 158,40%. Logo, não houve represamento algum de preços.

Gráfico 4 - IPCA, Preços Administrados e Preços Livres (em % acumulado)



Fonte: BCB

■ Desenvolvimento.

O conjunto desses elementos configurou um processo de desenvolvimento robusto e sólido que prenunciava dias que poderiam ser ainda melhores para o Brasil. Mesmo a crise internacional e a seca não impediram que a economia suportasse o momento difícil. A economia cresceu em média 2,3% ao ano de 2011 a 2014, mesmo em cima de uma base expressiva que foi a de 2010, quando o país cresceu 7,53%.

O ano de 2014 foi um ano em que praticamente não houve crescimento. Foi um ano difícil em que a conjuntura internacional, a seca, as tentativas de desestabilização do governo, as eleições e principalmente a elevação dos juros de 2013 cobraram o seu preço.

Mesmo com tudo isso, a economia foi preservada de uma recessão. Houve até um pequeno crescimento de 0,5% do

PIB. O investimento foi preservado, ficando a formação bruta de capital fixo em 19,9% do PIB. O desemprego em 2014 foi o menor da série histórica, e o salário real havia crescido também nesse ano. O mais importante é que, se o Estado agisse no rumo certo, conforme amplamente demonstrado acima, não haveria nenhuma dificuldade de origem econômica que impedisse o país de continuar na rota do desenvolvimento.

A REAÇÃO

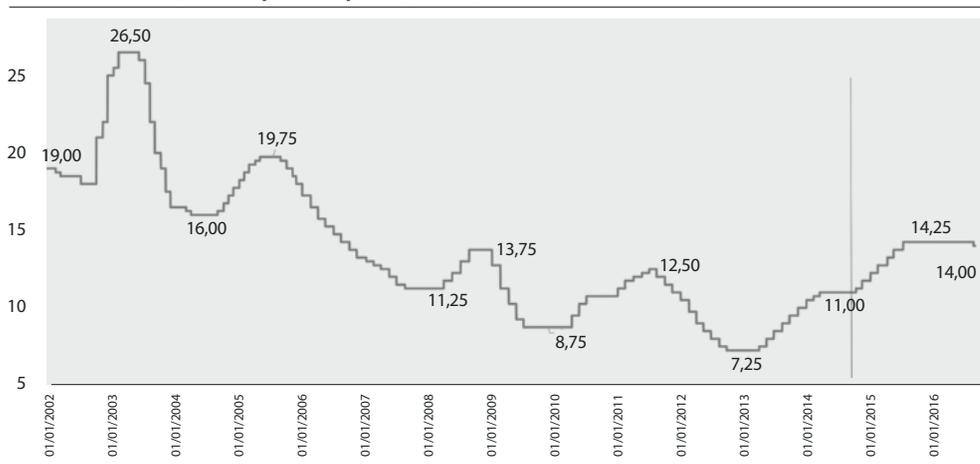
No entanto, principalmente no campo político, a especulação financeira rentista e os interesses contrariados vinham reagindo e acumulando força.

Já em abril de 2013, o Banco Central recomeça a elevar a taxa de juro que a tanto custo havia sido reduzida. Como usualmente no Brasil, este aumento não fazia sentido do ponto de vista dos fundamentos econômicos.

Mas, neste caso, fazia menos sentido ainda, porque o governo continuou e até aprofundou seu esforço para desvalorizar o real. Ora, a desculpa de que o objetivo do aumento da Selic era conter a inflação não se sustenta porque o principal mecanismo de redução de preços é o câmbio. E este o governo trabalhava para desvalorizar. Da mesma forma, o mecanismo imaginado para a contenção de preços não podia ser a demanda agregada, pois aí também o governo atuava para mantê-la crescente. Por exemplo, o PSI e a política de desoneração tiveram que ser intensificados para compensar a elevação dos juros.

A elevação da taxa de juro no ciclo iniciado em 2013 e encerrado só em abril de 2014 é a principal razão econômica para o mau desempenho da economia em 2014. Sempre é importante lembrar que o efeito da taxa de juros é defasado de seis a nove meses no tempo. Evidentemente existem outras razões econômicas, como a conjuntura internacional desfavorável e a seca (Gráfico 5, a seguir).

Gráfico 5 - Selic, fixada pelo Copom (em %)



Fonte: BCB

As manifestações de junho de 2013 atuaram com força na conjuntura política e também econômica do país. Há um efeito contraditório nessas manifestações. As suas origens programáticas e políticas foram por mais direitos e, portanto, estavam em linha com um governo que defendia e praticava isso, mas a capacidade da grande mídia, em especial da Rede Globo, de conduzir a política brasileira se manifestou de forma dramática. Nunca se deve subestimar a capacidade de mobilização e condução que a Rede Globo possui. As manifestações significaram um enfraquecimento do governo e impactaram negativamente a economia.

No Congresso, o governo perdia força, e figuras como Eduardo Cunha pareciam ter caminho aberto. Já se vislumbrava que chegaria à Presidência da Câmara, o que ocorreu. Percebia-se que a fidelidade de parcela da base do governo deixaria de existir a qualquer momento. Em votações importantes, isso já ocorria.

Finalmente, às vésperas das eleições presidenciais, iniciou-se a Operação Lava Jato. Esta significou um forte enfraquecimento da presidenta, embora esta não tivesse responsabilidade nos desmandos ocorridos. Pelo contrário, sempre foi

a maior impulsionadora da faxina de que o Brasil necessitava. Aqui temos um evento externo à economia que trouxe grande redução de investimentos a partir do final de 2014. Embora de difícil mensuração, é razoável imaginar que parte relevante das dificuldades de 2014, mas principalmente de 2015, se devem a ele.

A forma democrática de definir força ou fraqueza de um governo deveriam ser as eleições. E estas foram ganhas pela presidenta em um debate muito profundo, provavelmente o mais transparente da história do Brasil. Discutiu-se explicitamente que havia uma contradição entre o interesse do sistema financeiro e o dos trabalhadores. E a presidenta defendeu explicitamente que os direitos dos trabalhadores deviam ser priorizados em relação ao interesse do setor financeiro.

Na semana da eleição, o instituto Datafolha realizou uma pesquisa que foi publicada pelo jornal com o seguinte título: “Otimismo com a economia cresce e beneficia Dilma em nova pesquisa.” Ou seja, o debate econômico havia sido feito e a ele era atribuída a vantagem da presidenta.

No entanto, passadas as eleições, cometeu-se um erro estratégico com consequências históricas trágicas.

A POLÍTICA ECONÔMICA DO SEGUNDO MANDATO

Ao contrário do afirmado na campanha eleitoral, a ação governamental que se estabeleceu no segundo mandato da presidenta era uma vitória total e radicalizada do programa conservador do adversário.

O primeiro choque veio com o aumento do juro. Contraditoriamente com o momento ruim da economia, reiniciou-se um ciclo de aumento do juro. Este choque negativo na economia não podia se justificar, de fato, por uma preocupação com a inflação, pois a nova política governamental passou a ser voltada para aumentar preços. As tarifas são um

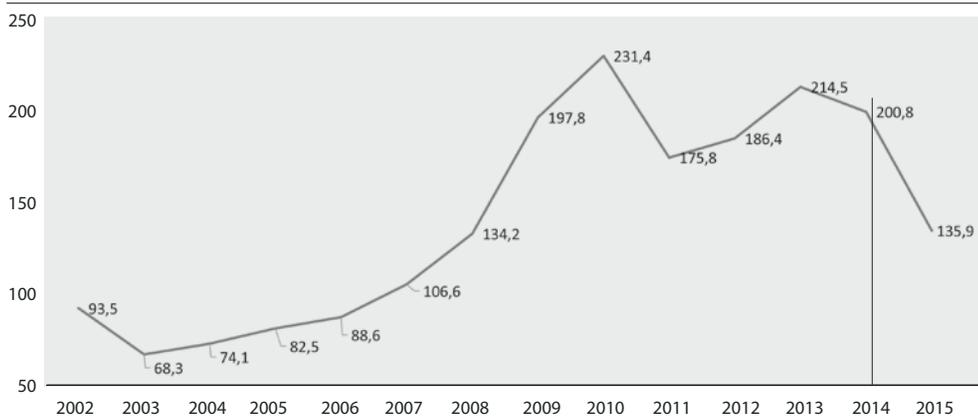
exemplo desta política, ficando a intenção mais clara principalmente nos casos em que é impossível qualquer justificativa decorrente do equilíbrio financeiro das empresas. É o caso da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e das loterias (que têm elevado impacto na inflação). Se havia preocupação com a inflação, era a hora de aumentá-las?

A equipe econômica tomou decisões que elevaram as expectativas inflacionárias. Verifica-se isto claramente nos reajustes energéticos extemporâneos através da antecipação da bandeira (não faz o menor sentido técnico iniciar uma medida de prevenção – a bandeira vermelha – quando o fato a ser prevenido já está ocorrendo), do aumento dos combustíveis quando o preço internacional estava em queda.

Aparentemente, o diagnóstico era o da necessidade de diminuir o salário real, e para isso o incremento inflacionário não era ruim. Além disso, a recessão traria desemprego e com isto o salário real reduziria.

A política econômica implementada correspondia a uma clara tentativa de parar a economia e levar a um desaquecimento. Corte total e imediato de todo o arcabouço de incentivo ao crescimento que havia sido construído para minimizar os efeitos da situação desfavorável e da seca. Aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e redução dos empréstimos do BNDES para investimento. Revisão ou fim das desonerações, corte no PAC e no Minha Casa Minha Vida. Adiamento e secundarização do PIL. Revisão da política tarifária com restituição da CIDE, aumento dos combustíveis e da energia elétrica. Redução dos investimentos da Petrobras e da Eletrobras e das estatais de forma geral. Redução do investimento público da administração direta através de cortes orçamentários, redução dos gastos em educação e no Pronatec, revisão do FIES etc. (ver Gráfico 6)

Tudo isso no pior momento internacional e nacional para a economia. A economia já estava em dificuldades, in-

Gráfico 6 - Desembolso do BNDES (em R\$ bilhões) - Atualizados pelo IGP-DI

Fonte: BNDES

clusive devido aos efeitos negativos da Operação Lava Jato. Esta, sozinha, já tinha força suficiente para parar a economia. Retiraram a medicação no momento mais crítico da doença.

Bastou o anúncio do que seria feito para que as expectativas relativas ao crescimento se deteriorassem rápida e profundamente, inclusive na própria visão do mercado financeiro.

A pesquisa Focus (levantamento de opinião feito pelo Banco Central junto ao mercado financeiro) apresentava em 28 de outubro de 2014 uma mediana da expectativa de crescimento do PIB de 1% para 2015 e de 2,05% em 2016. Se o que venderam para a presidenta Dilma foi que as expectativas melhorariam com a equipe conservadora escolhida, não pagaram o combinado. O fato é que, após o anúncio da nova política, as expectativas só pioraram. Já em 9 de fevereiro, dois meses depois do anúncio da nova equipe, o mercado já projetava retração para 2015. Em 31 de dezembro de 2015, o mercado trabalhava com antes inimagináveis -3,71% para 2015 (confirmou-se -3,85) e - 2,95 para 2016.

As expectativas se deterioraram rapidamente. O mercado financeiro sabia que a política conservadora aplicada era boa para si mesmo, mas não para o crescimento econômico do país. O mercado não mira o crescimento do PIB, mira o

próprio lucro. A grande imprensa, ou por excesso de ingenuidade, ou por excesso de esperteza, costuma confundir o interesse do mercado financeiro com o interesse da economia real. Nada mais falso. O dia que deixar de fazer isso, o Brasil poderá ser um grande país.

O mercado não entregou o que esperaram que ele entregasse. E o povo não recebeu o que pagou. A população entendeu rapidamente o que estava acontecendo. Em apenas dois meses, a popularidade da presidenta despencou. Em dezembro de 2014, segundo o Datafolha, 42% da população achava o governo ótimo ou bom; e apenas 24%, ruim e péssimo. No início de fevereiro, estes percentuais já se invertiam: 44% passaram a achar o governo ruim ou péssimo; e apenas 23%, bom ou ótimo.

Os motivos da desilusão estavam na economia. Em dezembro, apenas 28% dos brasileiros achavam que a situação econômica iria piorar. No início de fevereiro, 55% achavam que a economia iria piorar. Inflação, desemprego, salário real, tudo ficaria pior. Em apenas dois meses, tudo se alterou. O que houve?

Como já foi dito, é a economia...

O governo estava fazendo na economia exatamente o contrário do que, na campanha eleitoral, disse que iria fazer.

A VERSÃO DO PAÍS A SER “TIRADO DO VERMELHO”

Tão nefasto quanto a ação econômica do segundo mandato foi o discurso que a acompanhou. Sem justificativa real para a guinada conservadora, achou-se uma desculpa imaginária e inverídica, conforme já demonstrado: culpar o passado. Era como se um governo de oposição tivesse sido eleito e passasse a criar uma tese de herança maldita. Em situações de alternância de poder, esta crítica seria esperada e compreendida pela população como parte do processo político.

Mas, se a presidenta é a mesma, o novo discurso apresentado soa e é muito diferente. Trata-se de uma versão oficial, que, embora deturpada, tendia a ser aceita de forma irrecorrível por todos. Se o próprio governo, da mesma presidenta, está dizendo que estava tudo errado, quem poderia desmentir?

Ou não era como a presidenta dizia antes, ou não era como era dito agora. Em qualquer caso, o governo errou e é culpado.

A fantasia do país a ser “tirado do vermelho” substituindo a realidade tinha um valor estratégico para a direita brasileira. Com o próprio governo dizendo que estava tudo errado, ficou fácil para a grande mídia e tantos interesses construir a condenação geral e irrestrita de tudo o que havia sido feito.

As famosas “pedaladas” são uma farsa completa. Não havia um centavo atrasado em final de dezembro de 2014. Os chamados subsídios, ou seja, diferenciais de juros que o poder público se compromete a pagar, não eram devidos naquele momento, inclusive porque as operações subsidiadas sequer concluídas estavam, e, então, por óbvio, o poder público não poderia e não deveria pagar esses valores. Simplesmente foi construída uma tese sem sustentação técnica nenhuma, que nunca havia sido usada para fatos idênticos (que ocorriam todos os anos desde o governo FHC, e mesmo antes), com o objetivo exclusivo de condenar o passado e depois derrubar a presidenta.

A farsa é tão grosseira que, no meio do caminho, descobriram que a presidenta não podia ser derrubada por eventos do primeiro mandato. O que fizeram então? Criaram uma “pedalada” atribuída a 2015. Em 2014, a “pedalada” era não pagar débitos. Em 2015, a “pedalada” era exatamente o contrário, abrir créditos extraordinários com o objetivo de pagar débitos.

Enforcado por pagar, enforcado por não pagar. Tanto faz. O importante é pegar um assunto técnico que ninguém entende e fazer dele um crime. Simples assim.

No imaginário popular, pedalada é atrasar pagamentos. Mesmo isto não era e não é proibido na legislação brasileira, como bem sabem os servidores públicos de várias regiões do país. Mas sequer isto foi atribuído à presidenta. Você, que está lendo este artigo, sabe qual é o conceito técnico de “pedalada”? Não, não sabe. Nem você nem ninguém, porque este conceito não existe. Como algo que não existe, que sequer está definido, pode ser crime?

Derrubada a presidenta, verificou-se que a tese original do Tribunal de Contas da União (TCU) não era para valer. No julgamento de pessoas físicas (inclusive o autor deste artigo) que estavam no governo em 2013 e 2014, o TCU descumpriu solenemente o artigo 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina de forma peremptória que, se existe operação de crédito irregular, os juros e correções não são devidos. Se fosse como alegou o TCU – operação de crédito irregular –, há dezenas de bilhões de reais que devem ser devolvidos pelos bancos ao povo brasileiro. Mas isto o TCU simplesmente desconsiderou. Puniu as pessoas alegando haver operação de crédito irregular, mas não aplicou o comando literal da legislação sobre operação de crédito irregular nos bancos.

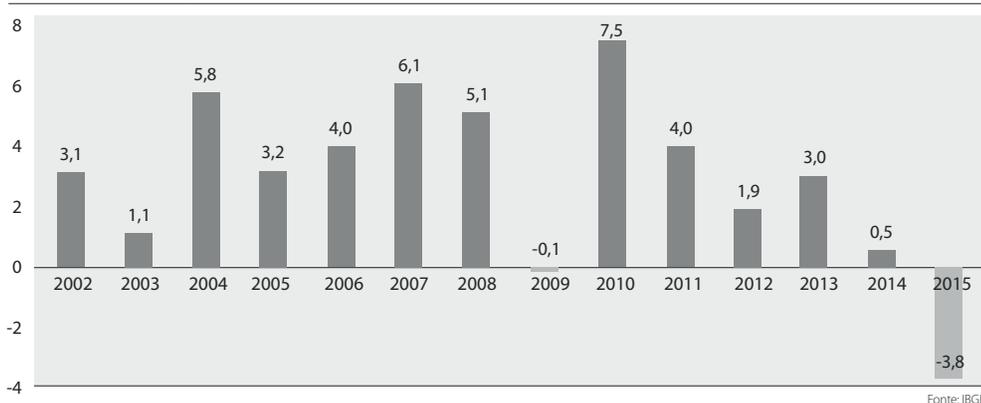
Não há justificativa para este comportamento seletivo. Os bancos públicos e privados (no caso da previdência, os bancos privados tinham operações iguais às declaradas irregulares pelo TCU nos demais casos, mas aí o TCU achou melhor esquecer este assunto) não foram “coagidos” em função de possível “comoção social”. Agiram como agiram porque seus departamentos jurídicos garantiram a correção das operações. Mas, se o argumento da “comoção social” vale para inocentar o lucro dos bancos, não valeria mais ainda para a presidenta da República?

O RESULTADO DA GUINADA NEOLIBERAL

O resultado econômico e fiscal foi desastroso. O PIB caiu 3,8% em 2015. A formação bruta de capital, que mede o investimento, caiu de 20,2% do PIB para 18,2%. O desem-

bolso do BNDES que guarda estreita relação com o investimento caiu de 200,8 bilhões para 135,9 bilhões de reais.

Gráfico 7 - Variação do PIB (em %)



Fonte: IBGE

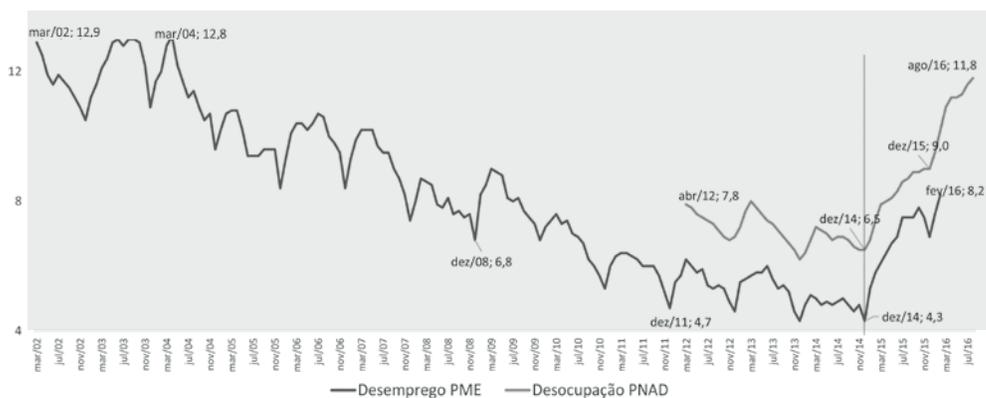
Esses resultados econômicos não eram inevitáveis. Claro que a situação era desfavorável ao final de 2014. No entanto, foi a reorientação equivocada da ação do Estado, que passou a agir com o objetivo de parar a economia, retirando os estímulos desta na hora em que ela mais necessitava, a principal razão pelo tamanho da queda econômica observada.

Aplicou-se uma política “market friendly”; muita renda financeira e diminuição do salário real. Se alguém acreditava que isso traria crescimento, enganou-se tragicamente.

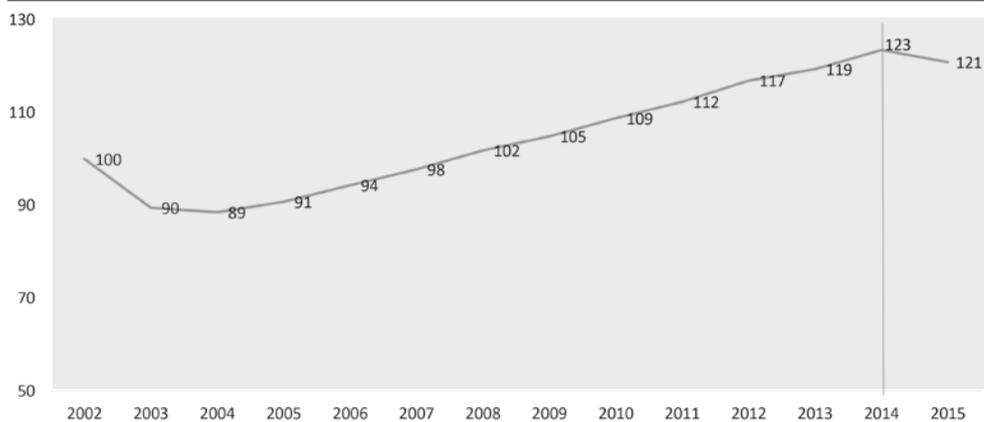
O desemprego que vinha caindo consistentemente, atingindo as menores taxas em 2014, subiu de forma explosiva. Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, foi de 6,5% em dezembro de 2014 para 9,0% em dezembro de 2015 (ver Gráfico 8, a seguir).

O salário real, que vinha crescendo consistentemente desde 2003, mudou sua inflexão e passou a cair (ver Gráfico 9, a seguir).

Sempre é bom lembrar que a desculpa para esta política foram os resultados fiscais de 2014, em especial o déficit primário de menos de 0,6% do PIB. O irônico, mas não surpreendente, é que a situação fiscal piorou dramaticamente.

Gráfico 8 - Taxa de desemprego/desocupação - RMs (em %)

Fonte: IBGE

Gráfico 9 - Índice de rendimento médio real - RMs (média anual)

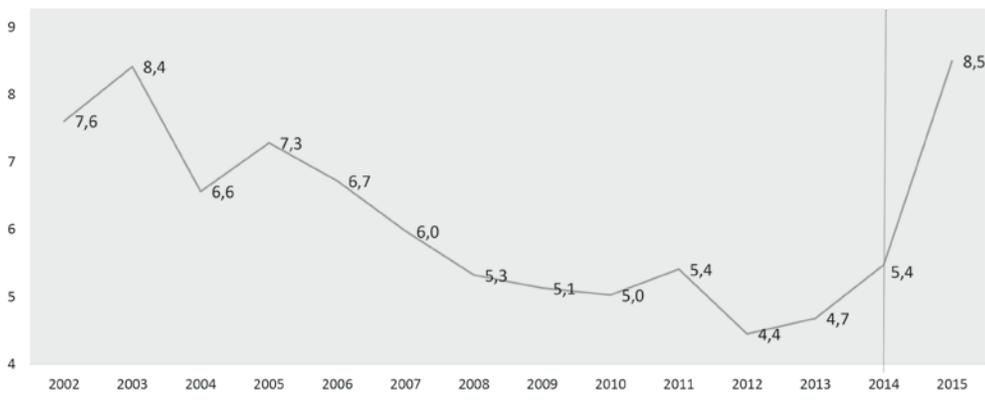
Fonte: IBGE/ipeadata

O resultado primário em 2015 foi de -1,88% do PIB. Três vezes pior.

A dívida líquida foi de 32,6% do PIB em 2014 para 36,19% em 2015.

A dívida bruta (que a nova equipe disse que passaria a olhar, ou seja, priorizar) subiu de 56,6% do PIB em dezembro de 2014 para 66,52% do PIB em dezembro de 2015.

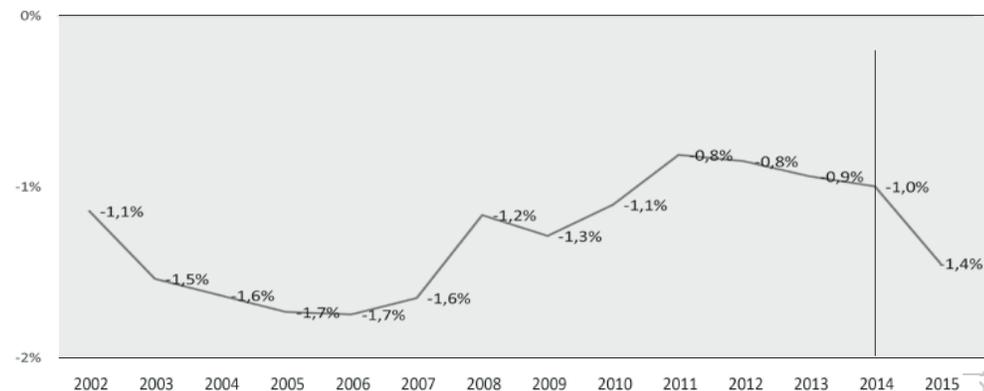
O juro nominal passou de 5,4% do PIB em 2014 para explosivos 8,5% do PIB em 2015 (ver Gráfico 10).

Gráfico 10 - Juros nominais - RMs (em % do PIB)

A despesa de pessoal subiu de 3,85% do PIB para 4,04%, como efeito da queda no PIB.

Ocorre que o resultado fiscal é consequência direta da queda da economia. A elasticidade da receita é muito alta, ou seja, cresce ou cai proporcionalmente bem mais que a variação do PIB. O resultado da previdência é um bom exemplo disso. Em 2014, a necessidade de financiamento da previdência havia sido de 1,0% do PIB. Em 2015, ele sobe para 1,4% do PIB. Não é por culpa das aposentadorias. É porque a receita despenca quando há recessão (ver Gráfico 11).

Fonte: IBGE

Gráfico 11 - Resultado da Previdência Social - Brasil (em % do PIB)

Fonte: STN

Em momentos de recessão, reduzir o investimento (público ou privado) dá um prejuízo enorme para a área fiscal. “Poupar” nesta hora custa muito caro. É prejudicial ao resultado fiscal. Todos os países sabem disso e levam isso em consideração ao definir suas políticas. Só o fundamentalismo neoliberal brasileiro não aceita este fato.

SALGANDO A TERRA

O governo que assumiu após o impeachment da presidenta Dilma desde seu início conseguiu parar mais ainda a economia, aparentemente buscando um aumento ainda maior do desemprego e a diminuição do salário real. Para isso, diminuiu mais ainda os subsídios e o desembolso do BNDES, e procurou reduzir ao máximo os serviços públicos.

Extinguiu e tentou extinguir ministérios importantes e passou a retirar pessoas dos cadastros sociais.

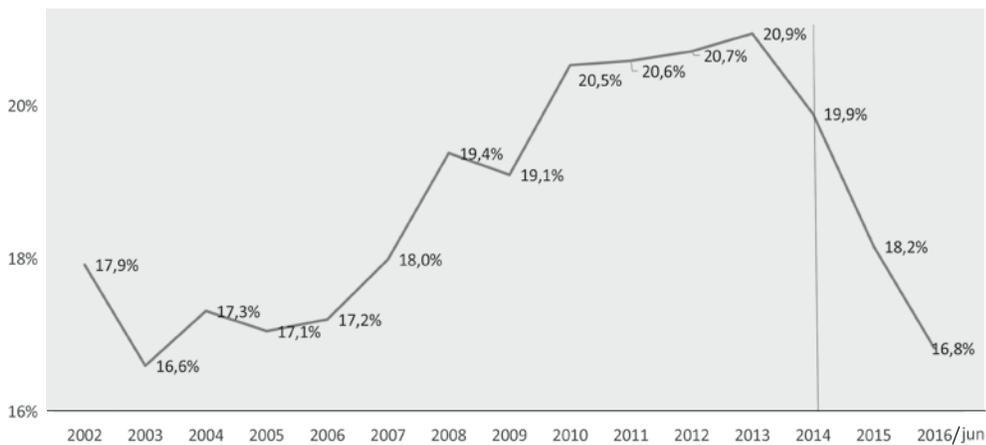
A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 talvez seja a melhor síntese do que pretende o novo governo. Reduzir em aproximadamente um terço o gasto em educação e saúde (conforme comando literal da PEC, que altera a regra constitucional atual) e congelar gastos fundamentais como os de assistência social, funcionalismo e investimento em infraestrutura.

Os ganhos regulatórios que o país havia conquistado estão em grave risco, como no pré-sal, por exemplo. A Petrobras e a Eletrobras pararam de investir e tendem a vender seu patrimônio.

Esta política já vem produzindo – e, se mantida, produzirá para o futuro – resultados econômicos, fiscais e sociais dramáticos.

A expectativa é de uma nova queda de -3,3% do PIB ao final do ano. A formação bruta de capital já caiu para 16,8% do PIB em junho de 2016. Ou seja, recuamos dez anos. O desemprego sobe assustadoramente. Pela PNAD Contínua, chegou a 11,8% em agosto de 2016. Quase o dobro do que estava em julho de 2014 (ver Gráfico 12).

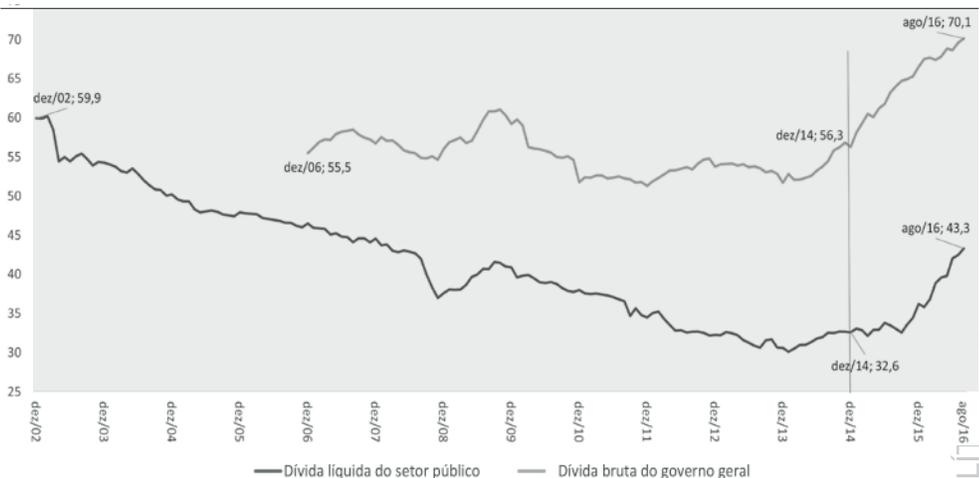
Gráfico 12 - FBCF (em % do PIB)



Fonte: IBGE

O resultado fiscal não é nada coerente com quem afirma que vai “tirar o país do vermelho”. Os números são cada vez mais vermelhos. A dívida bruta, que diziam ser o critério mais importante, em agosto já estava em 70,1% do PIB, contra 56,3% em dezembro de 2014. A dívida líquida subiu de 32,6% em dezembro de 2014 para 43,3% do PIB em agosto de 2016 (ver Gráfico 13).

Gráfico 13 - DLSP e DDBG (em % do PIB)



Fonte: STN

Recolocar a ideologia de defesa da especulação financeira em total primazia parece ser uma fixação deste governo. Para isso, é necessário destruir a imagem do passado e modificá-la junto com a deturpação dos fatos. A campanha “Vamos tirar o Brasil do vermelho”, que acusa os governos anteriores de aumentar o gasto com educação, transformado numa coisa ruim, é a perda de qualquer compromisso com o futuro do Brasil.

Assim como fez a Coroa Portuguesa, esmeram-se em salgar a terra.

Na sentença dos inconfidentes mineiros, não havia apenas a pena de enforcamento. Era detalhadamente previsto que se deveria esquartejar os corpos e pendurar os pedaços nas ruas. E as casas dos culpados deveriam ser derrubadas e salgadas para que ali nada mais se edificasse.

A Coroa Portuguesa sabia o perigo que representava para ela a existência de certas ideias. Mas não foi suficiente salgar a terra. A independência veio mesmo assim.

Os fatos são teimosos. As ideias também.

SITUAÇÃO MUNDIAL: CRISE, DÍVIDA E AUSTERIDADE NEOLIBERAL

FRANCISCO LOUÇÃ

Transcrição traduzida para o português de intervenção oral realizada na VII Universidade de Verão de Anticapitalistas, corrente do Partido Podemos (Espanha), em agosto de 2016.

Manolo Garí:

Bom dia! Vamos continuar com o segundo dia dessa sessão de formação. Quem vai falar agora é Francisco Louçã, que é economista e professor da Universidade, mas quero destacar que, junto a suas colaborações nesse campo, é fundamentalmente um homem de ação política na chave anticapitalista. Foi deputado pelo Bloco de Esquerdas em Portugal e, nesse momento, segue ativo porque também há vida fora das instituições. Há possibilidade de luta também fora das instituições. Para muitos de vocês já é conhecido, é um velho amigo da nossa organização e acredito que não precisa de maiores apresentações.

FRANCISCO LOUÇÃ
Economista e militante político português, foi coordenador do Bloco de Esquerda de 2005 a 2012. Publicou *The Years of High Econometrics* (Routledge, 2007); *Histories on Econometrics* (Duke University Press, 2012), com outros autores; *A Dívidadura* (2012) e *Isto é um assalto* (2013), ambos com Mariana Mortágua. Em 2014, publicou, com outros autores, *Os donos angolanos de Portugal, Os burgueses e A solução novo escudo*.

Francisco Louçã:

Muito obrigado, Manolo. Bom dia a todos e a todas.

O tema desta oficina é muito amplo, trata-se da situação econômica mundial. E, por isso, vou me concentrar em alguns temas, dando algumas indicações de reflexões abertas que existem entre economistas marxistas e críticos. Além disso, certamente haverá muito tempo para discussões, questões e opiniões de vocês, que são muito bem-vindas. De qualquer forma, queria falar no começo que a pauta da discussão é muito aberta, de modo que, se surgirem questões fora do escopo do que vou apresentar, por favor, fiquem à vontade para colocá-las.

Vou tratar de três temas nesta apresentação: primeiro falarei sobre a situação geral do capitalismo mundial, ou seja, sobre as longas ondas de desenvolvimento do capitalismo, as etapas históricas. Um segundo tema será a importância da finança e do sistema bancário e como os interpretamos a partir do ponto de vista marxista. E um terceiro ponto será sobre alguns dos perigos e tensões da conjuntura econômica na Europa.

Começo pela situação econômica mundial no geral. Todos os leitores e leitoras de Viento Sur conhecem as discussões colocadas há muito tempo sobre o conceito que um economista marxista de nossa corrente – talvez o economista marxista mais influente da segunda metade do Século XX, Ernest Mandel – apresentou há cerca de quarenta anos: o conceito das ondas longas do desenvolvimento capitalista. O conceito representava a ideia de que, no processo de desenvolvimento das forças produtivas e da organização dos regimes de produção e de acumulação, ou seja, a estrutura social que corresponde à produção capitalista em cada etapa de sua vida, há formas distintas que correspondem a períodos em que temos uma taxa de lucro mais elevada, crescimento mais rápido, mais emprego, desenvolvimento com mais impacto transformador da produção, ou em que há outras etapas históricas e outros períodos longos, de algumas décadas, em que temos taxas de lucro mais baixas, com acumulação mais lenta, crescimento menor e crises mais frequentes. Por exemplo, na primeira metade do século

XX, até a Segunda Guerra Mundial, em 1939, tivemos um longo período de crescimento mais baixo e de acumulação mais lenta. Entretanto, depois da Segunda Guerra Mundial, com os EUA começando a intervir na Europa e com a reconstrução depois de toda a destruição causada pela guerra, a partir de 1945, houve um período muito longo de cerca de trinta anos de desenvolvimento muito intenso, uma longa onda de crescimento e expansão.

Esta forma de ver as conexões do desenvolvimento econômico e social permite uma interpretação da evolução histórica e de sua relação com a economia. Pode-se compreender bem o que se passou no pós-Segunda Guerra Mundial: recuperação do que havia sido destruído com muitos investimentos, gastos pesados dos Estados e uma enorme expansão da demanda, por via de investimentos e por via da demanda pessoal porque as pessoas passaram a ter mais confiança após o término da guerra (prova disso é o baby boom do período). Há então um crescimento muito intenso, particularmente na Europa, Estados Unidos e nos países capitalistas mais desenvolvidos. Claro que se passou algo diferente em outras partes do mundo, mas falo aqui sobretudo dos países capitalistas mais desenvolvidos e das potências imperialistas e capitalistas dominantes. Esta é a interpretação geral que nos propôs Mandel e que vocês já devem ter lido muitas vezes, porventura com interpretações distintas, porque há muitas leituras que podem ser feitas, mas a ideia geral corresponde a essa que estou apresentando e que vocês já devem ter lido em Viento Sur com certeza.

Trinta anos depois da Segunda Guerra Mundial, período que foi chamado em outras literaturas como “30 anos gloriosos” ou os “30 anos de ouro” do desenvolvimento capitalista, há uma mudança intensa na forma de produção, com a generalização da produção em massa de consumo barato e acessível. Desenvolvem-se novos produtos para a vida cotidiana das pessoas. Há também um acesso generalizado ao automóvel, aos eletrodomésticos, ou seja, muitos bens novos que passam a ser produzidos em larga escala nesse período. Nota-se também uma importante inovação tecnológica e aplicação dessas novas tecnologias nas formas de pro-

dução. Generalização também do impacto do salário nos países capitalistas desenvolvidos no geral, com algumas particularidades, como certamente o caso espanhol pela repressão da ditadura e pelo processo de guerra civil, ou o caso de Portugal, também pela repressão da ditadura, pela contenção dos salários e pela guerra imperialista que levou a cabo em suas colônias africanas. Apesar dessas particularidades, em geral, o que acontecia na Europa era que os trabalhadores tinham melhores salários, melhor consumo e melhor acesso a bens públicos. Aliás, a criação de bens públicos é também uma parte dessa realidade do pós-guerra e corresponde à expansão da relação de forças sociais, do aumento da capacidade dos movimentos operários e populares de impor conquistas muito importantes como os serviços de saúde, ou alguma expansão da educação e sistemas de transportes.

Entretanto, essa era acabou. E acabou com uma crise muito importante do sistema financeiro e capitalista internacional, no começo dos anos 1970, a partir da confluência de muitos fatores de explosão. O primeiro foi que o sistema monetário internacional terminou. Estava baseado, depois da Segunda Guerra Mundial, no domínio do dólar como moeda internacional para todos os câmbios, em paridade fixa com o ouro, ou seja, sobre a base do poder político e financeiro da potência imperialista dominante, os Estados Unidos. E esse sistema monetário terminou pelas tensões que foram impostas à economia norte-americana pela Guerra do Vietnã e pelas dificuldades que resultavam para seu financiamento. Assim, no começo dos anos 1970, o sistema monetário internacional passou pelo término dessa relação estreita entre o dólar e o ouro. O dólar continuou sendo, como ainda o é hoje, ainda que em menor escala, a moeda de câmbio internacional e de reserva. Não exclusivamente agora, mas ainda era nos anos 1970. Porém, a obrigação do Estado norte-americano de cambiar dólar por ouro foi anulada porque havia muita acumulação de dólar fora dos Estados Unidos, e por isso o presidente Nixon decidiu interromper essa relação. Houve uma crise do sistema dos preços de combustível, a crise do petróleo dos anos 1973

e 1974, mas, sobretudo, tudo confluiu para uma crise e recessão geral em todo o sistema capitalista mundial em 1974, e em alguns países, como os nossos, em 1975. A importância que esse fato teve para determinar a tensão social na queda das ditaduras em Portugal e na Espanha vocês conhecem muito bem e não falarei mais sobre isso.

Portanto, a partir da recessão generalizada em 1975, começa uma nova onda longa, mas dessa vez predominantemente recessiva: mais recessões, períodos mais curtos entre os ciclos recessivos, taxas de lucro mais baixas e acumulação com problemas muito graves. E isso durou até agora, temos quarenta anos dessa longa onda de predominância recessiva. O que mudou nesse período?

Bem, mudou muito e isso me leva ao segundo tema, a importância da finança. De toda forma, o que eu queria deixar como indicação geral é que, nesse período, se transformaram muito os processos de produção, e as pessoas que trabalham em processos de produção fabril sabem muito bem. Foram generalizadas as formas de automação, transformaram-se as formas de organização hierárquica nas fábricas, criaram-se formas mais duras de controle na atividade produtiva, houve confrontações fortes no plano social sobre privatizações de setores importantes das economias. De fato, foi neste período que o neoliberalismo, ou seja, a liberalização que quer dizer privatização e transferência de parte importante da atividade econômica que estava sob o controle público para as mãos privadas, foi utilizado para recompor a capacidade de acumulação do capital, o que tem implicado conflitos sociais, que seguem até agora. A razão mais importante para um período tão lento e longo de dominância recessiva é a reação social, o movimento popular, a força da organização social e o conceito dominante que se ganhou nos sistemas democráticos nos anos anteriores, que impunha que, por exemplo, um sistema de saúde público fosse considerado tão essencial como parte dos nossos direitos democráticos como o direito ao voto.

Nos últimos anos, alguns economistas, com razão do meu ponto de vista, registraram que há uma importante recuperação

*da taxa de lucro nos países capitalistas desenvolvidos, mas, porém, não há uma recuperação importante de acumulação. Ou seja, passa-se algo estranho, uma novidade, que é quando há taxas de lucro elevadas e uma exploração mais intensa da força de trabalho, o lucro não é utilizado para acumulação, a não ser de uma forma muito marginal. Por que não há acumulação então? Bem, a explicação, discutível, passa pela discussão do papel da finança. A novidade desse longo período de desenvolvimento do capital é a forma política do neoliberalismo, que corresponde à dominância da finança nos processos de acumulação. Quer dizer, as mudanças que começaram com Thatcher e Reagan e muito mais tarde em outros países da União Europeia, com o herdeiro de Thatcher, Tony Blair, na Inglaterra. Na França, como vocês virão a saber, a vitória de Mitterrand, do Partido Socialista Francês, no começo dos anos 1980, conduziu a uma nacionalização generalizada do setor financeiro. Eu acredito que é o **último** exemplo em uma grande potência capitalista de um processo desse tipo. Mitterrand decidiu, quando chegou ao poder, nacionalizar todo o sistema bancário, todo o sistema de seguros e alguns dos maiores grupos industriais. O problema é que isso durou muito pouco e, dois anos mais tarde, o mesmo governo do presidente Mitterrand com outro primeiro-ministro começou a privatizar o que havia sido nacionalizado, em função da pressão do capital internacional, pelo descontrole das tensões econômicas e porque não soube ou não quis resistir a essas tensões. De fato, na França, a partir dessa mudança, começou a liberalização da economia, que continuou depois com vários governos de direita ou governos socialistas como hoje em dia.*

Em geral, esse processo se desenvolveu em todos os países capitalistas importantes, com a diminuição do papel estratégico do Estado e dos poderes públicos, com a transferência de uma parte importante das empresas monopolistas do Estado em setores como energia, gás e combustíveis para o setor privado. Além disso, tem algo muito importante que é preciso lembrar, que é o fato de que as privatizações não correspondiam às formas mais tradicio-

nais do capitalismo, ou seja, não há nenhuma competição entre as empresas produtoras de eletricidade, dado que são oligopólios. São uma, duas, três ou quatro empresas no máximo que controlam toda a produção de eletricidade em um país gigante como a Espanha, ou uma ou duas empresas em um país pequeno como Portugal. Ou seja, essas empresas têm renda pelo fato de controlar toda a produção e distribuição.

Esse processo, em geral, tem sido descrito como um processo de liberalização, privatização e financeirização, em que os intermediários financeiros que criam créditos são agora mais relevantes, pois concentram uma parte importante dessas rendas e, por isso, detêm um poder próprio e autônomo. A finança utiliza o sistema bancário e absorve uma parte importante da mais-valia nas economias. Isso é o que se tem descrito como processo de financeirização, que tem poderosas consequências políticas. A mais importante dessas consequências é que a forma de intervenção do movimento popular e operário para disputar o controle da economia e da sociedade tem um campo muito mais amplo do que apenas a luta para controlar a indústria, a produção e decidir os planos de produção. Isso se dá porque a parte mais decisiva economicamente já não está nos sistemas produtivos, mas nas dependências do sistema produtivo face ao sistema financeiro, que tem uma enorme acumulação de capacidade autônoma econômica. Utilizando um termo de Marx, chamamos esta situação de domínio do “capital fictício”. Marx utilizou o termo “capital fictício”, que aliás não é originalmente seu, no livro 3 de O capital. Procurou esse termo em parte da imprensa econômica de seu tempo, sobretudo de um banqueiro que escreveu um texto chamando de “capital fictício” a promessa de pagamento sobre uma ordem de produção que se faria no futuro, abrindo-se, portanto, um quadro no futuro correspondente a essa produção que não havia sido feita. Era uma ficção porque simplesmente ainda não existia. Ou seja, fictício nesse sentido quer dizer que ainda não existe a produção, mas que há um poder econômico sobre o devedor e o produtor e, por isso,

o capital fictício é a organização de uma dívida e o título de uma dívida que é fictício, mas é uma forma real de propriedade.

De fato, as diversas formas de organização da dívida são o que correspondem à expansão do capital. O capital se expande por dívida, por criação de dívida, de muitas formas distintas, como por exemplo sob a forma de dívida pública, em que há um empréstimo que alguma forma de capital empresta ao Estado e este se compromete em pagar não apenas o que havia recebido, mas também com juros garantidos para o futuro. Por isso, há um título de propriedade sobre uma parte da arrecadação do Estado que são os impostos futuros. Ou seja, o “capital fictício” é essa garantia de que uma parte do pagamento de impostos do futuro será resgatado como juros pelo capital. Por isso é fictício, mas, ao mesmo tempo, uma propriedade real com poder real sobre a atividade econômica futura. Nós receberemos nosso salário no próximo ano, mas, quando o recebermos, uma parte desse salário será utilizada para o pagamento de impostos e uma parte desse montante já está comprometida e garantida para o pagamento da dívida pública; é assim que a dívida pública se constitui uma forma de organização do capital fictício. As dívidas das empresas também: uma empresa pede um crédito ao sistema bancário ou financeiro; hoje em dia as grandes empresas pedem muito mais créditos sob a forma de obrigações ou outros títulos de dívida, e essas formas de crédito correspondem a um capital fictício porque garantem que uma parte da produção que ainda não se produziu será dedicada no futuro a cumprir este pacto. A expansão da produção e a organização social do Estado correspondem a uma enorme expansão da dívida. O capital que se organiza como propriedade dessa dívida é a forma moderna do capitalismo e, por isso, o domínio do capital fictício em nossa forma de organização.

Então por que há lucro que paga o crescimento do capital e não há acumulação ou há pouca acumulação? Bem, porque há pouca confiança, porque há tensões, porque não há certeza por parte da propriedade do capital da estabilidade de seus lucros futuros e, por isso, uma parte muito importante do lucro é reutili-

zada no setor financeiro, o que multiplica os ativos financeiros, multiplica dívida sobre dívida. Essa é a base do sistema atual.

Terceiro e último tema, a situação na Europa. Nos EUA, a crise recente de 2007 começou no verão daquele ano e se desenvolveu desde 2008 até agora como uma crise do sistema hipotecário, do sistema de crédito na compra de moradia. Essa era uma parte muito pequena, pois o sistema de crédito hipotecário representa cerca de 1 em cada 7 dólares no sistema de crédito dos EUA. E, portanto, o crédito subprime, destinado a famílias mais pobres, seria uma pequena parte de um pedaço já pequeno do sistema de crédito dos EUA. Mas o fato de que alguns milhares de famílias, no começo, não tenham pagado suas dívidas e tenham criado um problema com a continuidade desse sistema de crédito, em uma das margens do sistema, desencadeou uma crise mundial. Isso se explica porque uma parte do crédito já não estava nos bancos que o haviam concedido, porque esses bancos haviam vendido essa dívida a outra entidade financeira a um preço menor. Podia não ser um banco, podia ser uma aplicação financeira ou o que fosse, e isso havia sido vendido a outra entidade financeira com um preço melhor; assim chegamos ao impacto geral a partir de uma perda em uma margem do sistema de crédito norte-americano.

E isso chegou à Europa, não só em 2008, porque a crise se prolongou desde então. Como vocês sabem, alguns bancos tiveram problemas, como o Bankia, na Espanha, muito mais tarde, e o Espírito Santo, em Portugal, que colapsou em 2014. Ou seja, seis anos depois do começo da crise. E alguns bancos ainda vão ter situações de dificuldades ou de perdas fortes ainda no futuro. Este processo corresponde a uma situação de recessão prolongada, sobretudo sob a pressão financeira. A Europa viveu uma recessão mais forte que os EUA, que tomou a forma da crise da dívida em alguns países como Grécia, Irlanda, Portugal e em alguma medida na Itália, França e Espanha, em menor medida, e também em uma crise do euro. Essa crise foi resolvida por ora com uma aplicação e monetarização intensa, em que o Banco Central Europeu decidiu muito tarde, faz um ano e meio, imprimir euros para ofe-

recer a crédito muito barato ou mesmo negativo, para tentar favorecer a recuperação do investimento. Ou seja, convidar os bancos a emprestar euros mais baratos ou convidar empresas a fazer mais investimentos, com um custo zero ou menos que zero.

Todos os meses o Banco Central Europeu põe 80 milhões de euros na economia. Para onde vai esse dinheiro? Vai ao sistema financeiro. Não houve um aumento de investimento, não houve uma recuperação importante da demanda. Houve uma pequena mudança nos juros de dívida pública, quer dizer, para os países que tinham mais pressão, sobretudo do sul, há a possibilidade de criar dívida pública no curto e médio prazo a preços mais baixos. Mas, em geral, o importante é que não houve investimento significativo porque o dinheiro é aplicado no sistema financeiro. A bolha financeira está aumentando e isso implica que a solução que foi tomada pelo Banco Central Europeu para salvar o euro, e que foi muito efetiva, pode ser paradoxalmente a causa da próxima crise financeira. Com certeza isso significa também algo muito importante do ponto de vista político, que é a criação de mais desigualdade. Porque, se todo o dinheiro vai ao sistema financeiro, qual é a consequência? Os ativos financeiros se tornam mais caros, há mais procura, mais dinheiro para comprar essas ações. Há mais dinheiro e quem tem ações, os detentores dos títulos, recebe o benefício de um melhor preço por seus ativos.

O Banco da Inglaterra fez um cálculo sobre o impacto dessa inflação financeira na desigualdade e verificou que os 5% das pessoas com maior fortuna, que são as que detêm quase toda a propriedade de títulos financeiros, haviam ganhado cerca de 90% dos impactos dessa mudança. Isso acentua os perigos e as tensões sociais.

Acresce que o banco mais importante da Alemanha, o Deutsche Bank, que está sob tensão, foi há dois meses considerado pelo Fundo Monetário Internacional, por exemplo, de uma forma surpreendente, o banco de maior risco em nível internacional. E por quê? Porque o Deutsche Bank é proprietário ou intermediário de operações financeiras, chamados derivados, cujo valor

atribuído pelo sistema financeiro representa três vezes a economia dos EUA, o que constitui um nível de exposição demasiadamente perigoso. Quer dizer que a parte de dotação financeira da Deutsche Bank é não só muito maior que o próprio banco, muito maior que a economia alemã, muito maior que toda a economia europeia, mas também maior que a maior economia do mundo. O significado é que, se há perdas no mercado financeiro, que se desenvolve muito rápido como ocorreu em 2007/2008, temos um crash.

Uma última palavra: a situação é de tal tensão com essa dificuldade de investimentos e de recuperação econômica, que os economistas mais tradicionais estão chamando esta época de “estagnação secular”. É um pouco abusivo e os economistas em geral, assim como todos os que fazem previsões nas estruturas sociais, nas ciências sociais, costumam ser muito atrevidos quando fazem previsões para os próximos três a cinco anos. É muito difícil fazer uma previsão de meteorologia para um ano ou para três meses porque há fatores muito complexos, alguns que conhecemos, mas não todos, ou não conhecemos as interseções muito complexas da meteorologia. Não sabemos como será o verão de 2017. Mais calor? Pode ser, dadas as alterações climáticas, mas não sabemos. Fazer previsões nas ciências sociais é igualmente ou ainda mais arriscado porque nesse campo não temos apenas a complexidade de fatores, com a quantidade de fatores desconhecidos, mas também as opções das pessoas, os conflitos, as estruturas sociais, as estratégias, as organizações, as instituições. Quer dizer, há uma complexidade ainda mais complexa do que nas estruturas naturais, por isso fazer previsões é muito difícil, mas fazer uma previsão secular é ainda mais arriscado. “O século XXI vai ser isto ou aquilo” é um pouco exagerado dizer, mas isso significa, mais que algo sobre o objeto, muito sobre o sujeito. Ou seja, as pessoas que dizem que vai existir “estagnação secular” estão desesperadas, não sabem o que vai acontecer, veem todas as dificuldades e todos os perigos. O conceito de “estagnação secular” quer dizer simplesmente que, com toda a potência tecnológica que existe, capaz de mudar a for-

ma da produção, de generalizar novas formas sociais, de melhorar a saúde, a política educacional, de redistribuir melhor a produção a nível mundial, de combater as alterações climáticas, ou seja, com todas as possibilidades e responsabilidades que temos, essa potência pode ser desperdiçada. Esses economistas enxergam as dificuldades porque conhecem a situação da organização do capital que se opõe a qualquer forma de distribuição, de política igualitária e de crescimento sustentável socialmente.

Compreendem a tensão dessa luta e que ela significa para a classe dominante um único objetivo: manter uma pressão imensa chamada austeridade. A única forma de política que a classe dominante compreende na estagnação é acentuar a exploração e destruir a capacidade de organização do movimento popular. Demorou muito para que chegássemos até aqui. Estamos numa sucessão de muita tensão, e a última recessão é peculiar: começou em 2008 e só agora em 2016, oito anos depois, a União Europeia em seu conjunto chegou ao nível de produção que tinha no começo da crise. Não conhecemos em nossa vida nenhuma recessão com característica parecida. E, além disso, com o resultado que é o preço apresentado pela solução financeira que indica a garantia da próxima recessão. Por isso a responsabilidade da esquerda é tão importante para apresentar alternativas e lutar nessa situação com os instrumentos que temos. Lutar pelo controle das finanças, saber onde estão os inimigos, lutar contra a dívida, a dependência, contra a desigualdade e contra o capital.

Muito obrigado!

A RESISTÊNCIA AO GOLPE, OS NEGROS, A MULTIDÃO E AS LUTAS NA CONTEMPORANEIDADE

BRUNA ROCHA, CLÉDISSON JÚNIOR, TÂMARA TERSO

No século das contradições, a questão racial se tornou um dos paradigmas fundamentais que estrutura e contextualiza um sem-número de métodos de exploração e dominação do Estado capitalista sobre os corpos e territórios. A privatização do Estado, a terceirização do trabalho e a globalização da mão de obra precarizada foram os mecanismos utilizados para a desorganização da classe trabalhadora. Os sindicatos encontram cada vez mais dificuldades de organizar os trabalhadores, mesmo que as condições de trabalho se tornem a cada dia mais degradantes. Outros ingredientes também ganharam força na organização social a partir do advento da internet e das redes sociais: a política, enquanto dinâmica das relações, se depara com o desafio incontornável das subjetividades e da fluidez identitária provocada pelo consumo de artefatos da indústria cultural e também pelo acesso à informação. Há uma crise que advém de uma crise de formato e linguagem entre as direções e os

BRUNA ROCHA
É diretora de mulheres da UNE, militante do Enegrecer e da Marcha Mundial das Mulheres. Cursa bacharelado interdisciplinar em Artes na Universidade Federal da Bahia.

CLÉDISSON JÚNIOR
É mestrando em Ciências Sociais pela PUC Minas. Foi secretário executivo do Conselho Nacional de Direitos Humanos no segundo governo Dilma.

TÂMARA TERSO
Jornalista e ativista do Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer, foi secretária executiva do Conselho Nacional de Juventude, no governo eleito em 2014 de Dilma Rousseff, e atualmente é membro do Centro de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso e Mídia da Universidade Federal da Bahia.

1 MANDEL, Ernest. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaios, 1990.

setores que compõem as massas de trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo.

A ascensão de governos democráticos e populares em países como Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai, o crescimento galopante das economias chinesa e indiana, a formação de novos blocos econômicos, a exemplo dos BRICS, constituídos à margem da hegemonia norte-americana, são elementos de uma conjuntura recente que garantiu fôlego aos ventos democráticos. Contudo, hoje nos deparamos com uma forte *maré* conservadora em todo o mundo, com destaque para a eleição do presidente Donald Trump nos EUA, uma liderança ultraconservadora, racista, misógina e assumidamente xenófoba, e para a vitória do projeto neoliberal na Argentina e no Brasil.

O golpe jurídico-parlamentar e midiático dirigido pelos neoliberais no Brasil fraturou nossa limitada democracia colocando fim à nova república e mergulhando o país em um cenário de intensa insegurança político-social, trazendo também o retrocesso e o acirramento dos conflitos sociais. Neste artigo, buscamos analisar a conjuntura e localizar os negros e negras no processo de resistência, assim como identificar potencialidades em uma dinâmica insurgente frente a um processo de restauração conservadora em nosso país.

Os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2016) buscaram implementar no Brasil o Estado de bem-estar social que, no período de dez anos, foi promotor de uma redução vertiginosa do desemprego e garantiu direitos sociais para a população, em especial uma importante parcela historicamente marginalizada. O pacto social-democrata permitiu que, durante um curto período de tempo, o capitalismo tivesse suas contradições reduzidas, possibilitando assim que os trabalhadores alcançassem algumas conquistas.

Parafraseando o economista Ernest Mandel,¹ logo após as eleições gerais que permitiram um segundo mandato à presidenta Dilma Rousseff, a lua de mel do capital com o “Welfare State” chega ao fim, e com ele o retorno acirra-

do das contradições e mazelas inerentes ao próprio sistema produtor de mercadorias.

Para que possamos compreender a fundo o caráter do golpe ocorrido no Brasil, é fundamental identificarmos as forças econômicas e a dinâmica geopolítica que engendram o sistema-mundo do capitalismo.

Depois da crise financeira de 2008, o capitalismo entrou em um novo patamar de desenvolvimento que expôs as múltiplas contradições do seu sistema mundial. Toda crise é uma síntese concreta de contradições acumuladas no desenvolvimento do modo de produção e reprodução capitalista. Diferentemente da crise mundial de 1929, que também teve origem nos EUA, a crise dos subprimes de 2008 não representou a derrota do neoliberalismo; pelo contrário, resultou no fortalecimento e na consolidação do rentismo enquanto fração hegemônica do sistema capitalista.

A ofensiva neoliberal na Europa, local das mais avançadas experiências de Welfare State já há uma década, vem arrasando a soberania de inúmeros países e milhões de postos de trabalho naquela região. Nos últimos anos, essa ofensiva aportou na América Latina, atacando prioritariamente a Argentina, a Venezuela e o Brasil, locais onde se constituíram experiências pós-neoliberais e neodesenvolvimentistas que buscaram superar a reestruturação produtiva neoliberal.

O golpe impetrado no Brasil tem como objetivo a recuperação das altas taxas de lucros dos setores proprietários, retomar a hegemonia cultural na busca por padronizar as relações sociais e valores em um mundo de exploradores e explorados, sendo o povo negro a maioria entre os subalternizados. O golpe foi contra o aumento do salário mínimo, contra o bolsa família, contra a expansão das universidades etc. O golpe atinge especialmente o povo negro, porque foi durante os governos democráticos populares que a população negra mais foi beneficiada e mais se empoderou, não só materialmente mas também simbolicamente.

2 BORDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

3 ROSSI, Marina. Mais brasileiros se declaram negros e pardos e reduzem número de brancos. El País, 16 nov. 2015. Disponível em: <http://brasil.elepais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447439643_374264.html>.

4 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça. Levantamento nacional de informações penitenciárias. Jun. 2014. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nestaterca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>.

ESTADO PROVIDOR *VERSUS* ESTADO PENAL

Em uma conferência proferida no ano de 1990, Bordieu² esboçou um conceito anatômico do Estado penal na era do neoliberalismo, onde foi apresentado o Estado como a agência que monopoliza o uso legítimo não apenas da violência material, mas também da violência simbólica, e que molda o espaço e as estratégias sociais ao estabelecer a taxa de conversão entre as diferentes modalidades do capital.

A governança do Estado neoliberal implementado nos Estados Unidos tem servido de padrão para os demais países, onde se identifica um deslocamento do braço social para o braço penal do Estado a partir da realocação de orçamentos públicos, de recursos humanos, assim como a orientação das políticas sociais pela lógica punitiva. A substituição do exercício estatal social para o penal e a reorientação das políticas sociais são características marcantes do modelo de gestão baseados na contrarreforma neoliberal.

Dados do IBGE de 2014,³ em que 53,6% da população brasileira se declara como negra, confirma a tese de que somos a nação mais negra fora do continente africano. Os dados também atestam que três entre quatro brasileiros que se encontram na faixa dos 10% mais pobres da nossa sociedade são negros(as).

É importante destacar que, mesmo durante os anos da administração Lula e Dilma, a taxa de encarceramento no Brasil cresceu de forma similar ao ocorrido nos países que mais aprisionam no mundo. Com mais de 622 mil pessoas privadas de liberdade, o Brasil ocupa hoje a quarta colocação entre os países com as maiores populações carcerárias, estando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Do total de presos, 61,6% são negros, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2014.⁴

Uma das consequências do fim das políticas de segurança social é a transformação dos mecanismos de serviço so-

cial em instrumentos de vigilância e controle, em que a sua dimensão mais radical consiste no encarceramento da juventude negra oriunda das regiões mais empobrecidas dos grandes centros urbanos, principalmente envolvida com o tráfico varejista de drogas.

O neoliberalismo tem como uma de suas atribuições dar resposta ao paradigma da “cultura de controle” que se apresenta a partir de um paradoxo enigmático da modernidade tardia, exercendo o controle sobre todas as áreas da vida social com rara exceção da economia. A contrarreforma neoliberal (e seus resquícios nos períodos ditos pós-neoliberais) carrega uma profunda discriminação de classe, étnico-racial e espacial.

As raízes históricas e o passado escravagista em nosso país são vetores do desenvolvimento do sistema punitivo e da sua transformação em um meio de controle social que visa uma gestão das “classes perigosas”. A consolidação do golpe e o retorno triunfante da hegemonia do neoliberalismo no Brasil retomam com fôlego as privatizações como saída para a crise econômica: cortes de gastos nas áreas sociais e privilégios aos setores financeiros, fazendo com que os ganhos na produtividade surjam a partir da degradação do trabalho, gerando como consequência as marginalidades econômicas e sociais.

As penitenciárias se tornam, portanto, um depósito de corpos negros indesejados, um mecanismo a mais na acumulação capitalista, fruto das parcerias inescrupulosas da burguesia nacional com o capital financeiro internacional.

As nossas expectativas são as piores no que diz respeito ao recrudescimento desta difícil realidade que tanto assola os negros e negras, assim como à total desagregação do tecido social em todo o mundo.

ENEGRECENDO AS LUTAS JUVENIS

O racismo naturaliza os espaços subordinados que negros e negras ocupam na sociedade e consolida as relações as-

simétricas de poder entre as populações negra e branca. Uma importante resposta a essa realidade tem se dado na ampliação da valorização da negritude enquanto elemento questionador dos lugares e não lugares sociais em que a população negra está inserida, isto é, nas comunidades, no mundo do trabalho, nas representações simbólicas etc.

Este processo vem gerando um empoderamento da população negra e uma maior elevação de consciência sobre as desigualdades alimentadas pelo racismo. Em que pese ter sua origem em um espaço de nítida orientação liberal, o conceito de “empoderamento” passou por um processo de resignificação e está em disputa. Empoderamento é compreendido por nós como uma dinâmica de luta pelo fortalecimento dos negros e negras que, coletivamente, buscam alterar os espaços e mudar as instituições. É grande a empatia que as novas gerações negras apresentam em relação a este conceito em uma correspondência orgânica com suas experiências concretas de emancipação das amarras simbólicas que inviabilizavam seu autorreconhecimento enquanto sujeitos e não mais objetos. O Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer partilha desta narrativa e se insere nesta disputa.

Nos últimos anos, o Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer se tornou uma das principais referências do movimento de juventude negra no país, surgido em 2007 no I Encontro de Negras, Negros e Cotistas da UNE (Enune) como espaço auto-organizado dos jovens militantes negros e negras da Kizomba, corrente política que constrói e disputa os rumos do movimento estudantil brasileiro. Hoje somos uma expressão do movimento social negro, de âmbito nacional, que se constitui como espaço autônomo de articulação e formação política, anticapitalista, antirracista, antipatriarcal não lesbofóbica e não homofóbica, com o objetivo de organizar jovens negros e negras, visando a busca da efetiva cidadania da nossa juventude.

Compreendemos que o empoderamento das negras e dos negros se constitui como uma contribuição fundamen-

tal para uma produção epistemológica desassociada do pensamento eurocêntrico das classes dominantes, assim como um importante elemento no processo de transcrescimento da luta política das classes subalternas.

Este empoderamento é resultado dos esforços de intelectuais como Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Angela Davis e muitas outras que, buscando compreender a complexa relação entre gênero, raça e sexualidade nas dinâmicas de dominação de classes, desenvolveram mecanismos de análise que permitiram uma melhor compreensão dessas realidades para sua necessária superação. Consideramos importante também a crítica de Raymond Williams e de E. P. Thompson à metáfora marxiana da estrutura/superestrutura, que sugere que política e cultura são fatores igualmente determinantes para a construção da realidade.⁵

A violência a que negros e negras cotidianamente são submetidos é fruto do racismo institucional, que também é sistêmico e tem, na polícia, na política, na mídia e demais instrumentos de dominação, espaços propícios para o linchamento moral e físico dos negros e negras, processo que se mantém desde o início do tráfico e escravização dos povos africanos. Em todos os países onde a escravidão negra ocorreu, o racismo se tornou um elemento organizador das relações sociais e estruturante dos processos econômicos.

Esse sistema que violenta e mata negros e negras coexiste, em contrapartida, com inúmeros processos de insurgências em diferentes partes do mundo. Nos últimos anos, protestos contra a violência de Estado que tira vidas negras varreram países como os EUA, cidades como Chicago, Oakland, Portland, Nova York, Baton Rouge, Dallas e muitas outras viram suas populações negras se levantarem contra o terror neoliberal e o racismo. No Brasil, ainda que os conglomerados midiáticos se esforcem para invisibilizar os permanentes episódios de resistência das populações negras e periféricas, homens e mulheres diariamente se insurgem

5 HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

6 MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

contra a violência policial e o racismo de Estado que sempre imperou no país.

No Brasil, a experiência do crime organizado enquanto poder paralelo, a organização política de populações penitenciárias e o tensionamento permanente que a sociedade civil provoca no Estado burguês precisam ser mais bem refletidos por nós para além das simplistas definições dos marcos legais. Sabemos que, hoje, o crime organizado está completamente imbricado à indústria internacional do narcotráfico que retroalimenta a acumulação financeira dos países centrais e cerceia a liberdade das comunidades pobres dos países periféricos. Mesmo assim, é preciso destrinchar este tecido social do crime organizado para compreender em que medida suas dinâmicas cotidianas de incidência nos territórios de vulnerabilidade social conservam sensações, narrativas, elaborações empíricas de ruptura do povo pobre com as classes dominantes.

É PRECISO DESCOLONIZAR O BRASIL

A busca por constituir saídas que empoderem os de baixo em detrimento dos de cima, e que reafirma o caráter popular da resistência contra o imperialismo, passa pela necessidade de se conhecer profundamente a nossa realidade, a nossa história, a nossa economia, mas também as tradições de luta das populações historicamente oprimidas.

O teórico marxista e expoente do pensamento social latino-americano José Carlos Mariátegui⁶ escreveu que “o socialismo organiza e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. E, no Peru, as massas – a classe trabalhadora – são indígenas em quatro das suas cinco partes. Nosso socialismo, portanto, não seria peruano – nem sequer seria socialismo – se não se solidarizasse, primeiramente, com as reivindicações indígenas”. A mesma reflexão precisa estar presente na construção da estratégia de poder das classes subalternas no Brasil (maior país negro fora da África) levando em

consideração a dimensão do antirracismo enquanto elemento central na sua elaboração.

O racismo brasileiro se reproduz de inúmeras maneiras e pode ser encontrado em todos os aspectos da nossa vida social. Seu enfrentamento e sua eventual superação passam por responsabilizar o Estado e as organizações sociais para que incidam sobre a discriminação racial nos seus múltiplos aspectos e de forma concomitante.

O racismo mata simbólica e fisicamente negros e negras todos os dias. Submetidos à constante discriminação em virtude da cor da nossa pele e características físicas, negros e negras desenvolvem problemas psicológicos e alterações comportamentais, que, conseqüentemente, retroalimentam os estereótipos dos grupos subalternos e as tendências discriminatórias entre a população branca, criando assim um círculo viciado de complexa interrupção.

O racismo no Brasil é um crime perfeito, objetiva a manutenção dos privilégios dos brancos condicionada à subalternidade negra e indígena. Os racistas constituíram no Brasil um pensamento que nega as nossas dimensões políticas e sociais de raça buscando legitimar uma pretensa ausência de conflitos raciais em nossa sociedade.

Faz-se urgente a superação da colonialidade, a face mais abjeta da modernidade, que segue operando nos dias atuais em um padrão global de poder. É fundamental para a luta dos condenados da terra que outras experiências, perspectivas culturais, caminhos econômicos alternativos e epistemologias negadas pelo ocidentalismo, pelo eurocentrismo e pelo liberalismo emergem como dimensões estratégicas da luta política na contemporaneidade. Aprendemos com Frantz Fanon⁷ que o nosso objetivo hoje continua sendo lutar contra as relações formais de colonização, assim como desenhar estratégias de oposição e mudanças em relação às dimensões coloniais, racistas e desumanizadoras mesmo entre aqueles e aquelas que reivindicam as lutas das maiorias.

7 FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2005. (Coleção cultura, v. 2)

DA CRISE DE DIREÇÃO A UM UNIVERSO EM CRISE

O avanço conservador e a consolidação do golpe no Brasil apresenta uma conjuntura difícil para as esquerdas em todo o mundo. A luta de ideias na busca por construir uma maioria política vem enfrentando uma dura crise de legitimidade fruto da falta de projeto que dialogue com os múltiplos anseios e a linguagem complexa das maiorias. Compreendemos também esta crise enquanto uma crise organizativa dos instrumentos de luta das classes subalternas. Há muito se tem feito uma crítica densa sobre o caráter “burocrático” das suas direções, que, entre outros elementos, são identificadas nas assimetrias de gênero e raça nessas instâncias.

O cerceamento das liberdades, a vitória do pensamento único, o estrangulamento das minorias e a manutenção *ad aeternum* de uma casta dirigente constituem disfunções no processo de burocratização desses aparelhos. É muito importante salientar que o golpe foi dado em função dos nossos acertos, contudo os neoliberais só obtiveram sucesso em função dos nossos equívocos, e o principal deles foi uma esquerda, um partido, nossas entidades que se burocratizaram e não se abriram para os novos sujeitos que estão emergindo. As direções e representações continuam sendo brancas, velhas, masculinas, sem abertura para novas demandas e novas linguagens.

Finais de ciclos e inícios de novos são oportunidades singulares no processo de oxigenação e reorganização das lutas, assim como na elaboração de um novo programa. Observa-se em todo o mundo uma nova vanguarda que emerge diretamente das lutas anticapitalistas, muitas delas rigorosamente críticas às organizações tradicionais e/ou às tradições disfuncionais na condução dessas organizações. Essas manifestações e organizações contemporâneas vêm construindo uma nova cultura política entre os lutadores e lutadoras, que precisam ser sistematizadas em um horizonte estratégico que

nos unifique em táticas sincronizadas internacionalmente no enfrentamento ao neoliberalismo.

Há uma flagrante tendência autonomista dos novos processos de lutas populares ao redor do mundo, contudo dialogamos com a contribuição da dirigente comunista Rosa Luxemburgo,⁸ que assinala uma diferenciação entre a teoria leninista de organização e a chamada teoria da espontaneidade com as reservas necessárias a uma teoria inacabada que rejeita a subestimação da iniciativa das massas e não negligencia a compreensão de seus limites.

Os desafios históricos encontrados nas organizações gerais de luta dos setores marginalizados também são identificados nas organizações de lutas específicas. A contemporaneidade da luta antirracista protagonizada pelo movimento negro ainda carece de uma robusta sistematização dos seus limites, e este é um desafio complexo, mas urgente e extremamente necessário.

A história do movimento de emancipação dos negros e negras no Brasil se confunde com a própria história do Brasil, mas ainda é pouco conhecida pela maioria das pessoas e geralmente invisibilizada pelas organizações populares mistas. Estamos convictos de que o projeto e a construção de uma nação radicalmente democrática passam pela apropriação necessária dos acúmulos constituídos no interior do movimento negro, seus limites, contradições e acertos.

A MULTIDÃO COMO RESPOSTA

O advento da modernidade e das sociedades industrializadas já não consegue representar as mais diversas subjetividades que hoje reivindicam voz. A crise de representação política, assim como as crises de narrativas, é uma realidade, e as insurgências contemporâneas nos apontaram para isso.

Em um momento de alterações globais da economia, com o desprendimento ainda que parcial da materialidade,

8 LÖWY, Michael. O pensamento de Rosa Luxemburgo. Blog da Boitempo. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/michael-logy-o-pensamento-de-rosa-luxemburgo-2/>>.

9 NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. Império. Trad. de Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós, 2002.

fruto do crescimento de itens com valores simbólicos agregados, os processos contemporâneos de organização e mobilizações das classes subalternas têm como grande desafio desenvolver um diálogo e um agir em comum em um contexto de singularidades. Compreender a desagregação causada pelo aumento da imaterialidade produzida hoje pelo mundo do trabalho é indispensável para o desenvolvimento das lutas na busca por imprimir derrotas ao capitalismo que hoje consolida um alinhamento da estrutura econômica à superestrutura simbólica e persuasiva.

Como apresentam Antonio Negri e Michael Hardt⁹ na medida em que a multidão não é uma identidade, nem é uniforme, suas diferenças internas devem descobrir o comum que lhe permite comunicar-se e agir em conjunto. A luta anticapitalista, suas organizações e os processos de resistência e emancipação precisam ser repensados levando em conta a necessidade de maior autonomia frente às decisões de cúpulas. Processos desta ordem problematizam os limites e potencialmente descortinam possibilidades na busca por uma democracia radicalizada, orgânica, participativa.

É necessário promover uma transição do velho modelo de movimento social para um novo modelo que possibilita a afirmação de estruturas biopolíticas harmoniosas, fazendo jus ao caráter global da multidão e às suas intencionalidades, apesar da sua diversidade, sendo elas sintetizadas no comum.

As cidades e as redes são o palco principal dessas lutas. No Brasil, entendemos Junho de 2013 como um catalisador de emergências que vinham se desenvolvendo nos intertextos sociais, nas entrelinhas da urbanização. Sobrevivências políticas e poéticas coletivas que, às margens do modelo feroz e insensível de desenvolvimento das metrópoles, materializavam formatos diversos de resistência, desde o hip-hop, o mangue beat e outros movimentos culturais contemporâneos até as expressões mais enraizadas das tradições populares do povo brasileiro, como os terreiros de candomblé, o côco pernambuca-

no, a cultura econômica das marisqueiras, a cosmovisão dos povos da Amazônia, as ocupações urbanas, os trabalhadores sem-teto, os movimentos de mulheres pela igualdade de gênero e contra a violência patriarcal, as tribos urbanas do skate ao pixo, a cultura hacker etc.

Esta diversidade de expressões políticas, organizadas ou não, somadas às multidões de trabalhadores e trabalhadoras insatisfeitas, assim como a presença inédita de setores proto-fascistas, constituiu a grande colcha de retalhos que foram as jornadas de Junho.

Passado este tempo, alguns elementos sobre junho são fundamentais para pensarmos os desafios futuros: 1) junho recolocou a rua como cenário de disputa política no Brasil; 2) junho desnudou os limites das organizações tradicionais na condução de processos de mobilização massivos na conjuntura contemporânea; 3) junho evidenciou a internet como ferramenta mobilizadora de luta política e, por conseguinte, disparou um processo inédito de democratização da possibilidade de formular opinião através das redes sociais, desencadeando um sem-número de plataformas virtuais que fazem da web hoje uma esfera pública, nos marcos harbermasianos, e abrem margem para novos agentes políticos na contemporaneidade e outros paradigmas de organização social.

Identificamos na experiência das ocupações secundaristas a mais vitoriosa forma de sistematização da potência que Junho escancarou, do ponto de vista de metodologia de organização social. Acreditamos que as ocupações são uma importante linguagem revolucionária do atual momento político que combina subversão e elaboração de alternativas para gerir os espaços coletivos da sociedade. É necessário reposicionar, radicalmente, os sujeitos protagonistas da luta de classes e as dinâmicas organizativas para que negros e negras, mulheres e jovens possam incidir no conteúdo e na forma dos processos de transformação.

Para a realidade brasileira, o avanço conservador simbolizado pelo golpe em uma conjuntura já complexa demanda uma contínua “guerra de posição” com o objetivo de aprofundar as contradições com o Capital, por meio da disputa dos discursos, da luta por novas relações hegemônicas, da união de forças populares emergentes a partir da criação de espaços de novo tipo na sociedade civil para a atividade da crítica e da elaboração de novas concepções de mundo. Somente conseguiremos derrotar o golpe e a ofensiva neoliberal se mobilizarmos mais gente. E só mobilizaremos mais gente com uma esquerda que seja mais aberta aos novos sujeitos e às novas linguagens que compõem a multidão.

CAMINHOS DE UMA PSIQUIATRA REBELDE

LUIZ CARLOS MELLO

Nise da Silveira (1905-1999) nasceu em Maceió. Coursou a faculdade de Medicina na Bahia, sendo a única mulher em uma turma de 127 homens. Veio para o Rio de Janeiro, onde obteve aprovação no concurso para médico-psiquiatra em 1933. Na ditadura Vargas, residindo no Hospital da Praia Vermelha, foi presa como comunista e afastada do serviço público de 1936 a 1944. Com a onda de democratização do país no final da Segunda Guerra, foi readmitida no serviço público.

Por não aceitar as formas de tratamento psiquiátrico em uso na época, como o eletrochoque, a lobotomia, o coma insulínico, Nise criou em 1946, no Centro Psiquiátrico Nacional, no Rio de Janeiro, a Seção de Terapêutica Ocupacional. Entre 17 atividades diferentes, a produção dos setores de pintura e modelagem foi tão abundante e revelou-se de tão grande interesse científico, que em 1952 nasceu o Museu de Imagens do Inconsciente, que se tornou um centro de estudo e pesquisa. As imagens produzidas no ateliê

LUIZ CARLOS MELLO
Começou a trabalhar como colaborador de Nise da Silveira em 1974. Desde essa época vem desenvolvendo, organizando e divulgando o acervo do Museu de Imagens do Inconsciente e as pesquisas ali realizadas. Como curador do Museu de Imagens do Inconsciente, organizou publicações, diversas exposições no Brasil, no exterior e quinze documentários audiovisuais sobre as pesquisas desenvolvidas no museu.

levantavam perguntas, interrogações que não encontravam respostas na formação psiquiátrica acadêmica. Ela observou que as formas circulares ou próximas do círculo apareciam em grande quantidade na pintura dos esquizofrênicos. Fotografou dezenas dessas imagens e enviou uma carta a C. G. Jung perguntando se eram realmente mandalas. A resposta confirmava suas indagações: as mandalas expressariam o potencial alto curativo da psique. Através dessa correspondência, a psicologia junguiana foi introduzida na América Latina. O Museu de Imagens do Inconsciente possui a maior e mais diferenciada coleção do gênero no mundo, documentando importante período da história da ciência e da cultura. Seu estágio de organização e pesquisa é uma referência e constitui genuíno patrimônio da humanidade.

O grande interesse despertado por este acervo, aliado ao amplo espectro de pesquisas que ele permite, faz do Museu de Imagens do Inconsciente uma instituição com potencial de crescimento inigualável, de proveito em especial para o desenvolvimento de ações ligadas à inclusão e ao desenvolvimento sociais combinadas com os novos conceitos de saúde cultural e sustentabilidade.

Alguns anos mais tarde, em 1956, juntamente com um grupo de pessoas animadas pelas mesmas ideias, Nise daria vida à Casa das Palmeiras, uma clínica destinada ao tratamento de egressos de instituições psiquiátricas, onde atividades expressivas são realizadas livremente, em regime de externato. Esse trabalho pioneiro se insere como modelo de atendimento no contexto da nova política de saúde mental.

Suas pesquisas deram origem a exposições, filmes, documentários, audiovisuais, simpósios, publicações, conferências e cursos, sempre destacando a importância das imagens na compreensão do mundo interno.

Como reconhecimento de sua obra, recebeu condecorações, títulos e prêmios em diferentes áreas do conhecimento: saúde, educação, arte e literatura. Seu trabalho e princípios

inspiraram a criação de museus, centros culturais e instituições terapêuticas no Brasil e no exterior.

Hoje a equipe do Museu de Imagens do Inconsciente segue dando continuidade à obra de Nise da Silveira, mas esperamos que uma nova geração prossiga abrindo novos caminhos. A Sociedade Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente está desenvolvendo um projeto para uma nova sede do Museu com o objetivo de ampliar suas múltiplas atividades. Seu acervo é estimado em 360 mil obras, sendo suas principais coleções 127 mil obras tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Arquivo Pessoal de Nise da Silveira acaba de receber o registro de Memória do Mundo da UNESCO, considerado um patrimônio da humanidade. Nosso país tem o dever de manter e dar desenvolvimento a este trabalho, cujo valor é incalculável, abrangendo múltiplas áreas do saber. O Museu de Imagens do Inconsciente é um dos tesouros mais valiosos da alma brasileira.

Luiz Carlos Mello escreveu a fotobiografia *Nise da Silveira: Caminhos de uma Psiquiatra Rebelde* (Automatica Edições, 2014), cujo fio condutor é a fala da própria Nise, reúne textos, anotações pessoais, entrevistas e depoimentos em diversas formas de mídia, conferindo à narração um tom coloquial. Somam-se a isso fotografias, documentos, correspondências, manuscritos, sonhos e pensamentos que lançam luz nos principais acontecimentos que construíram sua história. As pesquisas por ela desenvolvidas e os conhecimentos gerados são acompanhados por uma seleção de obras do acervo do Museu de Imagens do Inconsciente e da Casa das Palmeiras que foram decisivas na realização de sua obra, reunindo significação simbólica e beleza estética.

NISE: O CORAÇÃO DA LOUCURA, E AS BASES DE UMA REVOLUCIONÁRIA EXPERIÊNCIA DE CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL

TÚLIO BATISTA FRANCO

A expressiva frase dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, dita e repetida em vários momentos e lugares – “Nós nos dirigimos aos inconscientes que protestam” –, ressoa todo o tempo durante o enredo do filme “Nise: o coração da loucura” (2016), do diretor Roberto Berliner. A história retrata o trabalho da psiquiatra Nise da Silveira no Centro Psiquiátrico Nacional Dom Pedro II, no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, na década de 1940. Até então a usual terapêutica a pessoas com transtorno mental se resumia ao encarceramento, contenção e submissão das pessoas em geral submetidas a procedimentos violentos que envolviam cirurgia cerebral, choques elétricos, além do alto consumo de medicamentos. Nise não apenas se nega a estas práticas, mas as denuncia. Inicia uma intensa disputa com o poder médico-psiquiátrico, hegemônico no tratamento da loucura.

Ao questionar os tratamentos violentos dispensados aos loucos, Nise fica isolada do corpo médico e é enviada para

TULIO BATISTA FRANCO
Professor associado da
Universidade Federal
Fluminense, onde atualmente
é pró-reitor de Gestão de
Pessoas. Doutor em Saúde
Coletiva pela Unicamp, pós-
doutor em Ciências da Saúde
pela Universidade de Bolonha
(Itália), trabalhou e trabalha
com redes de atenção à
saúde, análise institucional
e organização do trabalho,
educação permanente,
cuidado a populações
vulneráveis e saúde indígena.

trabalhar na abandonada Unidade de Terapia Ocupacional. Nesse lugar, monta um verdadeiro ambulatório de inovadoras práticas de cuidados em saúde mental. É a partir desta experiência que a protagonista trava a luta da sua vida, confrontando o pretensioso discurso técnico-científico, e política de segregação, com a humanização das práticas de cuidado, e reabilitação psicossocial, com inclusão do louco ao convívio social. Para isto, Nise utiliza a arte como recurso terapêutico. As artes seriam a expressão da capacidade produtiva do louco, a possibilidade de manifestação da sua subjetividade, manifestada através do artesanato, da pintura, da escultura. Até hoje a arte, assim como outras atividades ocupacionais, tem sido um poderoso recurso terapêutico, capaz de substituir medidas segregacionistas e de contenção.

A partir da compreensão dos fundamentos da loucura, sua habilidade técnica, Nise demonstra extrema sensibilidade nas relações com os loucos, capacidade de escuta e de se comunicar. O ambulatório de terapia ocupacional funciona como um laboratório vivo, onde as novas práticas confirmam sua eficácia no tratamento da loucura. As cenas do filme mostram as pessoas deixando as celas, saindo do estado de embotamento pela redução do consumo de medicamentos, produzindo com liberdade obras de arte, transitando pelo hospital, confraternizando. Essas imagens podem muito bem ser transportadas para o tempo atual, em que experiências deste tipo são desenvolvidas. A reabilitação psicossocial passa a ser um dado da realidade, e uma evidência científica que contesta as práticas violentas de então. Os conceitos que presidiam os cuidados à loucura e, sobretudo, os tratamentos prescritos sofrem um importante abalo nos seus fundamentos com o sucesso da nova abordagem psicossocial.

Um dos maiores críticos de arte do país, Mário Pedrosa é chamado para avaliar as obras produzidas pelos loucos e atesta seu valor artístico. As telas e esculturas saem do Enge-

nho de Dentro e ganham projeção nacional e internacional. Os trabalhadores e usuários do hospital sob os cuidados de Nise da Silveira passam a ser vistos com reconhecimento e respeito. Com posições firmes e uma convicção inquebrantável no futuro humanista do tratamento da loucura, suas práticas anunciam com trinta anos de antecipação o que viria a se tornar, nos anos 1970-1980, o importante movimento da reforma psiquiátrica e do movimento antimanicomial no Brasil.

O movimento antimanicomial tem inspiração na experiência italiana de luta contra os manicômios e o tratamento desumano imposto aos loucos. Em Trieste, sob a liderança do psiquiatra Franco Basaglia, os loucos tomam as ruas reivindicando seus direitos, e revolucionavam a administração dos manicômios com práticas autogestionárias, das quais eles participavam. Organizam uma comunidade solidária, tolerante, pautada por espírito humanista nas relações e no trato com o transtorno mental.

Aquele primeiro movimento feito por Nise da Silveira encontra ressonâncias no Brasil de hoje, nas inúmeras experiências que revolucionam as práticas de cuidado, e ao mesmo tempo as relações sociais do louco. Um bom exemplo têm sido as associações de usuários de serviços de saúde mental, organizados em cooperativas de produção artesanal e artística, que funcionam sob o modelo da economia solidária. Estas experiências contam com gestão comunitária, redes de apoio e inauguram uma revolucionária prática na relação com a loucura. Ao mesmo tempo que a experiência mostra a possibilidade do novo, outros conceitos devem ganhar sentido, como o de uma sociedade que admite a diferença entre os seus. O louco é um diferente, e é fundamental não transformar essa diferença em desigualdade. Esta é a chave de uma sociedade baseada na solidariedade, que aponta para um novo marco civilizatório. Setenta anos depois, a mensagem de Nise da Silveira continua viva.

Nise - o coração da loucura

2015

Duração: 01:48:47

Direção Roberto Berliner

Festivais e Prêmios

Melhor Filme e Melhor Atriz - Festival de Tóquio, 2015

Melhor Filme Juri Popular - Festival do Rio, 2015

Melhor Filme Juri Popular, Melhor Trilha Sonora e

Melhor Direção de Arte - Fest Aruanda, João

Pessoa, 2015

Melhor Filme - Cine Fest Brasil Buenos Aires, 2016

Melhor Filme - Cine Fest Brasil Montevideo, 2016

Melhor Filme - Festival Esperanza, Moscou, 2016

Filme de abertura - Jangada - Festival de Cinema

Brasileiro de Paris, 2016

Seleção Oficial - Ficpunta, Festival de Cinema de Punta
del Este, 2016

Seleção Oficial - Festival de Gotemburgo, 2016

Seleção Oficial - Festival de Glasgow, 2016

Seleção Oficial - Mostra Internacional de São Paulo,
2015

Filme de Encerramento - Festival Pachamama, Rio
Branco, 2015



Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br